



UNIVERSIDADE FEDERAL DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO

**Rodrigo Lima Braga**

**20091332004**

**O papel da imprensa escrita nos Estados do Rio de Janeiro e de São Paulo  
durante o período João Goulart**

RIO DE JANEIRO

2018

UNIVERSIDADE FEDERAL DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO

**Rodrigo Lima Braga**

**20091332004**

**O papel da imprensa escrita nos Estados do Rio de Janeiro e de São Paulo  
durante o período João Goulart**

Monografia apresentada como requisito  
para aprovação no Curso de  
Biblioteconomia – Bacharelado, sob  
orientação da Prof<sup>a</sup> Dra. Lucia Maria  
Moutinho Ribeiro.

RIO DE JANEIRO

2018

B Braga, Rodrigo Lima  
O papel da imprensa escrita nos Estados do Rio de Janeiro e de São Paulo durante o período João Goulart / Rodrigo Lima Braga. -- Rio de Janeiro, 2018.  
124 f.

Orientadora: Lucia Maria Moutinho Ribeiro.  
Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação) -  
Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro,  
Graduação em Biblioteconomia, 2018.

1. Imprensa escrita. 2. Hemeroteca. 3. Memória.  
4. Golpe de 1964. 5. João Goulart. I. Ribeiro,  
Lucia Maria Moutinho, orient. II. Título.

**O papel da imprensa escrita nos Estados do Rio de Janeiro e de São Paulo  
durante o período João Goulart**

Rodrigo Lima Braga

20091332004

Trabalho de conclusão de curso apresentado ao programa de graduação em Biblioteconomia da Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro (UNIRIO), como requisito para a obtenção do grau de Bacharel em Biblioteconomia.

Banca Examinadora:

---

Profª Drª. Lucia Maria Moutinho Ribeiro

Departamento De Processos Técnicos E Documentais - UNIRIO

---

Profª Drª Geni Chaves Fernandes

Departamento De Processos Técnicos E Documentais - UNIRIO

---

Profª Drª Claudia Bucceroni Guerra

Departamento De Processos Técnicos E Documentais - UNIRIO

*“Eu não preciso ler jornais  
Mentir sozinho eu sou capaz  
Não quero ir de encontro ao azar”*  
**Raul Seixas, Cowboy fora da lei**

## Agradecimentos

Agradecer é um ato de entrega; oportunidade para demonstrar carinho e reconhecimento para todos que, de alguma forma, ajudaram para esse dia chegar. Minha sincera gratidão à Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro, à Escola de Biblioteconomia e a todos os profissionais que lutam pela excelência do ensino público superior.

Agradeço a todos os professores do CCH que me acompanharam e me apoiaram ao longo desses muitos anos de Unirio, especialmente aos professores Marcos Miranda, Beatriz Decourt, Laffayette Álvares Jr., Ana Virginia, Alex Guizalberth, Marianna Zattar, Leila Ribeiro e Vera Dodebei por todos os ensinamentos. À professora Lidiane Carvalho pelo apoio e incentivo à época do pré-projeto. À minha orientadora Lúcia Maria Moutinho Ribeiro por todo o carinho e paciência nos últimos dois semestres. Às professoras que compõem minha banca, Claudia Bucceroni Guerra e Geni Chaves Fernandes, por terem gentilmente aceitado este convite e por todas as sugestões.

Agradeço a todos os meus amigos da Biblioteconomia, especialmente Jorge Alberto, Vitor Serber, Michele Paes, Jaqueline Salles, Ilka Bandeira, Bruno Araujo, Fátima Souza, Teresa Cristina e Marcelo Santos, por todas as conversas, dúvidas e apoio. Gostaria de ter aproveitado um pouco mais a companhia de vocês.

Aos amigos da Filosofia, das Ciências Sociais e do Serviço Social da UERJ, aos meus amigos da História da UFRJ, do Cetep Quintino, enfim, aos grandes amigos que fizeram parte de minha “Odisseia Acadêmica”, especialmente Débora Rocha, Hugo Labanca, Rodrigo Bertamé, Gustavo Souza, Diego Felipe, Lucas Ferreira, Ana Espois, Geseni Rosa, Pedro Rodrigues, Adriana Soares, Diego Mieli, Osvaldo, Rusinelson Ribas, Mario, Laherte Guerra, Ana Capabianco, André Luiz, David Lima Jr, Aline Claro, Claudia Regina, Beatriz Porto, Cecília Oliveira, Ademir Lucio, Bárbara Pereira, Silvia, Gerson Salgado, Leonardo Araújo, Ali Albuquerque, Renato Vicentini, Renata Borges, Luiz Fernando, Leonardo Holanda, Ricardo Freitas e minha saudosa amiga Valéria.

Aos amigos do cartório que me ajudaram nessa dupla jornada, especialmente Leny Lima, Camila Suita, Mario Pinto, Heleni Farias e também aos saudosos Arioaldo Conceição, Valdonier Braga e Marcos Góes.

Aos novos amigos Daniel Reis, Joice Reis, Julia Gomes e Julio Daniel pelo suporte emocional nesse momento tão difícil em que nos encontramos.

Agradeço à minha esposa Taísa Souza por esses dez anos de companheirismo e pela revisão deste trabalho. Obrigado por me ajudar a tornar esse momento possível.

Agradeço ao meu filho George por todo apoio e compreensão do mundo, mesmo sendo tão novo.

Agradeço ao meu irmão Rafael por todas as revisões dos trabalhos acadêmicos.

Agradeço à Jacira por me incentivar a terminar a graduação.

Agradeço às forças do Universo e aos espíritos que me guiaram até esse momento.

#### **Dedicatória**

Aos meus pais Sergio (*in memorian*) e Rosângela,  
À minha esposa Taísa,  
Ao meu filho George,  
Ao meu irmão Rafael  
À minha avó, Odette (*in memorian*),  
Que sempre acreditou neste dia

## RESUMO

O presente trabalho levantou o conteúdo da imprensa escrita dos Estados do Rio de Janeiro e de São Paulo, principais palcos dos movimentos políticos da época, durante o período João Goulart (1961-1964). Verificou se os jornais Correio da Manhã, O Globo, Última Hora, O Estado De São Paulo e Folha de São Paulo apoiaram o Golpe de 1964. Foram selecionadas as seguintes datas-chave: 25/08/1961 – Renúncia de Jânio Quadros; 30/08/1961 – Ministros militares declaram-se contrário a posse de João Goulart; 07/09/1961 – Posse de João Goulart pelo regime parlamentarista; 24/01/1963 – Retorno ao sistema presidencialista após plebiscito; 04/10/1963 – Goulart solicita ao Congresso Nacional a decretação do estado de sítio; 13/03/1964 – Comício da Central do Brasil; 19/03/1964 – Marcha da Família, com Deus, pela Liberdade, em São Paulo-SP; 25/03/1964 – Revolta dos marinheiros e fuzileiros navais; 01/04/1964 - Golpe de 1964. O conteúdo do jornal Última Hora direcionava-se aos segmentos da população que apoiavam João Goulart. O Última Hora foi o único entre os jornais pesquisados que se posicionou contra o golpe de 1964. O jornal esteve a favor de Jango em todo o período pesquisado. Os jornais O Globo e O Estado de São Paulo direcionaram seus respectivos conteúdos para os segmentos sociais contrários a Jango durante todo o período. Em todo o período pesquisado, esses jornais flertaram constantemente com o clima de Guerra Fria para alertar os perigos do comunismo que se enraizava no governo. Os jornais Correio da Manhã e Folha de São Paulo direcionaram seus respectivos conteúdos aos segmentos sociais favoráveis a soluções dentro da legalidade. Defenderam ponderações de ambos os lados durante todo o período. Contudo, no desfecho da crise, posicionaram-se a favor do golpe. Correio da Manhã, O Globo, O Estado de São Paulo e Folha de São Paulo defenderam e comemoraram a intervenção militar como um ato em defesa da democracia contra a ditadura aos moldes comunistas que seria ou já estava sendo instaurada. Para eles, o presidente João Goulart agia ou tentava agir fora da legalidade.

**Palavras-chave:** Imprensa escrita. Hemeroteca. Memória. Golpe de 1964. João Goulart.

## LISTA DE FIGURAS

Figura 1	Editorial do Correio da Manhã em 26 de agosto de 1961	30
Figura 2	Editorial de O Globo de 26 de agosto de 1961	31
Figura 3	Manchete de capa do Correio da Manhã de 31 de agosto de 1961	31
Figura 4	Editorial de O Globo de 26 de agosto de 1961	33
Figura 5	Editorial de O Globo de 30 de agosto de 1961	34
Figura 6	Capa do Última Hora de 26 de agosto de 1961	35
Figura 7	Editorial do Última Hora de 26 de agosto de 1961	36
Figura 8	Capa do Última Hora de 31 de agosto de 1961	37
Figura 9	Nota de O Estado de São Paulo, na seção Notas e Informações, de 26 de agosto de 1961	38
Figura 10	Contracapa de O Estado de São Paulo, na seção Notas e Informações, de 31 de agosto de 1961	39
Figura 11	Nota de O Estado de São Paulo, na seção Notas e Informações, de 31 de agosto de 1961	40
Figura 12	Editorial da Folha de São Paulo de 26 de agosto de 1961	42
Figura 13	Editorial da Folha de São Paulo de 30 de agosto de 1961	42
Figura 14	Manchete de capa da Folha de São Paulo de 31 de agosto de 1961	43
Figura 15	Nota do Correio da Manhã em 03 de setembro de 1961	44
Figura 16	Editorial de O Globo de 04 de setembro de 1961	45
Figura 17	Editorial de O Globo de 05 de setembro de 1961	46
Figura 18	Editorial do Última Hora em 02 de setembro de 1961	47
Figura 19	Capa do Última Hora de 06 de setembro de 1961.	48
Figura 20	Manchete de capa do Última Hora de 08 de setembro de 1961	49
Figura 21	Seção Notas e Informações de O Estado de São Paulo de 06 de setembro de 1961	51
Figura 22	Seção Notas e Informações de O Estado de São Paulo de 08 de setembro de 1961	52
Figura 23	Mensagem de João Goulart publicada na Folha de São Paulo em 02 de setembro de 1961	53

Figura 24	Editorial da Folha de São Paulo de 03 de setembro de 1961	54
Figura 25	Editorial da Folha de São Paulo de 06 de setembro de 1961	55
Figura 26	Editorial da Folha de São Paulo de 07 de setembro de 1961	56
Figura 27	Nota do Correio da Manhã de 06 de janeiro de 1963 de 08 de janeiro de 1963	57
Figura 28	Nota do Correio da Manhã de 08 de janeiro de 1963	57
Figura 29	Editorial de O Globo de 16 de janeiro de 1963	58
Figura 30	Capa do Última Hora de 05 de janeiro de 1963	59
Figura 31	Editorial do Última Hora de 05 de janeiro de 1963	60
Figura 32	Capa do Última Hora em 08 de janeiro de 1963	60
Figura 33	Nota em O Estado de São Paulo em 06 de janeiro de 1963	61
Figura 34	Nota em O Estado de São Paulo em 08 de janeiro de 1963	62
Figura 35	Nota na Folha de São Paulo em 06 de janeiro de 1963	63
Figura 36	Nota na Folha de São Paulo em 08 de janeiro de 1963	64
Figura 37	Nota no Correio da Manhã em 05 de outubro de 1963	66
Figura 38	Nota no Correio da Manhã em 06 de outubro de 1963	67
Figura 39	Editorial de O Globo de 06 de outubro de 1963	69
Figura 40	Capa do Última Hora de 04 de outubro de 1963	70
Figura 41	Capa do Última Hora de 05 de outubro de 1963	71
Figura 42	Nota de O Estado de São Paulo de 05 de outubro de 1963	72
Figura 43	Editorial da Folha de São Paulo em 05 de outubro de 1963	73
Figura 44	Editorial do Correio da Manhã de 14 de março de 1964	75
Figura 45	Contracapa do Correio da Manhã de 14 de março de 1964.	76
Figura 46	Editorial do Correio da Manhã de 15 de março de 1964	77
Figura 47	Editorial de O Globo de 16 de março de 1964.	78
Figura 48	Capa de O Globo de 20 de março de 1964	79
Figura 49	Editorial de O Globo de 20 de março de 1964.	79
Figura 50	Capa do Última Hora de 15 de março de 1964	80
Figura 51	Editorial do Última Hora em 19 de março de 1964	81
Figura 52	Capa do Última Hora em 19 de março de 1964	81
Figura 53	Manchete de capa de O Estado de São Paulo de 13 de março de 1964	83
Figura 54	Nota de O Estado de São Paulo de 13 de março de 1964	84

Figura 55	Editorial de O Estado de São Paulo de 14 de março de 1964	85
Figura 56	Capa de O Estado de São Paulo de 20 de março de 1964	86
Figura 57	Editorial da Folha de São Paulo em 14 de março de 1964	87
Figura 58	Editorial da Folha de São Paulo de 19 de março de 1964	87
Figura 59	Capa da Folha de São Paulo de 20 de março de 1964	88
Figura 60	Editorial da Folha de São Paulo de 20 de março de 1964	89
Figura 61	Editorial do Correio da Manhã de 27 de março de 1964	91
Figura 62	Editorial do Correio da Manhã de 29 de março de 1964	92
Figura 63	Editorial do Correio da Manhã de 31 de março de 1964	93
Figura 64	Editorial do Correio da Manhã de 01 de abril de 1964	94
Figura 65	Editorial do Correio da Manhã de 02 de abril de 1964	95
Figura 66	Editorial de O Globo de 30 de março de 1964	96
Figura 67	Manchete de capa de O Globo de 02 de abril de 1964	97
Figura 68	Editorial de O Globo de 02 de abril de 1964	98
Figura 69	Manchete de capa de O Globo de 03 de abril de 1964	99
Figura 70	Editorial de capa de O Globo de 03 de abril de 1964	100
Figura 71	Capa do Última Hora de 27 de março de 1964.	101
Figura 72	Editorial do Última Hora de 27 de março de 1964	102
Figura 73	Capa do Última Hora de 28 de março de 1964	103
Figura 74	Nota de capa do Última Hora de 02 de abril de 1964	104
Figura 75	Capa do Última Hora de 02 de abril de 1964	104
Figura 76	Capa de O Estado de São Paulo de 27 de março de 1964	105
Figura 77	Capa de O Estado de São Paulo de 1º de abril de 1964	106
Figura 78	Capa de O Estado de São Paulo de 02 de abril de 1964	107
Figura 79	Nota de O Estado de São Paulo de 02 de abril de 1964	108
Figura 80	Manchete principal da Folha de São Paulo de 29 de março de 1964.	109
Figura 81	Editorial da Folha de São Paulo de 29 de março de 1964.	110
Figura 82	Editorial da Folha de São Paulo de 1º de abril de 1964	110
Figura 83	Editorial da Folha de São Paulo de 02 de abril de 1964	111
Figura 84	Capa da Folha de São Paulo de 03 de abril de 1964	112

## LISTA DE ABREVIATURAS

ADEP – Ação Democrática Popular

AI-5 – Ato Institucional nº 5

ANDIFES - Associação Nacional dos Dirigentes das Instituições Federais de Ensino Superior

CAPES - Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior

CBF – Confederação Brasileira de Futebol

CGT – Comando Geral dos Trabalhadores

FAB – Força Aérea Brasileira

FMI – Fundo Monetário Internacional

GPE – Grupo de Publicações/Editorial

IBAD – Instituto Brasileiro de Ação Democrática

IPES – Instituto de Pesquisa e Estudos Sociais

JK - Juscelino Kubitschek

MOM – Media Ownership Monitor

MPT - Ministério Público do Trabalho

OIT – Organização Internacional do Trabalho

PCB – Partido Comunista Brasileiro

PM – Polícia Militar

PNAES - Plano Nacional de Assistência Estudantil

PSD – Partido Social Democrático

PTB – Partido Trabalhista Brasileiro

SUPRA – Superintendência da Reforma Agrária

UDN - União Democrática Nacional

URSS – União das Republicas Socialistas Soviéticas

USP - Universidade de São Paulo

## SUMÁRIO

<b>1</b>	<b>INTRODUÇÃO</b> .....	13
1.1	OBJETIVO GERAL.....	14
1.2	OBJETIVOS ESPECÍFICOS.....	15
<b>2</b>	<b>A IMPORTÂNCIA DA PRESERVAÇÃO DA HEMEROTECA</b>	16
<b>3</b>	<b>MOMENTO HISTÓRICO</b> .....	18
<b>4</b>	<b>REFERENCIAIS TEÓRICOS</b> .....	20
<b>5</b>	<b>JUSTIFICATIVA</b> .....	25
<b>6</b>	<b>FONTES E METODOLOGIA</b> .....	27
<b>7</b>	<b>RESULTADOS</b> .....	29
7.1	RENÚNCIA DE JÂNIO E RESISTÊNCIA DOS MINISTROS MILITARES...	29
7.2	POSSE DE JOÃO GOULART NO PARLAMENTARISMO.....	44
7.3	VOLTA AO PRESIDENCIALISMO.....	57
7.4	PEDIDO DO ESTADO DE SITIO.....	65
7.5	COMÍCIO DA CENTRAL DO BRASIL E MARCHA DA FAMÍLIA, COM DEUS, PELA LIBERDADE EM SÃO PAULO-SP.....	74
7.6	REVOLTA DOS MARINHEIROS E FUZILEIROS NAVAIS E GOLPE MILITAR.....	89
<b>8</b>	<b>DISCUSSÃO</b> .....	113
<b>9</b>	<b>CONCLUSÕES</b> .....	115
	<b>REFERÊNCIAS</b> .....	116
	<b>ANEXO</b> .....	121

## 1 INTRODUÇÃO

Este trabalho visa levantar o conteúdo da imprensa escrita dos Estados do Rio de Janeiro e de São Paulo, principais palcos dos movimentos políticos da época, durante o período João Goulart (1961-1964). O recorte histórico inicia-se com a renúncia de Jânio Quadros à presidência da República, em 25 de agosto de 1961 e segue até o Golpe Militar, em 1º de abril de 1964 e seus desdobramentos iniciais.

Ao longo de nossa história, a frágil e curta experiência democrática sofreu constantes ameaças e dois graves atropelos: a ditadura Vargas com o Estado Novo (1937-1945) e a Ditadura Militar (1964-1985). É notória a resistência de parte da mídia durante o regime militar, principalmente a partir de 1968.

Entretanto, nos momentos em que o autoritarismo sucumbe, a unidade dos atores sociais e políticos frente a um inimigo em comum também se dissolve, passando os mesmos a atuarem no campo de ideais políticos distintos e interesses particulares. Os grandes meios de comunicação são empresas privadas, cujos donos muitas vezes estão envolvidos direta ou indiretamente em diferentes ramos de atuação econômica, possuindo seus interesses próprios e os repercutindo.

O período da presidência de João Goulart foi marcado por grandes embates na esfera política, econômica e social. A própria conjuntura internacional com a Guerra Fria, a paranoia comunista e os conflitos entre as potências norte-americana e soviética pela hegemonia política e econômica do mundo inserem-se e misturam-se a conjuntura nacional que fervilhava naquele momento. O caldeirão nacional havia quase entornado em 1954. O suicídio do presidente Getúlio Vargas e a consequente reação popular de mobilização legalista obrigaram os setores golpistas a frearem o ímpeto golpista por dez anos. Em 1964 não houve jeito. Neste quadro extremamente conturbado em nossa história, será analisado a reação de alguns dos principais jornais do eixo Rio - São Paulo às propostas do Governo Goulart, especialmente ao anúncio das *reformas de base*. Pretende-se levantar o conteúdo de jornais relevantes da imprensa escrita dos Estados do Rio de Janeiro e de São Paulo durante a presidência de João Goulart, verificando quais desses jornais, naquele momento, contribuíram para o Golpe de 1964. Verificar se os jornais apresentavam propostas alternativas para a superação das tensões que não causariam a ruptura democrática.

A organização *Repórteres Sem Fronteiras* e o grupo *Intervozes* apresentaram

o relatório Monitoramento da Propriedade da Mídia (*Media Ownership Monitor - MOM*), publicado no site da Revista Carta Capital, em 31/10/2017, <https://www.cartacapital.com.br/sociedade/cinco-familias-controlam-50-dos-principais-veiculos-de-midia-do-pais-indica-relatorio>, mostrando que cinco famílias controlam metade dos cinquenta veículos de comunicação com maior audiência no Brasil: *Grupo Globo* da família Marinho, com audiência maior que os demais grupos somados, *Grupo Record* da família Macedo, *Grupo Bandeirantes* da família Saad, *Grupo RBS* da família Sirotsky e o *Grupo Folha* da família Frias, todas proprietárias de inúmeros negócios que vão além da mídia, como imóveis, fazendas, ações, etc., com interesses concretos nas decisões políticas e econômicas do governo. O parágrafo 5º do artigo 220 da Constituição afirma que "os meios de comunicação social não podem, direta ou indiretamente, ser objeto de monopólio ou oligopólio". Já o parágrafo 6º do mesmo artigo afirma que "a publicação de veículo impresso de comunicação independe de licença de autoridade". A questão de monopólios e oligopólios se aplica apenas a veículos de rádio e televisão, que são serviços públicos e com limite de número de emissoras que podem existir. Contudo cada vez mais esses grupos absorvem veículos de comunicação menores direta ou indiretamente através das *afiliações*. Cabe ressaltar que os conglomerados de mídia no Brasil sempre se opuseram e ainda se opõem veementemente a qualquer forma de regulação, conforme determina a própria Constituição.

Entre os jornais selecionados para este trabalho, dois deles fazem parte deste conglomerado, *O Globo* e *a Folha de São Paulo*. *O Estado de São Paulo* faz parte do Grupo Estado, detentora de diversas emissoras de rádio e agências de notícias. Os jornais *Correio da Manhã* e *Última Hora* deixaram de existir.

### **1.1 Objetivo geral**

Levantar o conteúdo da imprensa escrita dos Estados do Rio de Janeiro e de São Paulo durante a presidência de João Goulart. Verificar quais jornais do eixo Rio-São Paulo apoiaram o Golpe de 1964.

## **1.2 Objetivos Específicos**

Verificar os acontecimentos mais relevantes do período, com base na pesquisa histórica.

Analisar o conteúdo dos jornais selecionados com ênfase para as capas, as manchetes em destaques e os editoriais.

Comparar os posicionamentos dos órgãos da imprensa escrita.

## 2 A IMPORTÂNCIA DA PRESERVAÇÃO DA HEMEROTECA

O termo hemeroteca origina-se das palavras gregas *heméra* que significa “dia”, e *théke* que significa “depósito” ou “coleção” (BUONOCORE, 1976, p. 243). Uma hemeroteca é uma coleção organizada de periódicos que fazem parte do acervo de uma biblioteca. A hemeroteca constitui-se em espaço de memória que agrega informações de jornais e revistas, possibilitando que as informações de uma determinada época possam ser utilizadas pelos usuários. (AZEREDO NETTO et al., 2014, p. 80)

A hemeroteca é um importante instrumento de reflexão sobre o passado. Segundo Lampoglia (2012, p. 126-127), “a hemeroteca permite a socialização dos dizeres do passado, instigando aos sujeitos repensar a história”. As informações contidas em documentos armazenados das hemerotecas são objetos culturais que remetem a um determinado contexto social gerado no tempo e espaço da história (BORGES; SANZ CASADO, 2009 apud AZEREDO NETTO et al., 2014, p. 75). Existem diferentes técnicas de preservação de periódicos, dentre as principais a armazenagem física, *clipping*, microfilmagem e digitalização.

Como dito por Lampoglia (2012, p. 129), o armazenamento físico de jornais e revistas requer um ambiente adequado, com baixa iluminação, temperatura e umidade apropriadas. As obras são normalmente cobertas por um filme de poliéster e organizadas em caixas especiais que não acidificam o material. Demanda espaço, o que aumenta o problema de falta de armazenamento do acervo. O *clipping* consiste em cortar e colar artigos de revistas e matérias de jornais e organizá-los para facilitar o acesso. É feito a partir das necessidades informacionais da hemeroteca, no suporte digital ou no suporte original que demanda os mesmos problemas da armazenagem física. (LAMPOGLIA, op. cit).

Segundo Silva (2011), tanto a microfilmagem como a digitalização de documentos possuem vantagens e desvantagens. A microfilmagem consiste na reprodução do suporte físico em todos os seus detalhes sobre filme fotográfico. É aplicável somente em documentos planos e o acesso é limitado à unidade de informação e ao uso de uma assistência ótica para a leitura, mas é considerada confiável pela maioria das instituições pela qualidade técnica e pela durabilidade do suporte, com normas e padrões estabelecidos internacionalmente, sendo o substituto natural do documento em suporte físico. A digitalização permite o acesso

total ao documento (acesso remoto, *online*, rede, base de dados, múltiplo acesso simultâneo, download, email, etc.) já em uma resolução que permite ver o documento com os *softwares* e *hardwares* básicos de um computador. Entretanto, a digitalização ainda não é vista como uma tecnologia de preservação segura e eficaz por conta da obsolescência tecnológica, problemas com direitos autorais, autenticidade, carência de normas e padrões internacionais, estabilidade e garantia de preservação em longo prazo (SILVA, op. cit.).

A baixa qualidade do papel, a má qualidade da tinta de impressão e a manipulação de usuários também estão entre as dificuldades encontradas na armazenagem dos jornais em seu suporte original (DELAUNEY, 2006 apud LAMPOGLIA, 2012, p. 129). Para essa pesquisa, a digitalização constituiu-se como técnica importante por permitir a conservação do conteúdo do jornal que, em seu suporte original, sofre bastante com a ação do tempo, e, ainda, pela possibilidade de acesso à distância do material pesquisado. Todos os jornais utilizados neste trabalho foram consultados em suporte digital.

Segundo Arendt (2014), a existência da verdade de fato (testemunhas e documentos) depende de sua visibilidade pública, ou seja, ela tem sua permanência e duração enquanto presente na memória. A verdade de fato não é a conclusão sobre as opiniões, mas a sua origem. A hemeroteca permite a preservação das verdades e fatos de periódicos para que usuários e pesquisadores produzam e sustentem opiniões sobre os acontecimentos.

A hemeroteca é lugar essencial para a preservação da informação e para a produção de conhecimento.

### 3 MOMENTO HISTÓRICO

O ano era 1960. O Brasil vivia enormes tensões políticas. A própria construção de Brasília é um excelente exemplo dos diferentes grupos políticos e das diferentes propostas econômicas que compunham aquele cenário.

A inauguração de Brasília no planalto central brasileiro espelha a época. Planejada por um populista, traçada por um aristocrata, edificada por um comunista e bancada pelo capital estrangeiro disfarçado pela túnica do discurso nacionalista, é a colagem da modernidade no cerrado feudal (LARANGEIRA, 2014, p. 20-21).

Segundo Schmidt (1999), o Governo nacional-desenvolvimentista de Juscelino Kubitschek (1956-1960) com o seu *Plano de Metas* fez o Brasil crescer quase 10% ao ano e a indústria tinha aumentado 80%, principalmente bens de consumos duráveis (automóveis e eletrodomésticos). A renda *per capita* cresceu em média 4% ao ano. Entretanto, ao contrário de Getúlio Vargas, a industrialização no período de JK abriu as portas da economia brasileira ao capital estrangeiro, oferecendo enormes incentivos para multinacionais se instalarem. Quanto mais o Brasil industrializava-se, mais dependente ficava de recursos estrangeiros. Além disso, quem mais usufruiu do universo espetacular dos bens de consumo foram as classes média e alta. O salário mínimo perdeu poder de compra ao longo do seu governo, a dívida externa brasileira dobrou de tamanho e a emissão em demasia de papel-moeda aumentou a inflação. Em suma, a vida dos mais pobres piorou consideravelmente (SCHMIDT, 1999).

As eleições de 1960 foram vencidas pelo conservador Jânio Quadros, com apoio da conservadora e golpista União Democrática Nacional (UDN) de Carlos Lacerda, tendo como bandeiras o combate à corrupção e à desordem financeira. Todavia, o sistema eleitoral à época permitia votar nos cargos de presidente e vice-presidente em chapas distintas. A população escolheu como vice-presidente o candidato trabalhista do Partido Trabalhista Brasileiro (PTB) e ex-ministro de Getúlio Vargas, João Goulart, conhecido como Jango. Essa inesperada combinação vencedora, surgida nos meios operários, foi chamada de Jan-Jan. Em pouco tempo os riscos dessa combinação foram evidenciados (FAUSTO, 2015).

Na política financeira, Jânio Quadros adotou um pacote ortodoxo através de forte desvalorização cambial e contenção de gastos públicos e expansão monetária, agradando aos Estados Unidos, ao FMI e credores. (FAUSTO, 2015). Contudo,

buscando mostrar independência na política externa, reatou relações diplomáticas com a URSS e a China. E, ainda, em plena Guerra Fria, Jânio Quadros resolve condecorar o guerrilheiro comunista e herói da Revolução Cubana de 1959, Ernesto Che Guevara com a Ordem Nacional do Cruzeiro do Sul (SCHMIDT, 1999). Jânio não tentava se aproximar do comunismo. Sua intenção era apresentar-se ao Brasil e ao mundo como um líder independente, uma terceira via ao mundo (FAUSTO, 2015). O impacto existiu, mas com muitas críticas negativas dos setores mais conservadores da sociedade, dos militares, da UDN que passou para a oposição e dos Estados Unidos.

Jânio Quadros governava sem consultar os aliados. Após acusação feita por Lacerda de que estaria preparando um golpe, Jânio tentou chantagear o Congresso para obter mais poderes: mandou Jango em missão comercial e diplomática à China e renunciou à presidência da República, apostando que implorariam para ele ficar e evitar a posse de João Goulart. Porém não recebeu o apoio que esperava e o Congresso apenas recebeu a comunicação do ato dele. Os ministros militares também não queriam permitir a posse de João Goulart que, para eles, iria transformar o Brasil em uma República sindicalista com ajuda dos comunistas (FAUSTO, 2015). Conforme dito por Aarão (2005, p. 21), “a nação, durante quase duas semanas, esteve à beira da guerra civil e do caos”. E muito mais estaria por vir.

Segundo Larangeira (2014, p. 55), os golpistas “tricotavam” o golpe havia dez anos. Contudo, o inesperado, a reação popular, o legalismo e a mobilização social afastaram o corte institucional em outros momentos, segurando o ímpeto dos conspiradores.

E, infelizmente, a hora havia chegado.

#### 4 REFERENCIAIS TEÓRICOS

Segundo Martín-Barbero (2000 apud Bueno, 2014, p. 100), não é possível ignorar os aspectos culturais que grupos sociais, regionais, familiares, étnicos, de gênero, e outros trazem consigo. A mídia pode mudar hábitos e costumes, assim como transmitir novos valores; entretanto, é necessário compreender as transformações pelas quais uma sociedade passa, analisando como cada grupo realiza suas apropriações, recodificações e ressignificações de assuntos e temas mediados. Em Martín-Barbero (2009, p. 152-153 apud RONSINI, 2010, p. 10), as mediações comunicativas da cultura tornaram-se predominantes porque o comunicativo está se transformando em protagonista da vida cultural e social de todas as pessoas; contudo, não apaga os determinantes econômicos, geracionais, étnicos ou de gênero no processo de recepção. Cada grupo luta pelo direito de construir sua própria imagem e a mídia quer que o novo produza audiência, numa lógica de mercantilização da etnia, de representação da diferença para fins comerciais, sofrendo com as imposições do mercado. (MARTÍN-BARBERO, 1997 apud FELIPPI, 2006, p. 57).

Para Lampoglia (2012), os periódicos possibilitam verificar o ponto de vista dos homens e nas condições da época, sem as reflexões dos acontecimentos posteriores.

Jornais e revistas constituem uma fonte documental afetada pelo ponto de vista dos contemporâneos da época, construída sem as intervenções (ou reflexões) dos acontecimentos subsequentes. Ou seja, diferentes dos livros de história ou dos relatos de sujeitos que viveram à época, os dizeres dos periódicos conservam as condições de produção do momento em que foi escrito, sem a influência dos acontecimentos posteriores e das reflexões oriundas deles (LAMPOGLIA, 2012, p. 126).

Para Faria (2003, p. 11), o jornal é uma fonte primária de informação que espelha muitos valores. É um instrumento essencial para o pesquisador por apresentar uma análise direta do conteúdo, preenchendo plenamente seu papel de objeto de comunicação.

Silva (2017) afirma que "é preciso fazer vir à tona o que se esconde sob a poeira das frases do passado". O golpe civil-militar que depôs João Goulart teve o suporte da mídia tradicional, como também na queda de Getúlio Vargas, em 1954. As relações entre imprensa e política no Brasil muitas vezes tiveram práticas negadoras à política democrática (BIROLI, 2009, p. 278). Segundo Silva (2017, p. 8),

enquanto a mídia falava constantemente sobre a democracia e a ordem constitucional, preparava o lombo dos brasileiros para o golpe que viria. “A mídia não apenas escreve a história do seu tempo; ela principalmente reescreve a sua história no tempo” (SILVA, 2017, p. 10).

Na qualidade de organizadora, Thereza Cesário Alvim, quinze anos depois da derrubada de Jango, lançou o livro *O golpe de 1964: a imprensa disse não* (1979), coletânea de artigos que pretende mostrar a resistência ao longo do primeiro ano do regime militar. Entre os artigos selecionados, encontramos trabalhos dos jornalistas Carlos Heitor Cony, Edmundo Moniz, Newton Rodrigues, Otto Maria Carpeaux, Osvaldo Peralta, todos envolvidos nos editoriais de “Basta” e “Fora” do Correio da Manhã. Antônio Callado, outro jornalista daquele trabalho, é um dos colaboradores do Jornal do Brasil presentes no livro organizado pelo então diretor do jornal, Alberto Dines, *Os idos de março e a queda em abril* (1964) com artigos dos jornalistas Alberto Dines, Antônio Callado, Araújo Netto, Carlos Castello Branco, Claudio Mello e Souza, Eurilo Duarte Pedro Gomes e Wilson Figueiredo que assumem o papel de “intelectuais orgânicos” dos golpistas, bajulando os militares e criando uma roupagem constitucional para o golpe, como um ato de defesa da democracia.

“Tudo é narrativa e todas as narrativas dependem do ponto de vista do narrador” (SILVA, 2017, p. 7). Para Dodebei, Ribeiro e Orrico (2014), a narrativa estabelece um diálogo entre imaginação e realidade, como o acontecimento é percebido e como realmente aconteceu, sujeito a ângulos de abordagens e disputas. Conforme observam Ribeiro, Orrico e Dodebei (2012), considerar a imprensa como órgão de informações oficiais, pautado no trabalho jornalístico dito isento e alinhado à verdade, é conseqüentemente dar crédito automático a tudo o que é publicado. Entretanto, cabe mencionar o conceito de “intelectual orgânico” de Gramsci (2001), que considera o profissional que se mantém ligado a sua classe social originária, atuando como seu porta-voz para legitimar sua própria hegemonia política e cultural. Para Silva (2017, p. 11), “a mídia foi o intelectual orgânico do empresariado da modernização conservadora brasileira em luta contra o nacionalismo trabalhista que rotulou, para desqualificar, de populista e de demagógico”.

Gramsci (1985, p. 163) conceitua que os leitores devem ser considerados a partir de dois pontos de vista principais: 1) como elementos ideológicos, transformáveis, filosoficamente, capazes, dúcteis, maleáveis à transformação; 2) como elementos econômicos capazes de adquirir as publicações e de fazê-las

adquirir por outros. Como afirma Abreu (2012, p. 108-110), a imprensa usou o fantasma do comunismo como uma das principais justificativas para derrubar João Goulart ao mesmo tempo que inflava o “caos administrativo” e a necessidade de uma “intervenção militar” para o restabelecimento da ordem. Os jornais refletiam os interesses ideológicos dos partidos em virtude da própria imprensa ter uma concepção missionária de sua atividade. O alinhamento da maioria dos jornais contra as mudanças da sociedade propostas por Jango e os setores de esquerda deve-se à visão conservadora dos proprietários de jornais e de jornalistas.

Para Fischer (2015, p. 8), “o poder da imprensa parece definir o que é preciso que seja dito, feito e acreditado [...] verifica-se que, na mídia em geral, toma lugar um imenso discurso da ordem, uma espécie de ortodoxia”. Assim, o jornal não deve ser entendido como um receptáculo de verdades. Deve ser considerado e dimensionado a partir de suas parcialidades: qual o grupo que o edita, suas ligações políticas e econômicas com outras instituições, as intenções explícitas ou sutis que se escondem no elogio ou crítica aos atores políticos, propostas de governo, partidos políticos, etc. (SILVA; ALMEIDA; GUINDANI, 2009). Segundo Foucault (1995, p. 38 apud FISCHER, 2015, p. 8), as práticas discursivas cumprem na mídia uma função “socialmente útil e politicamente conservadora”.

Kieling (2016, p. 5) afirma que a grande imprensa deu suporte para a criação de um clima de instabilidade que abriu as portas ao golpe de 1964, respaldando as ações dos golpistas civis e militares que levaram à destituição do presidente João Goulart. Embora a memória institucional e os próprios jornalistas se esforcem em apresentar uma visão contrária e/ou amenizada, amplos estudos no campo da história da imprensa brasileira reconhecem o apoio da grande imprensa brasileira aos golpistas em 1964. Para Silva (2017, p. 11-12), a imprensa brasileira cumpriu eficazmente seu mister na preparação e legitimação do golpe de 1964, usando o seu prestígio para convencer parte da população, especialmente as classes médias, a aderir aos interesses das elites vinculadas ao capital internacional, desqualificando as reformas de base de Jango como sendo antimodernas, atrasadas, inexecutáveis, demagógicas, populistas e comunistas. Dreiffus (1981), em pesquisa sobre a adesão ao golpe por parte de políticos, empresários ligados ao capital internacional e oficiais militares da Escola Superior de Guerra, com o governo norte-americano, não situa a imprensa como intelectual orgânico do golpe, mas afirma que foi feita uma verdadeira guerra psicológica através de rádio, televisão, cartuns, filmes através do

IPES (Instituto de Pesquisas e Estudos Sociais) e IBAD (Instituto Brasileiro de Ação Democrática), com muito dinheiro injetado pelos Estados Unidos. Doze milhões dólares para o financiamento de candidaturas conservadoras nas eleições de 1962, conforme telegramas entre o embaixador americano no Brasil Lincoln Gordon e presidente americano John Kennedy. O “Complexo IBAD/IPES” foi o centro estratégico de atividades antigovernistas aplicadas no campo institucional e das ações conspiratórias nas esferas golpistas. Os IPES espalharam quadrinhos e charges em jornais como *O Globo*, *O Dia*, *Luta Democrática* e até no *Última Hora*. Fico (2017) salienta que o IBAD alugou o jornal *A Noite*, tradicional apoiador do PTB para patrocinar candidaturas conservadoras apoiadas pela instituição. Segundo Laranjeira (2014, p. 79-80), o Grupo de Publicações/Editorial (GPE), do IPES formulava impressos e livros anticomunista, antipopulista e antitrabalhista para serem distribuídos por editoras afiliadas e das agências de notícias e jornais simpatizantes à causa. No Rio de Janeiro, *Jornal do Brasil*, *O Globo* e *Diários Associados* formariam a *Rede da Democracia*, para a distribuição dos materiais do IPES e de promoção das atividades dos parlamentares da Ação Democrática Popular (ADEP), vinculada ao IBAD.

Fico (2017) lembra que muitas pessoas e instituições que apoiaram o golpe arrependem-se com o passar do tempo, entre eles a imprensa, a Igreja católica, amplos setores da classe média urbana, aliaram-se à crença, largamente difundida na sociedade de então, de que era admissível uma intervenção violenta, arbitrária, para “pôr ordem na casa”. Laranjeira (2015) conceitua como *jornalismo do mato* o gênero midiático que se apresenta como defensor dos valores democráticos, enquanto desempenhava, na verdade, o ofício de assessor, cúmplice e publicista de um governo autocrático, repressivo e excludente. Halimi (2001, p. 169) trouxe o conceito de cães de guarda para o campo midiático, identificando empresas e profissionais da comunicação que apresentam-se como críticos do poder, mas que estão “encoleirados” a ordenamentos político-financeiros. Definem o que é notícia com a falácia da desideologização funcional, agindo na prática como agentes do capital financeiro e seguranças do sistema na contenção ruídos junto aos substratos sociais. Servem a quem dizem criticar como um autêntico cão de guarda do etnocentrismo classista.

Segundo Lima (2001, p. 114), o crescimento dos oligopólios de comunicação através das afiliações que resultam na manutenção das velhas estruturas familiares

e do fortalecimento de elites políticas locais e regionais, assim como o crescimento da presença de igrejas no setor de comunicações representam uma ameaça concreta, não apenas para a liberdade de expressão, mas para a própria democracia no Brasil.

Como afirma Fischer (2015, p. 21-22), o poder opera incitando vontades, endereçando necessidades e envolvendo indivíduos por suas fraquezas ou forças, enquadrando a sociedade em um regime de verdades inventadas que nos constituem. Entender isso é a forma de compreender como as diferentes forças se instalam e progridem.

## 5 JUSTIFICATIVA

Essa pesquisa adquire seu *status* científico-investigativo através da recuperação da memória dos jornais da época, possibilitando revisitar aspectos da sociedade, marcas e a atuação dos atores políticos durante o governo João Goulart, isto é, reconstruir traços de sua história.

Nora (1993, p. 9) afirma que enquanto que história é a reconstrução sempre problemática e incompleta do passado, a memória é um fenômeno eternamente vivido no presente, podendo ser múltipla, coletiva, plural, individual. A memória é sempre suspeita para a história. Tudo o que costumamos chamar de memória é na verdade história. Pomian (2000, p. 507-508) entende a memória como um vestígio (fragmento) que permite a um ser vivo remontar no tempo, relacionando o presente com o passado. É sempre imperfeita, pois o passado não pode restituído na íntegra e toda a reconstrução é marcada pela dúvida. Para Halbwachs (2013), história é a compilação dos fatos relevantes na memória da sociedade não feita pelos homens que o viveram.

A história é compilação dos fatos que ocuparam maior lugar na memória dos homens. No entanto, lidos nos livros, ensinados e aprendidos nas escolas, os acontecimentos passados são selecionados, organizados segundo necessidades ou regras que não se impunham aos círculos dos homens que por muito tempo foram seu repositório vivo. Em geral a história só começa no ponto em que termina a tradição, momento em que se apaga ou se decompõe a memória social (HALBWACHS, 2013, p. 100).

Para Le Goff (1994), o documento, ainda que resulte da decisão do historiador, parece apresentar-se em si mesmo como prova histórica. A sua objetividade parece opor-se à intencionalidade do monumento e afirma-se essencialmente como um testemunho escrito. Entretanto, o documento deve ser analisado como um produto da sociedade que o produziu segundo as relações de forças daquele momento. Somente através da análise do documento enquanto monumento, isto é, entendendo a sua intencionalidade, é possível recuperá-lo como memória coletiva e usá-lo cientificamente.

Pesquisar esses jornais, mesmo contaminados por ideologia, é trazer os fatos e os personagens sem os esquecimentos da censura, o que tanto nos afetou como sociedade a partir da promulgação do AI-5, em 13 de dezembro de 1968. Pretende-se, através deste trabalho, verificar o comportamento da imprensa escrita diante dos acontecimentos no período João Goulart, de enormes tensões políticas, econômicas

e sociais, possibilitando o melhor entendimento de como os processos que levaram ao golpe de 1964 se desenvolveram.

Delgado (2010) indica que nos anos seguintes ao golpe civil-militar, como forma de legitimar o regime autoritário, a imagem de João Goulart foi levada ao esquecimento, tendo a grande imprensa, por muitos anos, ignorado notícias referentes à sua vida. É próprio de regimes autoritários produzirem mecanismos de legitimação, apagando e destacando personagens e recontando a história sob o olhar do opressor. Inclusive esse “esquecimento” pode ser associado à baixa produção historiográfica que envolve diretamente o seu nome. Mattos (2008, p. 245-246) observa que somente após dois aniversários, os quarenta anos do golpe militar de 1964, em 2004, e os trinta anos da morte de Goulart, em 2006, uma nova leva de estudos acadêmicos vem rediscutindo o período em que João Goulart ocupou a presidência da República. Existe uma demanda acadêmica e social por reflexões mais consistentes sobre essa passagem conturbada de nossa história recente, devido à sua relevância deste período para a construção da memória do Brasil.

Em tempos como os atuais, torna-se de suma importância dialogar e aprender com o passado para a construção do presente.

## 6 FONTES E METODOLOGIA

A fonte primária desta pesquisa é o jornal impresso à época, hoje disponível em formato digital. Foram selecionados os jornais diários dos principais grupos midiáticos que circulavam nos Estados do Rio de Janeiro e de São Paulo: **Correio da Manhã**, da família Bittencourt, **O Globo**, da família Marinho, **Última Hora**, de Samuel Wainer, **O Estado De São Paulo**, da família Mesquita, **Folha De São Paulo**, de Octavio Frias de Oliveira e Carlos Caldeira Filho. Os jornais O Globo, O Estado de São Paulo e Folha de São Paulo, consultados em seus próprios acervos, disponíveis em <https://acervo.oglobo.globo.com/>, <https://acervo.estadao.com.br/> e <https://acervo.folha.com.br/index.do> e o Correio da Manhã e a Última Hora foram consultados junto à página da Biblioteca Nacional, seção Hemeroteca digital, em <http://bndigital.bn.gov.br/hemeroteca-digital/>. Os jornais do **Grupo Diários Associados**, que pertenciam a Assis Chateaubriand e o **Jornal Do Brasil**, que pertencia à família Pereira Carneiro, embora também disponíveis para consulta em <http://bndigital.bn.gov.br/hemeroteca-digital/>, estão protegidos por direitos autorais, ficando de fora deste trabalho. Apesar da mudança da capital do país para Brasília em 21 de abril de 1960, pelo então presidente Juscelino Kubitschek, a movimentação política era discutida e arranjada em São Paulo e no Rio de Janeiro, principalmente na Capital do Rio de Janeiro, a época Estado da Guanabara, onde estava concentrada grande parte do funcionalismo público, das instituições militares, políticos, imprensa, partidos, sindicatos, atores políticos e sociais, em geral.

Por 10 anos Brasília será coadjuvante e as principais decisões e episódios serão tomados e correrão fora da nova capital do Brasil, do manifesto dos três ministros militares pelo impedimento da posse do vice João Goulart no lugar do renunciante Jânio Quadros, emitido pelo Palácio da Guerra, no Rio de Janeiro, em 30 de agosto de 1961, ao anúncio em 1968 do AI-5 feito do Palácio das Laranjeiras, também na capital fluminense, local da reunião do Conselho de Segurança Nacional, presidida por Costa e Silva (LARANGEIRA, 2014, p. 21).

Para investigar o tema, será feito um recorte espaço-temporal com ênfase para Governo João Goulart, acrescentando um breve período anterior e posterior, entre 25 de agosto de 1961 e 04 de abril de 1964, considerando que o processo histórico não é limitado às datas. Com base em pesquisa histórica, foram selecionadas as seguintes datas-chave: 25/08/1961 – Renúncia de Jânio Quadros; 30/08/1961 – Ministros militares declaram-se contrário a posse de João Goulart;

07/09/1961 – Posse de João Goulart pelo regime parlamentarista, após instituição no dia 02/09/1961; 24/01/1963 – Retorno ao sistema presidencialista após plebiscito do dia 06; 04/10/1963 – Goulart solicita ao Congresso Nacional a decretação do estado de sítio; 13/03/1964 – Comício da Central do Brasil, na Guanabara; 19/03/1964 – Marcha da Família, com Deus, pela Liberdade, em São Paulo-SP; 25/03/1964 – Revolta dos marinheiros e fuzileiros navais; 01/04/1964 - Golpe de 64. Em relação ao conteúdo dos jornais, o destaque foi dado para manchetes de capa e editoriais. Algumas imagens em destaque também foram selecionadas.

Para a recuperação de informação relevante à proposta foram feitas pesquisas no portal de periódicos da CAPES e no Google Acadêmico, usando como principais palavras-chave “João Goulart”, “mídia”, “imprensa”, “jornal”, “golpe”, “golpe de 1964”, “democracia”, “ditadura”, “memória”, “preservação”, fazendo as devidas associações entre os termos. Foi dada preferência a artigos escritos em português e com data posterior ao ano 2000. As referências bibliográficas dos artigos selecionados serviram para consulta direta de outros periódicos e livros. Foi dada preferência para obras e autores mais referenciados.

As obras que tratam especificamente o conceito de *memória* foram apresentadas em disciplinas ao longo da graduação, especialmente *Informação, Memória e Documento*, disciplina obrigatória do *Eixo 1 – Memória, Patrimônio e Cultura*.

## 7 RESULTADOS

Os dados aqui obtidos refletem o posicionamento da imprensa escrita dos Estados do Rio de Janeiro e de São Paulo ao longo do Governo João Goulart em algum dos principais acontecimentos da época.

### 7.1 RENÚNCIA DE JÂNIO E RESISTÊNCIA DOS MINISTROS MILITARES

Após as acusações de Carlos Lacerda de que o ministro da Justiça, Pedroso Horta, o procurara para articular um “golpe de gabinete” e a mal articulada renúncia de Jânio Quadros, que provavelmente esperava que o Congresso e o povo pedissem para ele ficar, segundo a Constituição, deveria assumir João Goulart. (FICO, 2017). Os ministros militares, comandantes das Forças Armadas, viam Jango como um elemento inconveniente, desestabilizador, ligado aos comunistas e capaz de tornar o país uma república sindicalista. Assim, divulgaram manifesto declarando que as Forças Armadas eram contra a posse de Jango. Enquanto isso, no Rio Grande do Sul, o governador Leonel Brizola assumia a resistência contra o golpe militar, formando a chamada *cadeia da legalidade*, constituída por 104 emissoras de rádio, convocando a população gaúcha para a resistência. Em contrapartida, as duas Casas do Congresso tentavam contornar a crise articulando a mudança do sistema político para o parlamentarismo.

O Correio da Manhã, em 26 de agosto de 1961, no editorial *Nesta hora desolada...* condena a atitude da Jânio Quadros chamando-o de fugitivo e traidor de seu eleitorado, rebaixando o país ao nível de uma republiqueta (Figura 1). Em editorial chamado *Em defesa da legalidade*, de 27 de agosto de 1961, afirma que, acima das disputas políticas, é necessário cumprir a Constituição para reerguer o Brasil (Figura 2). Em 31 de agosto de 1961, na primeira página do jornal, é publicada mensagem alertando que a democracia está em risco e responsabilizando os ministros militares pelo que ocorrer (Figura 3).

Figura 1 Editorial do Correio da Manhã, em 26 de agosto de 1961

# Nesta hora desolada...

Tão desolada é esta hora que nos obriga a condenar com a mesma veemência amigos e inimigos e, sobretudo, os mornos de que a Bíblia nos diz que "Deus vomitará": grande parte dos atôres no cenário político brasileiro.

Nossa primeira condenação veemente tem de atingir o sr. Jânio Quadros que ontem renunciou, sem especificar suficientemente os motivos de sua grave resolução. Há um ano, quando o mesmo sr. Jânio Quadros, por pretextos mais do que por motivos, renunciou à sua então candidatura, publicamos editorial intitulado "*O cabo da ras-soura*", condenando a atitude inexplicada. Deveríamos hoje transcrever o editorial, apenas agravando os termos. Pois agora não há circunstância atenuante nenhuma. Na mensagem demagógica com que o ex-presidente da República se despediu, manifestamente destinada a convulsionar o país, só há vagas alusões a forças reacionárias que teriam imposto a renúncia do mesmo sr. Jânio Quadros que há poucos meses declarou só sair morto ou deposto. Quem seriam aquelas forças? Por que o autor da mensagem não os identificou com a necessária clareza?

Teve a audácia de renunciar, traindo seu eleitorado, que é a grande maioria do povo brasileiro. Mas não teve a coragem de chamar pelos nomes os tristes vencedores. O sr. Jânio Quadros não foi vencido, na verdade. Na verdade, fugiu.

\* \* \*

O fugitivo não denunciou seus perseguidores. Só há hipóteses e especulações. É, aliás, fácil especular e fazer hipóteses. A hostilidade ao sr. Jânio Quadros aclarou-se, nos últimos dias na forma de uma coalisão. Para a perplexidade do país, seus componentes ale-

gavam motivos dos mais elevados, cuja verdadeira elevação ninguém pode verificar.

Tão óbvias são as hipóteses que estamos dispensados de estampar os nomes. Apenas nos cabe reconhecer na seqüência dos acontecimentos a mesma receita que criou em 1954 e em 1955 duas datas históricas, sempre sob pretexto de curar os males do país. Mas como foi a cura?

Nos dois casos, os conspiradores não chegaram a ser os aproveitadores. Mais uma vez, os aproveitadores serão os *mornos* do pobre Brasil enriquecido; dos quais nos fala em termos tão veementes a Bíblia. Agora, estão satisfeitos.

\* \* \*

Mas nós outros pensamos no Brasil. Pensamos no imenso prejuízo material que o sr. Jânio Quadros e seus inimigos, em ingloria aliança, infligiram ao país, destruindo-lhe o crédito político e financeiro. Pensamos, ainda mais, no prejuízo maior que infligiram ao prestígio internacional do Brasil. Hoje, todos os jornais do mundo inteiro publicarão manchetes sobre *mais um golpe na América Latina*. Fomos ontem rebaixados para o nível de uma republiqueta qualquer. É uma tristeza: em nome da Pátria, com maiúscula imensa, encenam-se operetas políticas, enterando a verdadeira pátria no silêncio vergonhoso de um cemitério político.

Mas se todos silenciam, temos nós o dever de falar alto: condenando os vencidos e os vencedores, em nome do Brasil ofendido e humilhado.

Nesta hora de desolação só nos conforta saber que os inimigos também são criaturas mortais; e que aos seus falsos amigos sobreviverá o Brasil.

Figura 2 Editorial do Correio da Manhã, em 27 de agosto de 1961

## Em defesa da legalidade

Conforme a letra da Constituição, o sr. Mazzilli assumiu interinamente a Presidência da República, aguardando-se a chegada do primeiro substituto legal para este ser empossado. É o sr. João Goulart.

Mas há quem entenda que a triste farsa de sexta-feira ainda não terminou. Há quem queira um segundo ato.

Temos sempre manifestado as necessárias reservas quanto à personalidade do novo presidente da República. Mas o fato é que ele agora é o presidente da República.

É um fato que o sr. João Goulart foi eleito; e com maioria muito mais maciça do que alguns dos seus adversários.

É um fato que o art. 79 da Constituição Federal o designa substituto do já ex-presidente da República; esse fato não pode ser modificado pela mais parnasiana cultura jurídica.

É um fato que a legalidade é mais importante que o sr. João Goulart e mais importante que todos os seus adversários.

É um fato que o sr. João Goulart tem que ser empossado, logo que chegar, para evitar que o Brasil fique aviltado e rebaixado à condição de terreno moralmente baldio, *play-ground* de energúmenos e de interessados em tudo menos no Brasil.

A posse do sr. João Goulart, isto é a legalidade. Mas a legalidade não é só isso.

\* \* \*

O sr. Jânio Quadros deixou uma herança que não pode ser objeto de satisfação alegre para o grupo heterogêneo, dos seus herdeiros.

Seis meses de governo não davam para curar os terríveis males que os 50 anos em cinco da administração passada infligiram ao país. Este trabalho de saneamento tem de ser continuado.

As conseqüências de uma inflação galopante e das faraônicas despesas suntuosas aviltaram o cruzeiro que, muito significativamente, desde sexta-feira voltou a cair. A perda de poder aquisitivo dos salários causa reivindicações que só a imensa popularidade do sr. Jânio Quadros sabia refrear, confiança de que não gozam seus adversários.

Ainda se encontra não realizada a reforma agrária, que apenas pretende colocar o país no estado em que todos os países civilizados já vivem desde 1789.

Também ainda falta muito para recolocar em vigor o Código Penal, neste país em

que os inquéritos e as sindicâncias são condições preliminares de uma medianamente decente administração pública.

Herança do governo Jânio Quadros também é uma política externa que enalteceu o prestígio do país muito mais do que em qualquer tempo desde o 7 de Setembro de 1822, fazendo com que o Brasil conseguisse, enfim, outras notícias na imprensa mundial além das de desastres, enchentes e golpes.

Que pretendem fazer com essa herança?

\* \* \*

Sem dúvida, seria possível fazer em tudo o contrário do que o sr. Jânio Quadros fez.

Seus adversários vitoriosos poderiam retomar o caminho do desenvolvimentismo, rasgando estradas nas matas do Alto Xingu, vendendo mais e mais lotes em Brasília e subvencionando indústrias estrangeiras.

Poderiam decretar o congelamento dos salários e, em compensação, para que nem todos fiquem tristes, restabelecer o câmbio de favor e redobrar os empréstimos de favor.

Também poderiam legalizar melhor e enquadrar na cultura jurídica do país a expulsão sistemática dos posseiros e o trabalho não remunerado dos servos.

Igualmente, poderiam abolir todos os inquéritos e sindicâncias e proibir para sempre, por lei, inquérito e sindicância no Banco do Brasil.

Enfim, poderiam romper as relações diplomáticas com uma dúzia de países, mandar para a África uma força expedicionária para defender a civilização ocidental e erigir na Praça dos Poderes um monumento à OPA.

Tudo isso é possível fazer. Mas só será possível fazer tudo isso, reprimindo a vontade do povo que pelos milhões de votos dados ao sr. Jânio Quadros exigiu o contrário. Só seria possível por meio de repressão forte, talvez sangrenta, para manter a ordem e a legalidade.

Mas uma legalidade que só se mantém em pé pela repressão policial ou militar, não é legalidade. É pseudolegalidade.

Defenderemos a verdadeira legalidade contra a falsa: para começar a reerguer o Brasil, hoje quase derrubado e no chão pela aliança da Ambição tóla, da Hipocrisia untuosa e da Habilidade comercial com a Força bruta. Nosso Brasil é outro. Podem ficar certos que será outro.

Figura 3 Manchete de capa do Correio da Manhã de 31 de agosto de 1961

# DITADURA

*Lemos o manifesto dos ministros militares, coagindo o Congresso. É o golpe abolindo o regime republicano no Brasil. É a ditadura militar.*

*Agora, a responsabilidade por tudo que acontecer ao Brasil, é de:*

**Odylio Denys, Silvio Heck, Grun Moss.**

O editorial *A renúncia* do jornal O Globo, de 26 de agosto de 1961, lamenta a saída de Jânio Quadros, convocando os opositores aos vermelhos e aos agitadores sociais para organizarem uma frente democrática. Também enaltecem o papel das Forças Armadas para ordem e liberdade (Figura 4). Já no editorial *Crime contra o Brasil*, de 30 de agosto de 1961, o jornal expõe claramente sua oposição a João Goulart, acusando-o de ter interesses contrários à índole do povo brasileiro, conclamando o patriotismo e uma solução conjunta dos políticos e das Forças Armadas (Figura 5).

Figura 4 Editorial de O Globo de 26 de agosto de 1961

## A RENÚNCIA

O POVO brasileiro, entregue ontem rotineiramente aos seus trabalhos e cansaças, foi colhido às primeiras horas da tarde de profunda surpresa pela renúncia do ilustre Sr. Jânio Quadros à Presidência da República.

TUDO se poderia esperar nestes tempos incertos, menos que o Chefe da Nação, elevado ao poder por imensa maioria de votos, viesse a resignar o cargo quando praticamente nenhuma oposição organizada contra ele existe dentro e fora do Congresso. Menos ainda no seio das Classes Armadas, voltadas exclusivamente para as suas atividades profissionais.

TUDO quanto agitava o ambiente nacional, neste momento, era e é a discussão acérrica da conveniência ou inconveniência de alguns atos da nossa política externa, pelos quais o Governo parecia descaracterizar os nossos antecedentes, em face do conflito ideológico entre as democracias ocidentais e o comunismo internacional, quando sempre fomos, somos e queremos ser vinculados à comunidade interamericana e à resistência ao avassalamento do materialismo dialético. Mas aquela profunda divergência jamais afetara o respeito à autoridade presidencial nem abalara a confiança na força da legalidade, por todos desejada como um escudo contra a desordem.

ACRESCE que o Presidente sustentou invariavelmente que suas atitudes não importavam em abjurar os compromissos assumidos pelo Brasil. S. Ex.<sup>a</sup> dizia ser necessário ampliar a rede do nosso comércio exterior e manter, no plano diplomático, relações com todos os povos da Terra, coisa que ocorre inclusive de parte dos Estados Unidos, Grã-Bretanha e França, em relação à U.R.S.S.

REITERANDO vez por outra seus sentimentos cristãos e seu desejo de não se afastar da comunidade continental, o Sr. Jânio Quadros procurava, entretanto, fazer valer seus pontos-de-vista como sendo os melhores para o nosso País.

A PAR dêesses enunciados políticos, entrou o Presidente a praticar alguns atos que chocaram profundamente a opinião pública, como a recepção oficial à missão soviética e, dias depois, ao Sr. Guevara, a quem encheu de honrarias, chegando ao ponto de conferir-lhe a Grã-Cruz do Cruzeiro do Sul.

DESDE aí e das objeções levantadas pelo Governador Carlos Lacerda, aumentou a emoção pública, mas apenas nas discussões e debates. Jamais esteve em causa o problema da ordem, da autoridade de S. Ex.<sup>a</sup> ou da legalidade.

POR seu lado, as forças militares não deram o mínimo sinal de inconformismo. Ao contrário. Ainda anteontem o General Souto de Oliveira levantava, num almoço de oficiais, o brinde de honra a S. Ex.<sup>a</sup>

POR tudo, não há como disfarçar a surpresa da renúncia, consumada em silêncio e à revelia dos líderes da campanha que o levou ao poder. Surpresa tanto maior porquanto é inegável que do Presidente da República, mais do que de qualquer outra autoridade, de qualquer outro cidadão, é lícito esperar fortaleza de ânimo ante as críticas ou mesmo as incompreensões.

ÊSSES são os fatos, os tristes fatos da atualidade. De nossa parte, não estamos apenas desolados com a atitude do Presidente Quadros. Nossos sentimentos exprimem o de milhões de brasileiros que não querem senão ordem, paz interna, respeito a todos os direitos, de modo que a Nação se recupere das crises sofridas nos últimos anos.

ADVERSARIOS intransigentes do comunismo e de todas as contemporizações com os agitadores sociais, inimigos do nosso regime, estamos em condição de lançar aos responsáveis pela vida política da Nação um caloroso apelo para que se unam os bons elementos e reconstituam a frente democrática contra todos os exaltados, vermelhos ou não, em bem da tranquilidade pública.

NOSSA confiança nas Classes Armadas é de todo o povo, certos de que elas saberão corresponder aos Ideais da Pátria, à sua sede de ordem, de justiça, de progresso e liberdade.

CREIA o eminente Sr. Jânio Quadros que, tendo pelejado por sua vitória nas urnas, lamentamos sinceramente o imprevisto e o inexplicável de sua resolução, confiantes em que o cidadão Jânio Quadros saberá zelar por sua tradição democrática, por seu caráter austero, por seu patriotismo. Os homens nem sempre guardam a precisa serenidade em frente do tumulto. Mesmo do tumulto íntimo. Nem por isso desmerecem do aprêço dos semelhantes. O caso de Jânio Quadros é esse. Não outro.

Figura 5 Editorial de O Globo de 30 de agosto de 1961

<p><b>N</b>UM dia que ficou memorável na história contemporânea do Brasil — mais precisamente, a 11 de novembro de 1955 — a Constituição Federal foi duramente golpeada com o impedimento do Presidente da República, Sr. Carlos Luz, que o Congresso votou em algumas horas, premido pela força militar.</p>	<p><b>Crime Contra o Brasil!</b></p>	<p><b>D</b>ESTA feita não se mostram os parlamentares muito resolu- vidos a pôr término ao impasse criado pela decisão do Exército, da Marinha e da Aeronáutica, o que vem trazendo à Nação dias de grande ansiedade e temor, inclusive pelo receio de que a falta de acôrdo conduza ao fechamento do Congresso.</p>
<p><b>D</b>EZ dias depois, reproduziu-se a cena, sendo o Presidente Café Filho proibido de retornar à Chefia do Govêrno.</p>	<p><b>I</b>STO não pode continuar! Não é possível ao Brasil permanecer parado e muito menos deve dar ao mundo uma demonstração de imaturidade política. Em todos os países livres surgem manifestações de tristeza e preocupação pelo pressentido desaparecimento do regime democrático em nosso País.</p>	
<p><b>N</b>ÃO vamos, neste momento em que está tão conturbada a vida desta Nação, recordar os motivos alegados para aquelas violências.</p>	<p><b>É</b> NECESSÁRIO, urgentemente, encontrar uma fórmula que sirva como denominador comum, permitindo que se harmonizem os pontos-de-vista, de modo a preservar o sistema representativo, e, também, que as Forças Armadas saiam deste episódio sem desprestígio.</p>	
<p><b>A</b>GORA, novamente, as Forças Armadas inter- vêm na ordem constitucional. Desta vez a sua bandeira é a de evitar que assumam o Poder um Presidente comprometido com ideologias contrárias à índole e aos interesses do povo brasileiro.</p>	<p><b>É</b> A HORA de se apelar para o patriotismo de todos os brasileiros, principalmente dos representantes das duas Casas do Congresso, para que encontrem, com os chefes militares, um caminho para a salvação do País. A gravíssima crise que aí está já nos fez um mal incalculável. Prolongá-la seria um crime imperdoável contra o Brasil!</p>	
<p><b>M</b>ESMO os maiores adversários do Sr. João Goulart lamentam a provação a que está sendo submetida a instituição republicana.</p>		
<p><b>E</b>NTRETANTO, mais uma vez deve ser notado que as Forças Armadas estão agindo com a maior desambição e recorrem aos líderes civis, no sentido de que procurem uma fórmula que mantenha em funcionamento o regime.</p>		

O jornal Última Hora, de 26 de agosto de 1961, afirma o clamor em defesa da legalidade e que o regime democrático fica a salvo com a posse de João Goulart (Figura 6). No editorial *Respeito à Lei*, lembrou-se do sacrifício de Getúlio Vargas e convocou seus leitores a defenderem a Constituição e evitarem provocações (Figura 7). Em 31 de agosto de 1961, destaca em manchete a rejeição esmagadora das duas Casas do Congresso Nacional ao impedimento proposto pelos ministros militares. Destaque também para a chamada "*Front*" da legalidade: *metralhadoras no telhado*, destacando a resistência de Brizola e do povo gaúcho em defesa da democracia (Figura 8).



Figura 7 Editorial do Última Hora de 26 de agosto de 1961

# **RESPEITO**

## **'À' LEI**

O violentíssimo impacto emocional que o povo brasileiro vem de sofrer neste fatídico dia seguinte ao 24 de agosto, com a notícia da renúncia do Sr. Jânio Quadros à Presidência da República, obriga a todos aqueles que têm uma mínima parcela de responsabilidade nas mãos a reunir todos os seus esforços para a defesa da liberdade e do regime. **ULTIMA HORA**, com a plena consciência dos deveres da imprensa, nesta hora de apreensões e inquietações, dirige um apelo ao povo carioca, em geral, e em especial, às classes trabalhadoras: mantenham a ordem, evitem explosões emocionais; fujam às provocações, permaneçam vigilantes em defesa do regime democrático, o único que pode assegurar ao Brasil a sobrevivência como Nação soberana e digna do seu destino. Lembre-se o povo carioca, do supremo sacrifício de Getúlio Vargas e inspire-se nele. Também naquele trágico dia de agosto, **ULTIMA HORA** dirigiu apelo idêntico ao povo e foi ouvido. Que Deus inspire, neste momento, os homens públicos de nossa Pátria. Somos uma Nação organizada e temos uma **Constituição**, livremente votada e aceita pela imensa maioria do povo brasileiro. E dentro dela, dentro de suas limitações, encontraremos, com a Graça de Deus, forças para vencer esta crise e prosseguirmos na tarefa de tornar um dia o Brasil um País mais feliz, mais tranqüilo e mais próspero.

Figura 8 Capa do Última Hora de 31 de agosto de 1961



O Estado de São Paulo, na seção Notas e Informações, de 26 de agosto de 1961, intitulado *Momentos de apreensão*, lembra-se das conquistas democráticas recentes, pós-Estado Novo, afirma que João Goulart é uma solução ruim, mesmo obedecendo à Constituição, e incita o patriotismo, convocando toda nação e as forças armadas para defender o regime democrático dos subversivos (Figura 9). Em 31 de agosto de 1961, na contracapa do jornal, destaque para as razões dos ministros militares em impedir a posse de Jango e a discussão do Congresso da possibilidade de uma emenda parlamentarista; o manifesto dos ministros militares também está na contracapa (Figura 10). Em *A responsabilidade do parlamento*,

critica a falta de firmeza das Casas do Congresso Nacional para tomar a decisão correta: impedir a posse de Jango e convocar novas eleições (Figura 11).

Figura 9 Nota de O Estado de São Paulo, na seção Notas e Informações, de 26 de agosto de 1961

O ESTADO DE S. PAULO — SÁBADO, 26 DE AGOSTO DE 1961

## NOTAS E INFORMAÇÕES

### Momentos de apreensão

No início da tarde de ontem foi a Nação sacudida por uma notícia das mais graves: o sr. Jânio Quadros, presidente da República, tomara a decisão de renunciar ao cargo para o qual havia sido eleito, isto é, a mais alta magistratura do País. Via-se assim o Brasil, pela segunda vez em sua história, obrigado a encarar de frente fatos que punham em jogo a estabilidade do regime, mercê do afastamento do chefe do Estado. Defrontara-se pela primeira vez com uma crise semelhante em 1831, quando da renúncia à coroa imperial de D. Pedro I. Naqueles já remotos tempos, atravessávamos um período em que se jogava a própria unidade da Nação, tal a fragilidade das estruturas sociais e políticas da comunhão brasileira. Inclinávamo-nos apenas na vida política independente. Não obstante isso, o gênio político herdado de Portugal permitir-nos-ia sair ilesos da prova decisiva a que nos submetia o destino. Com uma admirável visão das coisas, a Nação havia de encontrar na Regência a fórmula que preservaria as instituições, salvaguardando desse modo as conquistas liberais consubstanciadas na Constituição de 1824.

Hoje, atingimos uma maturidade política que se traduz nas vitórias alcançadas pela democracia nos pleitos que ultimamente se têm sucedido em todo o território nacional e dos quais resultou a posse em nove unidades da Federação de outros tantos líderes da liberal democracia. Possuímos, portanto, uma base de renovação de indiscutível solidez e que coloca o Brasil em condições de encarar com serenidade e confiança a crise a que o levou o gesto inesperado com que acaba de surpreender o País aquele a quem 5.600.000 eleitores tipham, há apenas dez meses, cometido a missão de restabelecer de uma vez para sempre a ordem constitucional.

Não nos iludimos de modo algum sobre a extrema gravidade do momento que atravessamos. Emergiamos apenas dos escombros do Estado Novo para iniciar um período de reconstrução do regime e da estrutura social e econômica da nacionalidade. E foi quando dávamos os primeiros passos no sentido da realização dessas ingentes tarefas que a renúncia do sr. presidente da República veio pôr à prova a capacidade política do povo brasileiro. Dentro da Constituição que nos rege, a solução do problema não ofereceria rigorosamente dificuldades de maior. Pelo art. 79, determina a nossa Carta Magna que o cargo vago com o ato do sr. Jânio Quadros seja imediatamente preenchido pelo presidente da Câmara dos Deputados. E isso por se achar ausente do País, no desempenho de uma missão diplomática junto ao governo da China Popular, o vice-presidente da República. Se nos ativermos ainda ao texto constitucional, a Nação será chamada a novas eleições se acaso, nos próximos trinta dias, não vier a tomar posse o substituto legal do presidente da República. Este o aspecto legal do problema com que se defronta a República.

Aludíamos, no início destes comentários, ao gênio político revelado pelo País no instante em que devido à abdicação de Pedro I tudo fazia crer que íamos entrar num período de desordem e anarquia idêntico àquele em que então se debatia desesperadamente a totalidade das repúblicas hispano-americanas. Esse mesmo gênio político levou-nos, em outras ocasiões, a vencer dificuldades que a todos pareciam insuperáveis. Em época não muito distante e impressionantemente semelhante à hora que vivemos, conseguimos superar vitoriosamente o problema que a morte trágica do ao tempo presidente da República criara para a nacionalidade. Naquele momento, como em várias outras passagens decisivas da nossa história, contou a Nação com o patriotismo e o desinteresse das suas Forças Armadas. Hoje, é ainda sobre elas que repousam a tranquilidade da comunhão brasileira e a sobrevivência do regime. E confiamos em que, mais uma vez, elas saibam desempenhar o papel de garantidoras da vontade popular que novamente lhes comete o destino. Está em suas mãos o futuro da nacionalidade. Alheios às paixões despertadas pela transitoriedade dos fenômenos, da hora que passa, e olhando de cima o entrechoque de ambições que nos levou à situação em que nos debatemos, o Exército, a Marinha e a Aeronáutica saberão, com certeza, preservar o Brasil dos golpes que as forças subversivas, atentas à dramática evolução da crise, se esforçarão por desfechar contra a democracia e a dignidade nacional.

Figura 10 Contracapa de O Estado de São Paulo, na seção Notas e Informações, de 31 de agosto de 1961

QUINTA-FEIRA, 31 DE AGOSTO DE 1961  
EDIÇÃO DE HOJE 48 PAGINAS

# O ESTADO DE S. PAULO

Previsão do tempo de 4 a 6 de hoje  
TEMPERATURA — Em graus Celsius  
SOL — Solente  
VENTO — De noroeste para sudoeste

## Os Militares Dão as Razões do Veto; Em Exame a Emenda Parlamentarista

### Proseguirá Até a Madrugada a Reunião do Congresso Nacional

BRASÍLIA, 30 — O Congresso esteve reunido hoje em sessão ordinária para discutir a proposta de emenda parlamentarista. A sessão começou às 10 h e 30 min, com o presidente da Câmara, João Goulart, lendo o relatório da Comissão Especial encarregada de estudar a proposta de emenda parlamentarista. O presidente da Câmara, João Goulart, afirmou que a proposta de emenda parlamentarista é uma proposta de natureza constitucional e que deve ser discutida em caráter de urgência.

### Sessão matutina

Na sessão matutina, o presidente da Câmara, João Goulart, afirmou que a proposta de emenda parlamentarista é uma proposta de natureza constitucional e que deve ser discutida em caráter de urgência. O presidente da Câmara, João Goulart, afirmou que a proposta de emenda parlamentarista é uma proposta de natureza constitucional e que deve ser discutida em caráter de urgência.

### Em sessão

Em sessão, o presidente da Câmara, João Goulart, afirmou que a proposta de emenda parlamentarista é uma proposta de natureza constitucional e que deve ser discutida em caráter de urgência.

### Parlamentarismo

Parlamentarismo, o presidente da Câmara, João Goulart, afirmou que a proposta de emenda parlamentarista é uma proposta de natureza constitucional e que deve ser discutida em caráter de urgência.

### Parlamentarismo

Parlamentarismo, o presidente da Câmara, João Goulart, afirmou que a proposta de emenda parlamentarista é uma proposta de natureza constitucional e que deve ser discutida em caráter de urgência.

### Parlamentarismo

Parlamentarismo, o presidente da Câmara, João Goulart, afirmou que a proposta de emenda parlamentarista é uma proposta de natureza constitucional e que deve ser discutida em caráter de urgência.

### Parlamentarismo

Parlamentarismo, o presidente da Câmara, João Goulart, afirmou que a proposta de emenda parlamentarista é uma proposta de natureza constitucional e que deve ser discutida em caráter de urgência.

### Parlamentarismo

Parlamentarismo, o presidente da Câmara, João Goulart, afirmou que a proposta de emenda parlamentarista é uma proposta de natureza constitucional e que deve ser discutida em caráter de urgência.



BRASÍLIA, 30 — Um dos debates da sessão de manhã do Congresso, convocada para apreciar a sugestão parlamentarista enviada pelo Conselho Especial incumbido de examinar o ofício de Mariluz (controle o voto dos

### Manifesto do EMFA à Nação

BRASÍLIA, 30 — O EMFA (Estado de Minas Federação dos Militares) enviou hoje um manifesto à nação, afirmando que a proposta de emenda parlamentarista é uma proposta de natureza constitucional e que deve ser discutida em caráter de urgência.

### Goulart deverá chegar hoje a Buenos Aires

BRASÍLIA, 30 — O presidente da República, João Goulart, deverá chegar hoje a Buenos Aires para uma visita oficial. A viagem é considerada uma das prioridades da administração Goulart.

### Manifesto assinado pelos ministros das Três Armas

BRASÍLIA, 30 — Os ministros militares assinaram hoje um manifesto em defesa da proposta de emenda parlamentarista. O manifesto afirma que a proposta é uma proposta de natureza constitucional e que deve ser discutida em caráter de urgência.

### Manifesto à Nação

BRASÍLIA, 30 — O manifesto assinado pelos ministros militares afirma que a proposta de emenda parlamentarista é uma proposta de natureza constitucional e que deve ser discutida em caráter de urgência.

### Entrada de "Candido"

BRASÍLIA, 30 — O deputado federal Candido Cavalcanti entrou hoje no Brasil para uma visita oficial. A viagem é considerada uma das prioridades da administração Goulart.

### Embargo em Paris

PARIS, 30 (APF, AP, UPI e ANSA) — Depois de sofrer um embargo em Paris, o Brasil deverá voltar para o Brasil para uma visita oficial. A viagem é considerada uma das prioridades da administração Goulart.

### Chegada em EUA

NOVA YORK, 30 (APF, AP e UPI) — O presidente da República, João Goulart, chegou hoje a Nova York para uma visita oficial. A viagem é considerada uma das prioridades da administração Goulart.

### Acertaria e furlaria

PARIS, 30 (APF, AP, UPI e ANSA) — Depois de sofrer um embargo em Paris, o Brasil deverá voltar para o Brasil para uma visita oficial. A viagem é considerada uma das prioridades da administração Goulart.

### Ferriados bancários hoje, amanhã e dia 2

BRASÍLIA, 30 — Os funcionários bancários terão hoje, amanhã e no dia 2 de setembro, ferriados em homenagem ao aniversário do Brasil. Os bancos estarão fechados durante esse período.

### Soldados demitidos licenciados pelo ministro

BRASÍLIA, 30 — O ministro da Guerra, Eurico de Aguiar Salgado, anunciou hoje a demissão de 100 soldados licenciados. A decisão foi considerada uma medida necessária para a reorganização do Exército.

### Parlamentarismo

Parlamentarismo, o presidente da Câmara, João Goulart, afirmou que a proposta de emenda parlamentarista é uma proposta de natureza constitucional e que deve ser discutida em caráter de urgência.

Parlamentarismo, o presidente da Câmara, João Goulart, afirmou que a proposta de emenda parlamentarista é uma proposta de natureza constitucional e que deve ser discutida em caráter de urgência.

## NOTAS E INFORMAÇÕES

### A responsabilidade do Parlamento

A crise em que se debate desesperadamente o País originou-se do fato de haverem as Forças Armadas, representadas pelos ministros das três

pastas militares, oposto um veto formal à posse do sr. Jango Goulart.

Como poderia reagir o Congresso a essa situação? De duas maneiras: ou opondo-se com a mesma decisão ao gesto dos srs. ministros militares, ou reconhecendo o bem fundado das alegações dos chefes das forças nacionais, procurando uma fórmula que lhe permitisse, dentro da lei, evitar que o sr. vice-presidente da República assumisse o Executivo federal. Essa fórmula seria a que o art. 217 da atual Constituição estava a indicar, isto é, por dois terços dos membros da Câmara e do Senado votaria o Congresso uma emenda pela qual o vice-presidente da República deixaria de ser o substituto legal do presidente em caso de renúncia ou morte deste. Esse o único caminho que se oferecia ao Legislativo para impedir que as Forças Armadas impusessem pela força a sua vontade.

Mas, que é que fez o Legislativo? Não enfrentou desasombrosadamente a situação. Preferiu contorná-la, admitindo a hipótese de uma reforma que modificasse a essência do regime, transformando-o de presidencialista, que é, em parlamentarista. Era um subterfúgio. Desse modo reconhecia o Congresso implicitamente a validade das razões que os militares alegam para vetar o nome do sr. Jango Goulart, mas não deixaria de o manter na Presidência da República. Esqueciam, portanto, os deputados e senadores partidários dessa solução que ela, se aceita, poderia, no máximo, protelar o conflito, pois o regime parlamentarista, uma vez adotado, proporcionaria ao sr. Jango Goulart — através de faculdade expressamente concedida ao presidente da República — o ensejo de dissolver o Parlamento toda vez que este não outorgasse ao chefe do Ministério designado a maioria necessária para governar. Teria, além do mais, o sr. João Goulart nas mãos a escolha do primeiro-ministro. Era óbvio, em tais condições, que aqueles que impugnavam formalmente o nome do herdeiro do sr. Getúlio Vargas como sucessor do sr. Jango Quadros não aceitariam de modo algum a fórmula proposta.

Assim, os interesses em jogo, as preocupações de ordem pessoal e de grupo, a disposição em que se achavam os diferentes partidos da maioria de utilizarem as vantagens que lhes advém do fato de constituírem o grupo mais numeroso (tanto na Câmara como no Senado), levaram o País a um beco sem saída. Neste momento o princípio da defesa a todo o custo da letra expressa da Constituição já não pode ser invocado porque na aceitação da fórmula parlamentarista está implícita a violação desse mesmo princípio.

Daqui por diante, cabe à maioria do Parlamento a responsabilidade pelo que possa acontecer. O tempo passa vertiginosamente e a evolução dos sucessos processa-se no mesmo ritmo. Dentro de poucas horas já não será possível pensar-se numa solução capaz de salvaguardar a Constituição. Os próprios acontecimentos levarão as Forças Armadas a assumirem o poder. E a essa situação teremos sido levados pelas manobras impatrióticas dos membros dos dois partidos que foram o sustentáculo do Estado Novo.

O jornal Folha de São Paulo no editorial *A lamentável renúncia*, de 26 de agosto de 1961, lamenta a crise criada pela inabilidade política e pela falta de controle emocional de Jânio Quadros, pedindo todos os esforços para a salvaguarda da Constituição (Figura 12). Em 30 de agosto de 1961, o editorial *Perspectiva sombria* afirma que a solução correta é a entrega do poder a João Goulart, mas devido à intransigência dos ministros militares, a mudança do regime político para o parlamentarismo seria uma solução razoável. E que o impedimento de Jango seria mais uma violação grave à Constituição (Figura 13). Em 31 de agosto de 1961, a manchete de capa destaca a opinião dos ministros militares contra Jango e apresenta o manifesto dos ministros (Figura 14).

Figura 12 Editorial da Folha de São Paulo de 26 de agosto de 1961.

## FOLHA DE S. PAULO

Um jornal a serviço do Brasil

### A LAMENTAVEL RENUNCIA

Lamente-se, em nome de toda a Nação brasileira, o desfecho surpreendente e dramático de uma rápida crise política que se afigurava superficial e de proporções limitadas. A renúncia do presidente da República, com efeito, era hipótese que de nenhum modo se cogitava e o impacto que ela causou na opinião pública tem, por isso mesmo, efeitos desastrosos, pois cria um traumatismo de repercussões profundas e indesejáveis, verdadeiramente perturbador para a vida nacional. Por tais motivos, o gesto do sr. Janio Quadros só pode merecer a mais cabal condenação, independente mesmo do conhecimento exato das convicções que ditaram a s. exa. a atitude extrema.

Ao invés de demonstrar "coragem para a renúncia", como disse nas razões de seu gesto, teria sido mais prudente e patriótico o chefe do governo se afirmasse a sua coragem no combate vigoroso e franco aos que, segundo suas próprias palavras, vinham subordinando "os interesses gerais aos apetites e às ambições de grupos ou indivíduos". Infelizmente, porém, a impulsividade e a instabilidade emocional do sr. Janio Quadros não lhe permitiram enfrentar os opositores e superar as divergências com a ponderação e a tranquilidade que se exigem de um chefe de Estado. Fez agora s. exa. o que antes já fizera quando candidato. Mas, se então a renúncia atingiu diretamente apenas os que aspiravam à sua ascensão à presidência da República, desta vez, lamentavelmente, o gesto inopinado alcança a Nação inteira, que de uma hora para outra se vê assaltada por uma onda de angustiosa expectativa. Daí a um clima de pernicioso fermentação vai apenas um passo. Já é, aliás, o que se observa nas ruas, nas câmaras legislativas, em entidades públicas e privadas. E a quem aproveita a agitação? Somente aos exploradores da confusão e do caos, aos que não são interessados no progresso econômico e democrático de nossa pátria. O país, ao contrário, no conjunto das suas atividades criadoras, só pode deplorar as consequências indesejáveis de acontecimentos dessa natureza. Tal realidade, por isso mesmo, deveria ter impellido o presidente a pensar duas vezes na drástica decisão que tomou. Não o fez, porém. E, preferindo o caminho menos indolente, criou o ambiente de tensão que a estas horas se deplora.

Como é natural, são ainda imprecisas e contraditórias algumas notícias relacionadas com o episódio de ontem. Não se pode, assim, arriscar um exame mais minucioso e acurado de todos os fatos que envolvem as ocorrências. Portanto, limitando-nos a apreciar a renúncia do chefe da Nação com base naquilo que por enquanto de positivo se conhece, não pretendemos avançar em suposições ou interpretações. Mas fique desde já registrado que as mesmas críticas de que é merecedor o sr. Janio Quadros por não ter sabido usar de ponderação para superar a crise em que se envolveu, merecem-nas também todos os que, tendo tido porventura a oportunidade de preservar a Nação de um incidente contristador, não o souberam entretanto fazer.

De resto, o que se deve precipuamente encarecer é a necessidade de que todos os esforços sejam envidados para a salvaguarda da ordem constitucional, o que vale dizer, da tranquilidade e do bem-estar geral do povo. Que o próprio apelo de congracimento formulado pelo sr. Janio Quadros em sua mensagem seja neste instante a palavra de ordem para todos os brasileiros.

Figura 13 Editorial da Folha de São Paulo de 30 de agosto de 1961.

## FOLHA DE S. PAULO

Um jornal a serviço do Brasil

### PERSPECTIVA SOMBRIA

Como já dissemos varias vezes, só existe uma solução certa para a crise nacional, que é a entrega da Presidência da República ao sr. João Goulart, em obediência ao que dispõe a Constituição Federal. Tudo mais que o Congresso venha a fazer nesta emergência serão remendos para o mal já consumado com a violação da lei máxima.

Mas se se verificar que as Forças Armadas mantêm intransigentemente o veto àquela entrega, será preferível um remendo à continuação da crise, com a sua seqüela de terríveis consequências: paralisação da vida nacional, crescente descredito no exterior, fechamento do Congresso, ditadura militar e talvez até mesmo guerra civil. Pois a verdade é que, por enquanto, não se sabe até que ponto as guarnições das Forças Armadas, espalhadas pelo país — não apenas os comandos — estão solidárias com a orientação dos três ministros militares.

O remendo menos mau, em tão angustioso momento — pois há remendos piores — seria a imediata aprovação da emenda parlamentarista. Em outras circunstâncias, não hesitaríamos em classificar de boa essa solução, pois há anos que nos batemos pela proposição do sr. Raul Pila. Agora só teria o inconveniente de ser forçada pelas circunstâncias e de vir a ressentir-se fatalmente de imperfeições decorrentes da pressa que vinha havendo nas últimas discussões. Essa fórmula permitiria entregar a presidência ao sr. João Goulart, sem os temores de governar mal, porque no regime parlamentarista quem governa é o gabinete, formado com aprovação do Congresso.

Mas essa solução menos má se tornou inviável ontem à tarde, porque os ministros militares a vetaram, sob o argumento de que, contando o vice-presidente com maioria no Congresso, governaria como quisesse. Alegação sem dúvida exorbitante do razoável, porque na Câmara e no Senado têm assento os representantes diretos e legítimos da confiança popular.

Diante dessa atitude de intransigência das Forças Armadas, o Congresso pode vir a encontrar-se diante de duas soluções terríveis. Ou aprovar o impedimento do sr. João Goulart, votando conscientemente uma in-verdade e uma ilegalidade, ou recusar-se a isso, e se fechado por soldados, como aconteceu em 1937. Neste último caso, teremos o fim melancólico da pobre Constituição de 1946 e o início de nova era, sob os escombros de uma ditadura qualquer, até que se eleja novo Constituinte, faça-se nova Carta Magna e se escolha novo governo. Tudo isso se sucedendo sob o clima de agitações e perturbações gravemente danosas e perigosas à vida do país.

É tão sombria essa perspectiva, que ainda almeríamos a esperança de uma solução patriótica que venha resolvê-la. Os Quixotes dirão que o Congresso deve cair de pé, sem atentar que esse heroísmo pode fazer correr o generoso sangue de irmãos. Diremos, tão somente, que, como poder civil desarmado, cabe-lhe fazer o melhor que possa, para mitigar o sofrimento da Nação, nos angustiosos momentos que estamos vivendo. Os inimigos das Forças Armadas já lhes dirigem todos os vituperios. Pois nós invocaremos o seu passado de grandes serviços prestados à pátria, para dizer-lhes que ainda é tempo de não desmenti-lo, procurando fazer tudo que possam para atenuar o agravo já praticado contra a Constituição que elas deveriam ser as primeiras a defender.

Figura 14 Manchete de capa da Folha de São Paulo de 31 de agosto de 1961

**Goulart aguardado às 13h40 em Buenos Aires; espera estar hoje no Brasil**

**2ª EDIÇÃO** **FOLHA DE S. PAULO** **★**

*Um jornal a serviço do Brasil*

Letl não gastou de Lajes; por culpa sua falta conforto

ANO XL São Paulo — Quarta-feira, 31 de agosto de 1961 N.º 11.700

**Menino sella palavrão e vai preso**

Um menino de 10 anos, ao ser levado ao trabalho de limpeza da casa de um senhor de 70 anos, foi preso por ter usado um palavrão.

**Feriado bancário de hoje e sábado**

HOJE, 31 (FISP) — O Departamento de Fazenda anunciou esta manhã a decisão de suspender a circulação de moedas em todo o Brasil durante o feriado bancário de hoje e sábado.

**Palmaram Palmeiras e Portuguesa**

HOJE, 31 (FISP) — O Departamento de Fazenda anunciou esta manhã a decisão de suspender a circulação de moedas em todo o Brasil durante o feriado bancário de hoje e sábado.

**Na Assembléia, a Frente da Legalidade**

HOJE, 31 (FISP) — O Departamento de Fazenda anunciou esta manhã a decisão de suspender a circulação de moedas em todo o Brasil durante o feriado bancário de hoje e sábado.

**Brizola ameaça revolução**

HOJE, 31 (FISP) — O Departamento de Fazenda anunciou esta manhã a decisão de suspender a circulação de moedas em todo o Brasil durante o feriado bancário de hoje e sábado.

**Jornal de NY faz restrições a Janio e Jango**

HOJE, 31 (FISP) — O Departamento de Fazenda anunciou esta manhã a decisão de suspender a circulação de moedas em todo o Brasil durante o feriado bancário de hoje e sábado.

**Radio de Santos convidada a mudar de orientação**

HOJE, 31 (FISP) — O Departamento de Fazenda anunciou esta manhã a decisão de suspender a circulação de moedas em todo o Brasil durante o feriado bancário de hoje e sábado.

**NOSSA OPINIÃO**

Na opinião de nós, a situação política do Brasil é extremamente delicada. O governo deve tomar medidas urgentes para garantir a estabilidade econômica e social.

**Licenciados 40.000 praças; transferencia da sede do III Exército**

O gen. Celso de Figueiredo foi nomeado comandante do III Exército, com sede em Curitiba, em substituição ao gen. João de Deus.

**Pedimento na estação**

Um trem de passageiros parou em uma estação devido a um problema técnico. Os passageiros foram informados e aguardaram algumas horas.

# OS TRÊS MINISTROS DENUNCIAM A POSSE DE JANGO COMO INCENTIVO À DESORDEM



## Lançado manifesto à nação, expõe as razões do veto

BRASÍLIA, 30 (FISP) — Os ministros da Guerra, Agricultura e Marinha dirigiram hoje o seguinte manifesto à nação:

"No cumprimento de seu dever constitucional de assegurar a ordem e a paz no Brasil, os ministros da Guerra, Agricultura e Marinha dirigiram hoje o seguinte manifesto à nação. O Brasil, ao ser proclamado República, recebeu a missão de construir uma sociedade livre, justa e pacífica. Esta missão é sagrada e não pode ser abandonada. O atual governo, ao tentar impor a posse de Jango, está violando esta missão e colocando em risco a ordem e a paz do Brasil. Por isso, os ministros da Guerra, Agricultura e Marinha se comprometem a lutar até a morte pela defesa da Constituição e da liberdade do Brasil."

## Jango em Nova York

### Anuncia Jango: espera estar hoje no Brasil

NOVA YORK — O presidente do Brasil, Juscelino Kubitschek, anunciou hoje que espera estar no Brasil em 31 de agosto.

## Punição para general Machado Lopes

RIO, 31 (FISP) — O gen. Feriães Machado, secretário-geral da Ministria da Guerra, foi punido por ter participado de uma reunião secreta em Nova York.

## Tremados perigosos

Um trem de passageiros foi paralisado em uma estação devido a um problema técnico. Os passageiros foram informados e aguardaram algumas horas.

## O Congresso aprovou hoje o parecer que opina a favor do parlamentarismo

BRASÍLIA, 31 (FISP) — Minutos antes das 13 horas desta tarde, o Congresso aprovou o parecer que opina a favor do parlamentarismo.

## Licenciados 40.000 praças; transferencia da sede do III Exército

O gen. Celso de Figueiredo foi nomeado comandante do III Exército, com sede em Curitiba, em substituição ao gen. João de Deus.

## Pedimento na estação

Um trem de passageiros parou em uma estação devido a um problema técnico. Os passageiros foram informados e aguardaram algumas horas.

## Juscelino apela a Denys

O presidente Juscelino Kubitschek, apelou hoje ao gen. Denys de Matos para que se comprometa com a ordem e a paz do Brasil.

## Canhões deslocam-se no Rio

Dois canhões foram deslocados de uma base para o Rio de Janeiro, em preparação para uma possível situação de emergência.

## Carvalho Pinto: solução pacífica e constitucional

O senador Carvalho Pinto defendeu hoje a solução pacífica e constitucional para a crise política do Brasil.

## Kennedy: conflagração no Brasil

O presidente John F. Kennedy afirmou hoje que não vê a possibilidade de uma conflagração no Brasil.

## Oficiais da FAB presos a bordo de "Minas Gerais"

Dois oficiais da Força Armada Brasileira foram presos a bordo do navio "Minas Gerais" durante uma operação de fiscalização.



## Carvalho Pinto: solução pacífica e constitucional

O senador Carvalho Pinto defendeu hoje a solução pacífica e constitucional para a crise política do Brasil.

## Kennedy: conflagração no Brasil

O presidente John F. Kennedy afirmou hoje que não vê a possibilidade de uma conflagração no Brasil.

## Oficiais da FAB presos a bordo de "Minas Gerais"

Dois oficiais da Força Armada Brasileira foram presos a bordo do navio "Minas Gerais" durante uma operação de fiscalização.

## Licenciados 40.000 praças; transferencia da sede do III Exército

O gen. Celso de Figueiredo foi nomeado comandante do III Exército, com sede em Curitiba, em substituição ao gen. João de Deus.

## Pedimento na estação

Um trem de passageiros parou em uma estação devido a um problema técnico. Os passageiros foram informados e aguardaram algumas horas.



**Suspensas as aulas até segunda ordem**

As aulas em algumas escolas foram suspensas devido a uma situação de emergência.

**Expulsão de Lacerda da ABI**

O jornalista Lacerda foi expulso da Associação Brasileira de Imprensa (ABI) por ter publicado informações consideradas sensíveis.

**Canhões deslocam-se no Rio**

Dois canhões foram deslocados de uma base para o Rio de Janeiro, em preparação para uma possível situação de emergência.

**Kennedy: conflagração no Brasil**

O presidente John F. Kennedy afirmou hoje que não vê a possibilidade de uma conflagração no Brasil.

**Oficiais da FAB presos a bordo de "Minas Gerais"**

Dois oficiais da Força Armada Brasileira foram presos a bordo do navio "Minas Gerais" durante uma operação de fiscalização.

**Licenciados 40.000 praças; transferencia da sede do III Exército**

O gen. Celso de Figueiredo foi nomeado comandante do III Exército, com sede em Curitiba, em substituição ao gen. João de Deus.

**Pedimento na estação**

Um trem de passageiros parou em uma estação devido a um problema técnico. Os passageiros foram informados e aguardaram algumas horas.

**Carvalho Pinto: solução pacífica e constitucional**

O senador Carvalho Pinto defendeu hoje a solução pacífica e constitucional para a crise política do Brasil.

**Kennedy: conflagração no Brasil**

O presidente John F. Kennedy afirmou hoje que não vê a possibilidade de uma conflagração no Brasil.

**Oficiais da FAB presos a bordo de "Minas Gerais"**

Dois oficiais da Força Armada Brasileira foram presos a bordo do navio "Minas Gerais" durante uma operação de fiscalização.

**Licenciados 40.000 praças; transferencia da sede do III Exército**

O gen. Celso de Figueiredo foi nomeado comandante do III Exército, com sede em Curitiba, em substituição ao gen. João de Deus.

**Pedimento na estação**

Um trem de passageiros parou em uma estação devido a um problema técnico. Os passageiros foram informados e aguardaram algumas horas.

**Carvalho Pinto: solução pacífica e constitucional**

O senador Carvalho Pinto defendeu hoje a solução pacífica e constitucional para a crise política do Brasil.

**Kennedy: conflagração no Brasil**

O presidente John F. Kennedy afirmou hoje que não vê a possibilidade de uma conflagração no Brasil.

**Oficiais da FAB presos a bordo de "Minas Gerais"**

Dois oficiais da Força Armada Brasileira foram presos a bordo do navio "Minas Gerais" durante uma operação de fiscalização.

**Licenciados 40.000 praças; transferencia da sede do III Exército**

O gen. Celso de Figueiredo foi nomeado comandante do III Exército, com sede em Curitiba, em substituição ao gen. João de Deus.

**Pedimento na estação**

Um trem de passageiros parou em uma estação devido a um problema técnico. Os passageiros foram informados e aguardaram algumas horas.

**Carvalho Pinto: solução pacífica e constitucional**

O senador Carvalho Pinto defendeu hoje a solução pacífica e constitucional para a crise política do Brasil.

## 7.2 POSSE DE JOÃO GOULART NO PARLAMENTARISMO

Em 02 de setembro de 1961, o Congresso Nacional aprovou, como solução para crise, o Ato Adicional que mudou o regime político para o parlamentarismo. No dia 07 de setembro Jango assumiu a presidência.

O Correio da Manhã, em 03 de setembro de 1961, na nota *Verdade e Legalidade* defende a legalidade na posse de João Goulart e na opção do Congresso pelo parlamentarismo enquanto critica ferozmente os chefes militares e Carlos Lacerda por incendiarem o país (Figura 15).

Figura 15 Nota do Correio da Manhã em 03 de setembro de 1961

# Verdade e Legalidade

As únicas realidades constitucionais, legais e de Direito, no Brasil deste momento, são: o sr. João Goulart, presidente da República; o Congresso que votou e deliberou soberanamente pelo parlamentarismo; as Assembléias estaduais; e os governadores dos Estados, menos o do Estado da Guanabara.

Contra essas realidades constitucionais, legais e de Direito estão em plena rebelião sediciosa as realidades inconstitucionais, ilegais e ilegítimas da subversão sediciosa, da rebelião.

Acontece que não só subvertem a lei, mas também a verdade. Chamam-se legalistas e chamam de subversivos os defensores da lei. Em cartas trocadas com o sr. Martins Rodrigues, ministro da Justiça do sr. Ranieri Mazzilli, o Carlos Lacerda chama de "burgueses notórios a serviço do comunismo" os democratas; divulga no seu jornal a notícia da colaboração de Prestes conosco. Em manifestações oficiais, o mal. Denys chama "sediciosos" o general Machado Lopes, e os que o obedecem, esses verdadeiros defensores da democracia.

São calúnias. Restabelecemos a verdade.

\* \* \*

Chefes militares, em suas proclamações, afirmam sempre que o país está em calma. Certo. O país trabalha calmamente como sempre, quer dizer: os civis. Alguns militares é que estão mentalmente perturbados, levantando-se em armas contra seus próprios camaradas, fiéis à lei, e contra a Nação.

Os inquietos, os perturbados, são esses chefes militares. Só. Há em sua companhia um único civil, que é o responsável imediato dos acontecimentos.

Todas as mentiras perigosas de Carlos Lacerda servem para este fim: fazer esque-

cer que ele, *ele*, incendiou o país; rebelando-se contra o governo federal e chamando para isso alguns generais no Rio de Janeiro, os esbirros da sua polícia, e alguns fanáticos da Aeronáutica e da Marinha.

\* \* \*

Não se esqueçam nunca: foi esse Carlos Lacerda, quem incendiou o país. Agora, esse Goering magro, dopado por sua megalomania, quer transformar o incêndio do país em incêndio do "Reichstag", a exemplo do crime que cometeram os nazistas, atribuindo-o a comunistas e nomeando comunistas todos os que não lhes agradaram. Agora, é o ex-comunista notório Carlos Lacerda que chama os democratas de "burgueses notórios a serviço do comunismo". Acaba de escrever isso ao ministro Martins Rodrigues, contra o qual ele, Lacerda, já travou violentíssima campanha, denunciando-o como nazista.

O terceiro nessa aliança é Fidel Castro, pretendendo imiscuir-se nos assuntos brasileiros e fornecendo, com pronunciamentos, munição aos caluniadores. Não temos nada com esse mestre-sala de uma escola de rumba. *Paredón*, no Brasil, é material de construção. Que se cale o barbudo quando homens sérios lutam.

\* \* \*

Lutamos pela legalidade democrática: todos nós democratas e anticomunistas, inclusive os mais conservadores, que já compreendem ou ainda compreenderão que as garantias legais, oferecidas pela democracia, são indispensáveis para a segurança da propriedade. Os conservadores que, ainda não tendo compreendido essa verdade, ficam mudos, arrepender-se-iam. Veriam que a ditadura militar é o caminho mais certo, mais seguro para o comunismo. E então, haveria choro e ranger de dentes.

O Globo em editorial chamado *Fisionomia da crise*, de 04 de setembro de 1961 (edição vespertina) fala em desarmar espíritos ao mesmo tempo que propaga temor aos comunistas e desconfiança das intenções de Jango (Figura 16). Com o adiamento da posse de João Goulart por boatos de sublevação de oficiais da Força Aérea Brasileira (FAB), o editorial de 05 de setembro com o título *Paz e Legalidade!* afirma que o período de questionamentos já passou e era hora de aceitar e defender a pátria de qualquer ilegalidade (Figura 17).

Figura 16 Editorial de O Globo de 04 de setembro de 1961

## FISIONOMIA DA CRISE

**O** DESENVOLVER dos acontecimentos que precederam e sucederam a renúncia do Sr. Jânio Quadros conduziu a múltiplas conclusões e revela aspectos diversos da vida de nosso País. Nem era possível que fato de tamanha relevância procedesse de uma única fonte. Via de regra, crises de tão grandes proporções emanam de muitas causas e geram as mais variadas consequências.

**C**OMO ressaltamos há dias, cumpre reconhecer e proclamar a índole pacífica do povo, que, longe de agravar a situação por atos de desafino, só tem contribuído para o restabelecimento da normalidade, que não estará longe, se não surgirem outros fatos imprevistos, como essa despropositada invasão de Santa Catarina pela Brigada do Rio Grande.

**S**EM dúvida é cedo para destacar esta ou aquela razão como preponderante na trama das determinantes, mas uma conclusão iluminar-se val impondosa: a de que para o drama, que estamos suportando, concorreu decisivamente o choque entre os que, conscientes ou inconscientemente, nos querem arrastar para soluções insurrecionais do tipo fidelista e a da imensa maioria dos brasileiros que, apesar de todas as dificuldades, se opõem à tentativa de desvincular-nos da comunidade continental, do nosso tradicional apego ao sistema bolivariano, do respeito aos tratados e compromissos com as repúblicas americanas, mas sobretudo aos interesses do Brasil e do seu futuro, que não se acham em Moscou ou Pequim, mas na continuidade do estilo de vida do Ocidente, de cuja civilização somos herdeiros e continuadores.

**M**AIS de uma vez O GLOBO ressaltou a inexplicável e indefensável de muitas atitudes do Governo Quadros, fazendo vista grossa à nossa posição anticomunista e as nossas históricas definições no embate entre a democracia e os regimes de fisionomia marxista, sobretudo pelo ostensivo e agressivo patrocínio que o Ex-Presidente dispensava aos que se apoderaram de Cuba pela tração e a violência e ali instalaram um feroz revolucionário destinado a comunicar a América Latina.

**A**TÉ então o Brasil — mesmo nas horas mais obscuras do populismo sob Getúlio Vargas — sempre cuidou de preservar sua devoção ao pan-americano, do qual fomos historicamente predecessores e sustentáculos, com homens da estatura moral do Patriarca

José Bonifácio, de Rio Branco e Joaquim Nabuco, para só aludirmos aos maiores, já envoltos na glória da posteridade.

**C**OM espanto, vimos que, a pretexto de vantagens para o nosso comércio exterior, o Presidente resignatário não fez outra coisa senão levar-nos, dia a dia, para tratarmos a U.R.S.S. e até a China Vermelha em pé de igualdade com as nações do Ocidente, de que descendemos pelo sangue e a cultura.

**E**M POUCOS meses foram sendo postas abaixo todas as medidas de cautela em relação aos inimigos ostensivos da nossa formação moral e política, da nossa índole, do nosso comportamento social. A passarela era constituída pelo estranho aprêço ao neutralismo; e o Marçal Tita e o Coronel Nassur foram sendo discretamente inculcados como padrões a imitar. Estivemos beirando a vitima de personalidades que não têm conosco a mínima afinidade política ou cultural.

**A**INDA que debaixo de profundas reservas, a Nação preparou-se para suportar o restabelecimento de relações diplomáticas com a Rússia Soviética, aliás exigida por esta, conforme foi declarado por autoridade diplomática brasileira. Relações diplomáticas aceitáveis constrangidos para evidenciar o teor do nosso comércio com o Leste; não, porém, amizades e mensagens de um estilo incompatível com as nossas respectivas posições.

**M**AS já atrás vinha a China, para onde seculiu o Sr. João Goulart, e lá declarou que iríamos reconhecer em breve o regime de Mao Tse-Tung!

**T**UDO isto apresentado ao povo como consequência de um novo 7 de Setembro! O Brasil acabava de adquirir sua independência e, para comprová-la, lá se de roldão com os inimigos, dando as costas às amidas históricas, aos aliados em duas guerras universais, aos que nos compram a quase totalidade do nosso café sem imposto da importação, e nos emprestam dinheiro para o nosso desenvolvimento.

**N**UM minuto todo esse quadro desabou sob o peso da renúncia do Presidente. Por quê? A interrogação continua de pé. Os mais ousados e tendenciosos passaram a sustentar que S. Ex.<sup>a</sup> se vira na contingência de abandonar o cargo pela pressão das Forças Armadas. A falsidade da versão foi atestada pelas declarações de dois ilustres brasileiros — os Governadores de São Paulo e Minas. Ambos oviram o desmentido dos lábios do Sr. Jânio Quadros.

**M**AS se faltasse uma prova de que, de dentro e de fora, nos querem lançar para os domínios da insurreição cubana e do mundo soviético, bastaria atarmos para o asinhamento com que os comunistas se incorporaram ao movimento do Sul, para onde se deslocou o próprio Luis Carlos Prestes, a pretexto de defender uma legalidade que para os vermelhos não tem qualquer sentido. Também em Cuba a revolução comunista veio envolta na bandeira da democracia e de liberdade. Aliás, Fidel Castro para melhor patentear o proveito que pretendem tirar os soviéticos da atual situação brasileira não vacilou em ferir os nossos melindres nacionais, interferindo desabridamente em nosso problema interno, com aquela desenvoltura que lhe é peculiar.

**E**S aí, em alto relevo, a comprovação de que o Brasil se acha no dever de resistir a todas as pressões seculares, a fim de salvar-nos do avanço comunista. Grande parte desses males tem de ser levada à conta da "virada" que o Ex-Presidente lentou fator nos rumos tradicionais da nossa política externa, na tolerância com que admitiu em suas vizinhanças a audácia dos agitadores, nos problemas que engendrou apadinhando o ditador Fidel Castro, condecorando tucos e Guevaras com as estrelas do Cruzeiro do Sul, com seu pendente para o neutralismo, com seu virtual abandono dos compromissos e conveniências interamericanas.

**N**ÃO cessaremos de alertar as forças morais e militares contra os riscos a que o País está sujeito. Vamos, agora, experimentar o sistema parlamentar. Não vale antecipar um apoio ou uma reserva à solução. Foi a única que se apresentou como capaz de apaziguar o Brasil, nesta hora difícil em que o espectro da guerra civil já cobria com sua sombra esta imensa e extraordinária Nação.

**C**ONFORME "O GLOBO", na oportunidade, comunicou aos leitores, o sistema parlamentarista, alçando o Sr. Goulart a Chefe do Estado mas não do Governo, permite a S. Ex.<sup>a</sup> tomar posse na Presidência da República, mas não lhe concede aqueles amplos poderes de que gozavam seus antecessores na Primeira Magistratura. Infelizmente, entre as transigências que, de lado a lado, marcaram o episódio da implantação do novo regime, encontra-se a que levou o Congresso a desistir de fixar para o "Premier" um período certo de Governo — 31 de janeiro de 1962, era o termo fixado — que asseguraria ao Chefe do Gabinete uma estabilidade que só poderia ser benéfica ao País.

**C**ONVEM, entretanto, advertir a Nação que todos os regimes têm vantagens e desvantagens. Pensem bem os que não perderam o senso das realidades que, no Brasil, o mal está mais nos homens do que nas leis. Os homens é que vêm falhando. E continuam a falhar, com ou sem o presidencialismo. Mas espere-se que, desta feita, o bom-senso e patriotismo dos grupos partidários e dos líderes políticos facilitem a organização do novo Governo, oferecendo, inclusive, seus melhores elementos, os mais dignos, os mais capazes, os mais credenciados para exercer os altos postos da República, sem sectarismo, sem personalismos, sem paixões.

**A** HORA tem que ser, obrigatoriamente, a da concórdia e a do desarmamento dos espíritos. Só assim, embora atingido na sua economia, na sua posição internacional, em seu espírito — tão rudemente ferido nos últimos dias — poderá o Brasil recuperar-se e retomar seu caminho de trabalho e progresso.

**E**NTANTO por aqui vamos mudando do roupe constitucional, a U.R.S.S. lá faz explodir mais uma poderosa bomba, dando fim à trégua nuclear e ameaçando os que não se submetteram ao seu comando. Melhor advertência não pode haver, e exigir dos brasileiros a união indispensável para a sobrevivência do nosso País diante deste mundo confurbado e ameaçador!

Figura 17 Editorial de O Globo de 05 de setembro de 1961

## **PAZ E LEGALIDADE!**

**É** COM tristeza e alarma que a Nação toma conhecimento dessa nova ameaça que se esboça contra a sua estabilidade, já tão lamentavelmente posta à prova numa série angustiante de decepções e receios. Quando parecia que o povo brasileiro, cuja tradição de ordem e respeito à lei foi nestes dias tão rudemente ferida, ia encontrar afinal a tranqüilidade de que tanto precisa para enfrentar os mais duros problemas econômicos e sociais da sua história, frutos de erros acumulados de várias gerações, surpreende-o e consterna-o este novo apelo irrefletido ao extralegal, essa ameaça de agravamento de todas as suas irresolvidas dificuldades.

**C**OM a renúncia intempestiva e desarrazoada do Sr. Jânio Quadros, só um poder político permaneceu no Brasil, com autoridade legal e competência moral, como ficou demonstrado, para deliberar — o Congresso Nacional. Esse poder indiscutível e irrecusavelmente constitucional já se pronunciou soberanamente, modificando em virtude de um Ato Adicional à Carta Magna do País o sistema de governo e determinando que deveria ser empossado como Presidente do novo Governo o Sr. João Goulart.

**É** DEVER de todos os brasileiros, seja qual for a posição que transitariamente ocupem ou a missão que lhes tenha sido confiada, acatar essa decisão e contribuir para o seu cumprimento. Simplesmente. Mais do que isso, menos do que isso, será um crime contra a Pátria.

**N**A CONFUSÃO dos primeiros momentos, quando as diretrizes da opinião ainda não se haviam precisado e quando os poderes constituídos do Congresso ainda não haviam chegado a uma decisão, seriam lícitas as discordâncias, aceitáveis as opiniões particulares, possíveis os pronunciamentos especiais. Mas agora temos uma decisão legal, válida para todos, além e acima dos critérios pessoais, e será não apenas perigoso, mas calamitoso, levantar-se contra ela.

**D**O CONTRÁRIO, será o caos, a desordem, a luta fratricida, a divisão da família brasileira, a agravamento de todas as crises e o retrocesso incalculável no encaminhamento de muitas delas.

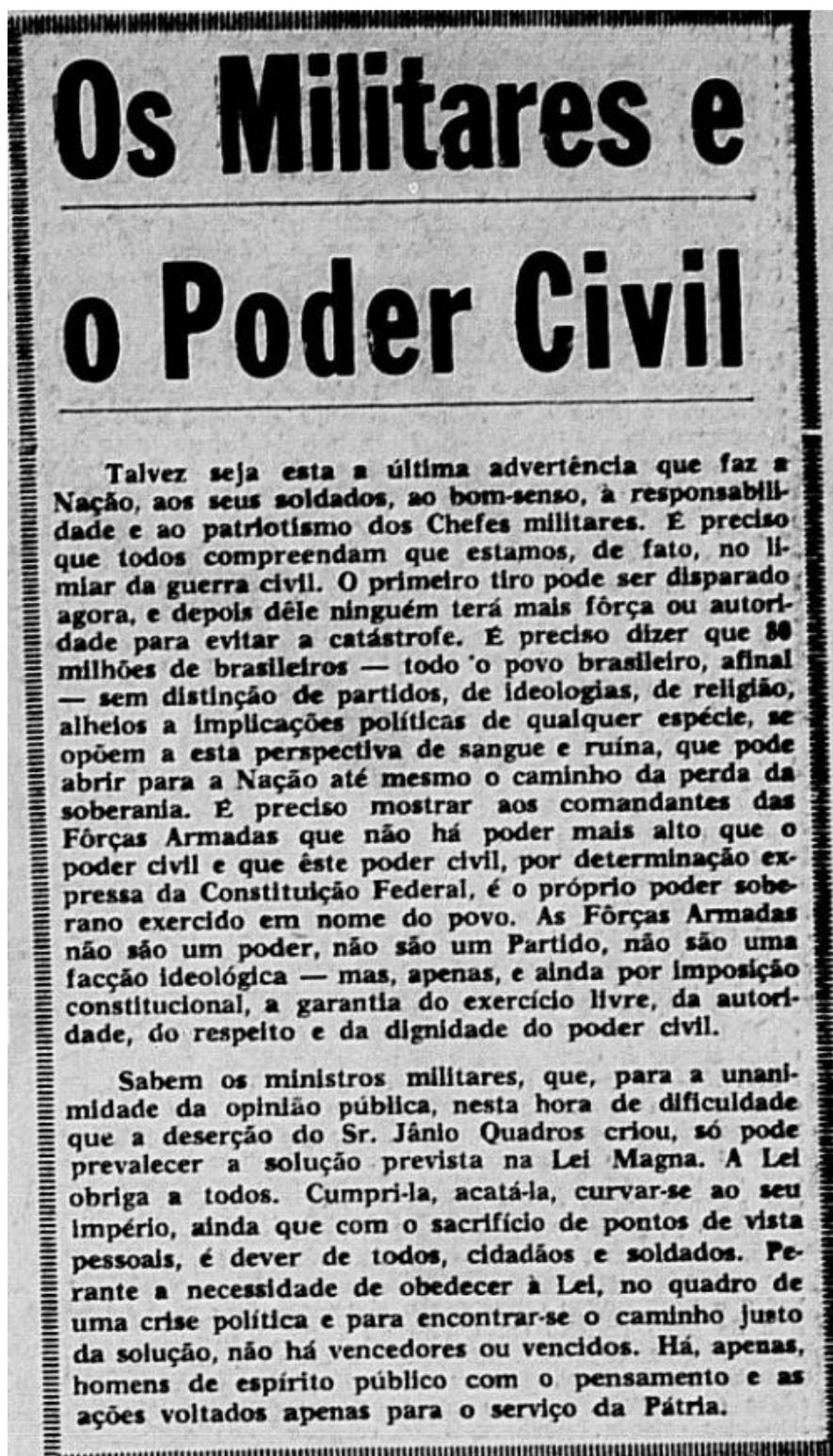
**N**ÃO é possível que um gesto precipitado, que uma compreensão talvez bem intencionada, mas incompleta e incorreta das circunstâncias, leve o Brasil para a beira desse abismo, que não é hoje infelizmente apenas uma sorada figura de retórica.

**P**ODEM ficar certos os que se sublevam que se estão sublevando contra o Brasil, que os condena e reprava. O dever dos bons brasileiros é acatar a lei e dar paz ao Brasil. A Nação espera que a sinistra ameaça que sobre ela paira não chegue a concretizar-se e que os que a promovem se detenham em tempo, não por temor, que seria vil, mas por patriotismo, que é nobre, e compreendam que a Pátria é muito maior do que os homens e mais duradoura do que as circunstâncias ocasionais.

O jornal Última Hora, em 02 de setembro de 1961, no editorial *Os militares e o poder civil* alertam as Forças Armadas para cumprirem seu papel em defesa da lei, respeitando a Constituição (Figura 18). A primeira página da edição de 06 de setembro de 1961 destaca a chegada de Jango em Brasília e a vitória da legalidade

(Figura 19). Após a posse, em edição de 08 de setembro, a manchete de capa destaca fala de João Goulart afirmando que agora falta o sim do povo ao parlamentarismo (Figura 20).

Figura 18 Editorial do Última Hora em 02 de setembro de 1961



# Os Militares e o Poder Civil

Talvez seja esta a última advertência que faz a Nação, aos seus soldados, ao bom-senso, à responsabilidade e ao patriotismo dos Chefes militares. É preciso que todos compreendam que estamos, de fato, no limiar da guerra civil. O primeiro tiro pode ser disparado agora, e depois dele ninguém terá mais força ou autoridade para evitar a catástrofe. É preciso dizer que 80 milhões de brasileiros — todo o povo brasileiro, afinal — sem distinção de partidos, de ideologias, de religião, alheios a implicações políticas de qualquer espécie, se opõem a esta perspectiva de sangue e ruína, que pode abrir para a Nação até mesmo o caminho da perda da soberania. É preciso mostrar aos comandantes das Forças Armadas que não há poder mais alto que o poder civil e que este poder civil, por determinação expressa da Constituição Federal, é o próprio poder soberano exercido em nome do povo. As Forças Armadas não são um poder, não são um Partido, não são uma facção ideológica — mas, apenas, e ainda por imposição constitucional, a garantia do exercício livre, da autoridade, do respeito e da dignidade do poder civil.

Sabem os ministros militares, que, para a unanimidade da opinião pública, nesta hora de dificuldade que a deserção do Sr. Jânio Quadros criou, só pode prevalecer a solução prevista na Lei Magna. A Lei obriga a todos. Cumpra-la, acatá-la, curvar-se ao seu império, ainda que com o sacrifício de pontos de vista pessoais, é dever de todos, cidadãos e soldados. Perante a necessidade de obedecer à Lei, no quadro de uma crise política e para encontrar-se o caminho justo da solução, não há vencedores ou vencidos. Há, apenas, homens de espírito público com o pensamento e as ações voltados apenas para o serviço da Pátria.

Figura 19 Capa do Última Hora de 06 de setembro de 1961

# ARCEBISPO DE PÔRTO ALEGRE: "III EXÉRCITO SALVOU O BRASIL DA GUERRA ENTRE IRMÃOS!"

## Vibração no País Inteiro: Vitória da Legalidade

# JANGO EM BRASÍLIA FORMA 1º GABINETE!

**Chegada às 20,35: Hora "H" do Regime**

**ALIVIO E FADIGA NO FIM DA CRISE**

**\* AMISTIA** — Tem-se como certo que um dos primeiros atos do novo governo, logo depois da posse de Sr. João Goulart, será a concessão da amnistia aos militares presos por terem-se defendido à custa da legalidade, entre eles o Marechal Lott.

**\* EMOCÃO** — O Brasil viveu vibras de emoção, ontem, à notícia de que Jango havia desembarcado em Brasília, 1961, que os conspiradores contestaram o seu intento de perfurar a posse. Vendedores apressados de lâmpas nomas participaram o acontecimento. (SEJA AMPLO NOTICIÁRIO NA QUARTA PAGINA)

ANO 31 — BRASIL, Quarta-Feira, 6 de Setembro de 1961 — R\$ 7.000



**“CISNES” VISITAM NITERÓI**

**“Operação Mosquito” Não Foi Além da Guerra de Nervos**

**Zero Hora**

**\* REPERCUSSÃO INTERNACIONAL**

**\* PTB COM JANGO: AJURO PARA “PREMIER”**

**Polícia Acusa o Exército no Desaparecimento do Deputado**

**Trabalhadores: Jango no Poder Sem Parlamentarismo**

**NITERÓI: TRANQUILIDADE CONTINUA INALTERÁVEL SOB A MIRA DE FUZIS**

**DISCURSO DE POSSE — PORTO ALEGRE**

**URSS Dispara 3ª Bomba Atômica e Kennedy Ordena Reinício de Explosões Nos EUA**

Figura 20 Manchete de capa do Última Hora de 08 de setembro de 1961

REPUBLICA FEDERAL  
AV. DO BRASIL  
RUA DE JACARA - S. VICENTE 140

# "PREMIER" TANCREDO NEVES: GABINETE DE UNIÃO HOJE!

## Multidão Invadiu Câmara Para Aplaudir Nôvo Presidente

# Jango: Falta o "Sim" do Povo ao Parlamentarismo

**JURAMENTO COM SAUDAÇÃO AOS DEFENSORES DA LEGALIDADE!**

**"Meu Gabinete Foi Sucesso"**

**"AGORA, A LUTA CONTRA A MISÉRIA!"**



AND 31 - Rio de Janeiro, Quarta-Feira, 8 de Setembro de 1961 - N.º 3.438

### Ultima Hora 10

## Mestras em Marcha ao Guanabara Para Exigir Aprovação do Nível 15

**Terror Policial Chega ao Fim em Copacabana!**

**LIBERDADE PARA LOTT**

**30 MIL BANCÁRIOS CARIOCAS REINICIAM CAMPANHA PELO AUMENTO SALARIAL!**

**Kruschev Aceita (em Princípio) a Conferência de Cúpula**

AV. DO BRASIL - S. VICENTE 140

O Estado de São Paulo na chamada *Contra a democracia, pela ditadura*, em 06 de setembro de 1961, na seção Notas e informações, afirma que o espírito de renovação fez a população apoiar a UDN e derrotar esmagadoramente os partidos defensores da ditadura e do getulismo, o PTB e o PSD (Partido Social Democrático), tanto nas eleições presidenciais como nas eleições para governadores. Fala em trauma com a renúncia de Jânio Quadros e habilíssima campanha articulada pelo movimento comunista para levar Jango ao poder. Defende a posição das Forças Armadas sobre os riscos da posse de Jango, criticando os parlamentares por cumprirem rigorosamente a Constituição (Figura 21). Em 08 de setembro de 1961, na mesma seção, a chamada *É inútil iludirmo-nos* acusa João Goulart, após as falas da posse, de tramar contra o parlamentarismo. Com a população ainda atônita e o congresso fraco, invoca novamente as Forças Armadas, que sempre esteve com a razão, para garantir a segurança e a continuidade das instituições democráticas (Figura 22).

Figura 21 Seção Notas e Informações de O Estado de São Paulo de 06 de setembro de 1961.

O ESTADO DE S. PAULO — QUARTA FEIRA, 6 DE SETEMBRO DE 1961

## NOTAS E INFORMAÇÕES

### Contra a democracia, pela ditadura

Atravessa o Brasil, neste momento, uma das crises mais singulares não só da sua História, mas também da história da evolução política de qualquer das nações democráticas do planeta. De fato, vinha-se manifestando ultimamente a Nação, de modo imperativo e preempório, pela renovação dos quadros dirigentes do País. Numa série expressiva de pleitos eleitorais, já se declarara formalmente incompatível com tudo quanto se vinha passando, em consequência da aventura ditatorial, no cenário político brasileiro. Em São Paulo, num pleito que se celebrizou como o de 22 de março, foi repudiada uma candidatura apoiada pela coligação de partidos cuja maioria era representada pelo PSD. Obedecendo ao mesmo ímpeto, o eleitorado confirmava posteriormente a sua decisão, elevando à governança do Estado o candidato que se levantara contra o passado do qual era no momento interprete o chefe da coligação conservadora, governador Lucas Nogueira Garcez. De que se tratava de um movimento irreversível, di-lo, quatro anos depois, a elevação à mais alta magistratura do Estado, do sr. Carvalho Pinto, secretário da Fazenda no governo do sr. Janio Quadros. Já então se tornara claro que os dias dos sobreviventes do "estado novo" na política nacional estavam contados. E foi efetivamente o que pouco depois se verificou. Obedecendo à vontade popular e tendo em vista a extensão, à esfera federal, do movimento renovador entre nós iniciado, o prof. Carvalho Pinto, governador do Estado, a secção estadual da UDN e este jornal, apoiados por outras correntes representativas da opinião pública, deliberaram o lançamento da candidatura à Presidência da República, daquele que em São Paulo iniciara, no governo, a campanha pela regeneração dos nossos costumes políticos. O que se passou então está ainda na memória de todos. Levantava-se a Nação, do Amazonas às fronteiras do Sul, num ímpeto irresistível, com a campanha cívica que arrastaria a uma derrota esmagadora os dois representantes máximos do getulismo: o PTB e o PSD. Completando a deliberação vitoriosa no âmbito nacional, nas eleições estaduais realizadas concomitantemente com as presidenciais, elevava o eleitorado, a 3 de outubro de 1960, nove líderes udenistas ao governo de nove Estados da Federação. Se a estes acrescentarmos o sr. Ney Braga, que também lutara, e vencera, no Paraná, pela integração deste Estado no movimento de regeneração política do País, veremos que não se tornava passível de duas interpretações o significado profundo daquilo que acabava de acontecer no panorama político brasileiro: estávamos diante de uma consciente manifestação do eleitorado nacional, e que se traduzia por uma derrota sem precedentes dos dois partidos em cujos quadros se refugiavam todos quantos frequentaram a escola política da ditadura.

O que mais acentuava o vertiginoso declínio das correntes políticas de origem ditatorial era a defeção que em torno do sr. Jango Goulart se dava no Rio Grande do Sul. Sofria ali o pupilo da ditadura um revés que se refletia principalmente nos cento e tantos mil votos de diferença entre a sua, e a votação obtida pelo sr. Fernando Ferrari para a vice-presidência da República. Um dos seus maiores castigos, sofria-o, assim, o pupilo da ditadura no seu próprio reduto político, e que o era igualmente do ex-ditador.

Este o quadro político que oferecia a Nação até o instante em que, por motivos que um dia a História elucidará, o sr. Janio Quadros resolveu resignar o cargo de presidente da República. Foi então que, sob o forte traumatismo provocado por aquele gesto, agravado por uma habilíssima e intensa campanha desencadeada pelo comunismo em ação, passou a opinião pública brasileira a exigir que se guindasse à Presidência da República aquele que até à véspera era o alvo das mais acerbas críticas da imprensa, e da mesma imprensa que o passou a aclamar também como o homem capaz de assegurar a intangibilidade do princípio constitucional. Percebendo, de relance, os perigos que em seu bojo trazia aquela inesperada reviravolta do sentimento nacional, lançaram as Forças Armadas, como uma suprema advertência, grave manifesto à Nação. Medindo perfeitamente a responsabilidade que assumiam, apontaram os seus chefes, que eram os ministros das pastas militares, fatos notórios que caracterizavam o erro, sério e quiçá irreparável, da cega obediência, naquele conturbado momento, à letra expressa da Constituição, em benefício justamente daqueles que por duas vezes a feriram de morte, e que se proclamam agora campeões da sua intangibilidade.

Nem uma voz, nessa hora suprema, se levantou no Congresso Nacional para impugnar as alegações dos chefes militares. Pelo contrário, corroborando as apreensões das Forças Armadas, votaram em três ou quatro dias uma emenda constitucional que, repudiando o presidencialismo, que desde a proclamação da República nos regia, implantou no País um arremedo de regime parlamentar. Fé-lo o Congresso, possivelmente, na suposição de obstar, assim, o personalismo, no Poder, de um representante autêntico da ditadura estadonovista. Mas assegurava, no fundo, a volta do País a um passado político já repudiado pela Nação brasileira. Destruía pela base o sistema liberal-democrático que nos custara trinta anos de luta sem quartel. Permaneceriam, é verdade, em seus postos, os dez governadores de Estado que ainda representavam o espírito renovador da política e da administração. Mas voltava a ser presa o Poder central, e presa inerme e indefesa, daqueles que durante os mesmos trinta anos lutaram contra a democracia, pela ditadura.

Figura 22 Seção Notas e Informações de O Estado de São Paulo de 08 de setembro de 1961.

O ESTADO DE S. PAULO — SEXTA-FEIRA, 8 DE SETEMBRO DE 1961

## NOTAS E INFORMAÇÕES

### É inútil iludirmo-nos

É inútil iludirmo-nos. A crise, que se originou numa conspirata paluciana, dista muito de se ter resolvido com a adoção da emenda parlamentarista. Basta corrermos os olhos pelo noticiário dos jornais para nos convenceremos de que a mal sucedida conspiração do sr. Janio Quadros tem a substituí-la a do sr. Goulart contra o regime aprovado pelas duas Camaras do Congresso Nacional. A manifesta má vontade que este ultimo revela, através das declarações feitas em seu discurso de posse sobre a necessidade de irmos imediatamente para o plebiscito, não deixa a menor duvida sobre aquilo que nos espera. Menos afoito do que o sr. Leonel Brizola, o ex-vice-presidente da Republica preferiu aguardar que se amainassem as primeiras dificuldades que a oposição das Forças Armadas levantara á sua posse, para depois revelar, com menos risco, a sua incompatibilidade com o regime em vigor.

Como presidente da Republica, o sr. Goulart esforçar-se-á agora por convencer a Nação da inviabilidade funcional das novas instituições e da necessidade imperiosa de voltar ao regime presidencialista. E o caso é que, na atual confusão dos espiritos, muito duvidoso nos parece que o Parlamento se anime a reagir como deve, em defesa das suas prerrogativas, á ofensiva em preparo pela facção chefiada pelo governador rio-grandense. O espirito combativo do sr. Brizola terá a secundá-lo na luta contra a nova ordem legal a ação corrosiva que, contra a mesma, irá ser sistematicamente desenvolvida pelo atual presidente da Republica.

É uma luta desigual e cuja vitória se inclina para a facção do Sul. A Nação não recobrou ainda a calma necessaria para compreender o que se passa. Aturdida e desorientada, ela se encontra, por enquanto ao menos, totalmente ausente do embate em que se defrontam, de um lado o petebismo gaúcho, e do outro um Congresso desordenado e sem animo para se defender.

A ordem é apenas aparente. A tranquilidade a que parece ter voltado a vida política do País, mero efeito do profundo traumatismo que ele sofreu. Achamo-nos, pois, numa situação extremamente delicada. Politicamente, ela não oferece as mínimas condições de apaziguamento e encontra-se inteiramente á mercê de um gesto mais audaz das hostes que deliberadamente se opõem á sua consolidação.

Sendo assim, para quem se há-de voltar o País nesta hora de aflicção? A resposta a esta pergunta angustiosa deu-a ontem o marechal Odílio Denys: para as nossas Forças Armadas. Também elas acabam de ser profundamente atingidas pela brutalidade dos fatos. Contudo, o seu papel, em todo o decorrer da vida nacional, foi sempre o de uma força supletiva que, nos instantes cruciais da nossa evolução historica, procurou reduzir ao minimo as más consequencias da nossa imaturidade política. Tendo por patrono a simbolica figura de Caxias, foram elas o principal fator da unidade nacional nos primeiro e segundo reinados. E na Republica, onde não tem sido menor a ação de sua presença, foram elas ainda que esconjuraram o perigo comunista que em 1935 explodira no 3.º Regimento do Rio e nas unidades aquarteladas no Nordeste. Mais tarde, refletindo com maior fidelidade do que certas correntes partidarias os sentimentos democraticos da Nação, foram ainda elas que, na luta contra o fascismo e com o sangue que verteram nos Apentinos, granjearam autoridade cívica e moral para reimplantarem no País o regime que nele vigora desde 29 de outubro de 1945.

Detentoras de tais titulos, a elas cabe, portanto, nesta hora incerta e conturbada em que os apetites políticos se sobrepõem aos superiores interesses da Nação, garantir, mais uma vez a segurança e continuidade das nossas instituições democraticas.

O jornal Folha de São Paulo publicou na página 2 do jornal de 02 de setembro de 1961, mensagem escrita por João Goulart agradecendo o apoio daqueles que defenderam a democracia (Figura 23). No editorial *Sem vencidos nem vencedores*, de 03 de setembro de 1961, o jornal enaltece a sabedoria do Congresso pela solução honrosa e conciliatória da crise através do ato adicional que instituiu o regime parlamentarista, estabelecendo limites para Goulart e diminuindo os atritos com os chefes militares (Figura 24). No editorial *É hora de acabar*, em 06 de setembro de 1961, reitera mais uma vez que é hora de respeitar a legalidade, afirmando que o Congresso agiu com o bom-senso diante das imposições dos militares, não sendo possível aceitar mais qualquer tipo de manobra que impeça ou atrapalhe a composição do governo de Jango (Figura 25). Já no editorial de 07 de setembro de 1961, *Plebiscito mas não agora*, defende que o povo deve sim ser consultado pela manutenção ou não do parlamentarismo, mas que tal consulta não deve ser antecipada por Jango. O sistema parlamentarista ainda deve ser testado em sua eficiência e realizar essa votação prematuramente pode acabar com a solução honrosa e pacificadora encontrada para a crise (Figura 26).

Figura 23 Mensagem de João Goulart publicada na Folha de São Paulo em 02 de setembro de 1961

Aos bons amigos  
 : valiosos defensores  
 de nossa causa democrática  
 que lutam no sul de  
 a frente do Palácio  
 meu abraço de vitória  
 Jango  
 01-8-61

"Fac simile" da saudação do sr. João Goulart aos jornalistas: "Aos bons amigos, valiosos defensores da nossa causa democrática, que lutam na Sala de Imprensa do Palácio do Governo (subterrâneo da resistência) um abraço do Jango — 31-8-61"

Figura 24 Editorial da Folha de São Paulo de 03 de setembro de 1961

# FOLHA DE S. PAULO

*Um jornal a serviço do Brasil*

## SEM VENCIDOS NEM VENCEDORES

A rapidez com que tramitou na Câmara e no Senado o Ato Adicional que institui o regime parlamentarista denota que o Congresso não se furtou a oferecer uma demonstração de boa vontade para que a crise atual tenha uma solução honrosa. Tudo leva a crer, realmente, que, se o Poder Legislativo tivesse insistido na posse, pura e simples, do sr. João Goulart, sem nenhuma modificação no regime, seu ponto de vista acabaria vitorioso.

Passada a impressão inicial de que as Forças Armadas estavam coesas no veto ao sr. João Goulart, o que se viu foram demonstrações de que muitos setores do Exército desaprovavam a atitude dos ministros militares. Por outro lado, de tal forma se avolumaram as manifestações legalistas, da parte de entidades de classe, operários, estudantes, povo em geral, que o Congresso deve ter sentido que sua resistência à imposição dos ministros contava com o apoio praticamente unânime da opinião pública. Dentro dessa ordem de pronunciamentos, inscrevem-se ainda os da maioria dos governadores de Estado, os quais, embora com a moderação que as circunstâncias impunham, deixaram claro seu apoio à tese do acatamento à lei — aquela tese "consubstanciada no respeito à letra e ao espírito da Constituição", de que falou o sr. Carvalho Pinto.

Nessas condições, e à medida que se tornavam evidentes os sinais de fraqueza do dispositivo militar que impugnou o nome do sr. Goulart, o Congresso foi ganhando autoridade para decidir soberanamente. Se o quisesse, é muito provável que pudesse ater-se à solução constitucional, estritamente. Não o fazendo, e optando pelo parlamentarismo, deu o Poder Legislativo, como já se disse, demonstração de boa vontade — e também de sabedoria e prudência.

A posse do sr. João Goulart, com todas as prerrogativas que a Constituição lhe assegurava, teria sido uma vitória — dessa mesma Constituição, do regime, do Congresso, da opinião pública. Mas, em toda vitória, há um derrotado. No caso o derrotado teria sido o setor das Forças Armadas que expressou restrições ao sr. Goulart. Haveria vantagem em alcançar-se aquela vitória, a esse preço? Seria conveniente permitir que um novo presidente assumisse o poder, nesta hora difícil da nação, tendo contra si o peso da desconfiança de chefes militares, apesar de tudo prestigiosos e respeitáveis? Conviria ao país criar e estimular focos de ressentimento e de possíveis cizânias?

Certamente que não. Percebeu-o o Congresso e felizmente teve à mão uma solução conciliatória, que não o desmerece, nem humilha a ninguém. O parlamentarismo, de fato, estava amadurecendo, entre os congressistas, e a convicção geral era a de que, com mais algum tempo, acabaria sendo aprovado. O Congresso apenas precipitou essa aprovação, ao mesmo tempo que oferecia à nação a perspectiva de ver terminar as atuais divergências sem vencidos nem vencedores.

A palavra está agora com o sr. João Goulart e com os ministros militares. O parlamentarismo já se transformou, embora por vias não ortodoxas, em "solução constitucional". O sr. Goulart deve entender que é a melhor maneira de assumir a presidência, sem acirrar ainda mais as restrições que contra ele se levantaram. Os ministros militares, que erraram ao desejarem o impedimento do sr. Goulart, têm a oportunidade de dar ao país a definitiva prova de que só por excesso de zelo e de patriotismo incorreram naquela atitude. Impõe-se que a boa vontade demonstrada pelo Congresso encontre correspondência nas outras partes envolvidas na divergência.

Figura 25 Editorial da Folha de São Paulo, de 06 de setembro de 1961.

# FOLHA DE S. PAULO

*Um jornal a serviço do Brasil*

## É HORA DE ACABAR

Uma única coisa se deseja agora, e com a máxima urgência: a normalização da vida do país. Em outras palavras: a posse do sr. João Goulart como presidente, junto com o presidente do Conselho de Ministros e os próprios ministros, para que comecem a governar e retornem ao ritmo costumeiro as atividades em toda a República. Incorrerá em crime lesa-pátria, indesculpável em qualquer hipótese, quem contribuir direta ou indiretamente para que essa situação se arraste. O povo, o homem da rua, que com estóica paciência e admirável serenidade, resistiu às provocações dos que o queriam atirar à baderna, tem o direito de exigir que se ponha um paradeiro a tudo isso.

Espera-se que a chamada "operação-mosquito" tenha sido o último ato de inconformismo, na área militar, contra a posse do sr. João Goulart. Ela já foi indesculpável, e mereceria críticas mais duras se não se tivesse revelado ridícula. Qualquer outra manifestação semelhante, da mesma área, será agora intolerável. Para tudo há um limite: inclusive para as loucuras.

Indesculpáveis serão também manobras políticas que retardem a composição do novo governo. O Congresso reabilitou-se perante a opinião pública pela firmeza e pelo bom-senso com que enfrentou a imposição dos ministros militares. Não vá comprometer-se agora — e com ele os partidos, os líderes políticos em geral — permitindo que o jogo de interesses partidários dificulte a escolha dos homens que irão governar o país. Queremos um gabinete de alto gabarito e um chefe de governo que inspire confiança geral; mas que venham já.

Indesculpável será, ainda, a insistência numa pregação "legalista", que a esta altura não tem mais razão de ser. Legalismo agora é posse do sr. João Goulart, com parlamentarismo. Greves que se prolonguem ou se articulem, a pretexto de "defender a Constituição", manifestos que nesse sentido se lancem, provocações que se façam — devem incluir-se no rol das atitudes que somente servem para protelar a restituição da tranquilidade à família brasileira.

Não há excesso em dizer que a nação está farta dos desencontros de opinião que por aí correm; está exaurida pela tensão nervosa que se prolonga por mais de dez dias. É hora de acabar com isso.

Figura 26 Editorial da Folha de São Paulo, de 07 de setembro de 1961.

# FOLHA DE S. PAULO

*Um jornal a serviço do Brasil*

## PLEBISCITO, MAS NÃO AGORA

Será um erro a realização de plebiscito, a curto prazo, para que o povo se pronuncie sobre o parlamentarismo. Nesse erro, infelizmente, parece disposto a incorrer o sr. João Goulart, que em entrevista concedida ao avião em que se dirigia a Brasília, afirmou: "Uma das minhas primeiras medidas será a de encaminhar aos ministros e posteriormente ao Congresso Nacional mensagem para que o parlamentarismo sofra a aprovação popular, através de um plebiscito de todo o povo brasileiro." A intenção que se atribui ao sr. Goulart é a de propor que a consulta seja feita dentro de 60 ou 90 dias, em flagrante contradição com o Ato Adicional, o qual prevê plebiscito, sim, mas nove meses antes do término do atual período presidencial, ou seja, daqui a cerca de quatro anos.

O plebiscito é útil, e até necessário. Desaconselhável é a pressa em realizá-lo. As vantagens ou desvantagens do parlamentarismo só serão efetivamente demonstradas na prática, e convocar o povo para julgar o sistema, antes de decorrido tempo suficiente para a formação de um juízo seguro acerca dele, é submetê-lo ao risco de ser sumariamente rejeitado. Do presidencialismo, temos, como não se ignora, uma prática de setenta anos; por que não se conceder ao parlamentarismo um prazo experimental de quatro? Nada impedir, decorrido esse tempo, que se retorne ao sistema antigo, se se verificar que este, apesar dos pesares, é melhor. Permita-se, entretanto, o cotejo, que é impossível fazer-se em apenas dois ou três meses. Não se desperdice a oportunidade que as circunstâncias ofereceram ao povo brasileiro de tentar, ao menos tentar, corrigir através de um novo sistema de governo as notórias imperfeições de que o antigo se ressentia.

O plebiscito imediato tem, além disso, outro grave inconveniente. Virá reabrir feridas e possivelmente reavivar a crise, que precisamente a introdução do parlamentarismo resolveu. Dentro de sessenta ou noventa dias, as circunstâncias que determinaram a mudança de regime serão, em essência, as mesmas de hoje. Continuarão a existir aqueles que temiam a exagerada concentração de poderes nas mãos do chefe do governo em regime presidencial, continuarão as desconfianças em relação ao sr. João Goulart. A crise resolveu-se agora pacificamente, porque o parlamentarismo foi a fórmula honrosa, o meio-termo, que fez ceder as mais ferozes restrições ao sr. Goulart. Não vale a pena correr o perigo de vê-la reaberta.

O sr. João Goulart mostrou espírito conciliatório, bom senso e desprendimento, ao acatar a decisão do Congresso pela qual passou a vigorar no país o regime de gabinete. Já foi merecidamente elogiado por isso. Bom será que continue a demonstrar aqueles sentimentos e a fazer jus a esses elogios, desistindo da idéia de um plebiscito prematuro.

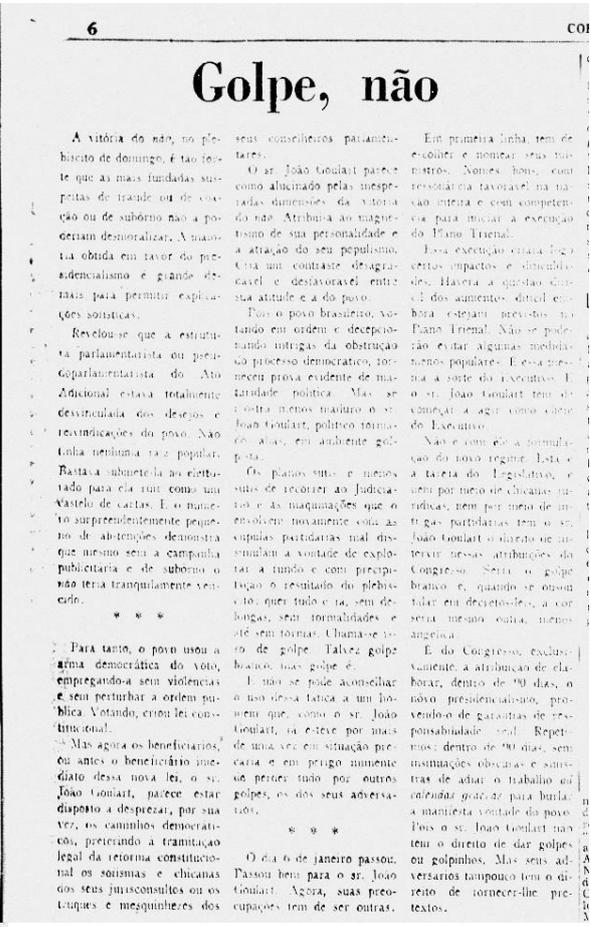
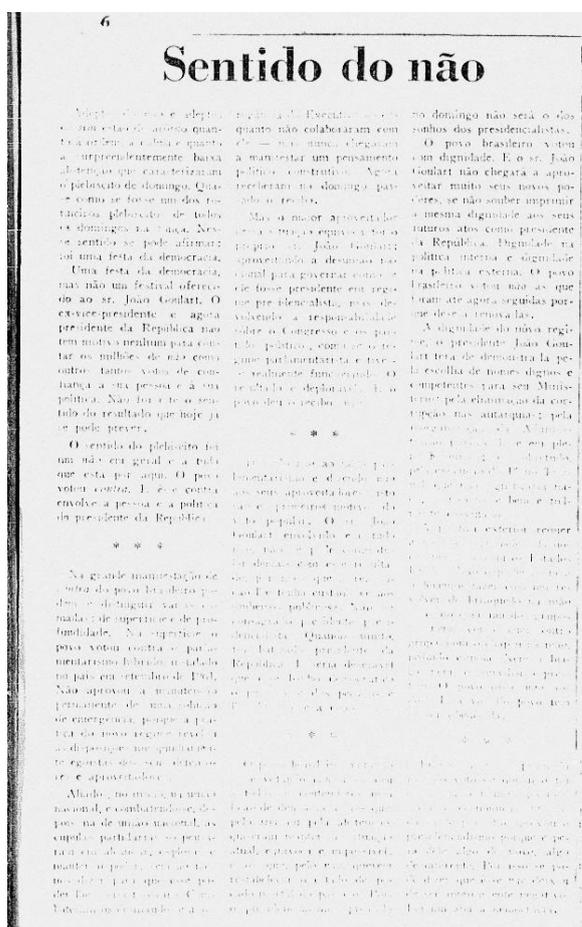
### 7.3 VOLTA AO PRESIDENCIALISMO

Em 14 de setembro de 1962 foi aprovado o projeto que antecipou o plebiscito sobre a continuidade do sistema parlamentarista para 06 de janeiro de 1963, sendo o referido sistema rejeitado por ampla maioria da população. Em 24 de janeiro de 1963, o Brasil retornou ao sistema presidencialista, devolvendo as plenas atribuições de presidente para João Goulart.

A qualidade de leitura das páginas do jornal Correio da Manhã não está boa para esse período. Mesmo assim, os fragmentos legíveis das notas de *Sentido do não*, de 06 de janeiro de 1963 (Figura 27) e *Golpe, não*, de 08 de janeiro de 1963 (Figura 28), legitimam a escolha soberana do povo brasileiro pelo regime presidencialista, mas levanta dúvidas sobre o personalismo de João Goulart que estaria apropriando-se do resultado como uma vitória pessoal.

Figura 27 Nota do Correio da Manhã de 06 de janeiro de 1963

Figura 28 Nota do Correio da Manhã de 08 de janeiro de 1963



O Globo em editorial *Decisão acertada*, em 10 de janeiro de 1963, defende a posição do ex-primeiro ministro Tancredo Neves de que o Supremo Tribunal Federal, a máxima Corte de Justiça do país, deve indicar se o presidente João Goulart, após a expressiva votação em favor do presidencialismo, deve receber agora os poderes de Chefe de Estado de acordo com a Constituição de 1946 ou esperar os noventa dias previstos na lei Capanema-Valadares para reformar a Constituição (Figura 29).

Figura 29 Editorial de O Globo de 16 de janeiro de 1963

NO XXXVII — Rio de Janeiro, 5.<sup>a</sup>-feira, 16 de janeiro de 1963 — N.º 11 252

# O GLOBO

FUNDAÇÃO DE IRINEU MARINHO

Diretor-Redator-Chefe: ROBERTO MARINHO  
Diretor-Secretário: RICARDO MARINHO

Diretor-Tesoureiro: HERBERT MOSES  
Diretor-Substituto: ROGÉRIO MARINHO

## ORIENTAÇÃO ACERTADA

**A** PAR da sugestão do Sr. Tancredo Neves, para a revogação pura e simples do Ato Adicional no período da convocação extraordinária do atual Congresso (de 15 a 31 deste mês), a expressiva votação dada ao presidencialismo, no referendo de domingo, parece inclinar o Governo, de acordo com uma idéia levantada pelo Sr. João Mangabeira, a dirigir consulta ao Supremo Tribunal Federal, que dirá se o Presidente da República deve ou não assumir, imediatamente, os poderes que lhe caberiam pelo antigo sistema de governo.

**C**OMO todos se recordam, a Lei Capanema-Valadares, além de antecipar o plebiscito (alcançando-o de referendo), concedeu ao Congresso 90 dias para adaptar a Constituição aos resultados oferecidos pela consulta popular. Caso o Legislativo, naquele prazo, não realize a reforma constitucional, voltará a vigorar a Carta de 46, em sua plenitude.

**P**ORTANTO, o simples fato de haver obtido o "Não" a significativa votação que está sendo computada, não permitiria ao Sr. João Goulart, nos termos da Lei Capanema-Valadares, passar a funcionar como seus antecessores da fase presidencialista, antes de transcorridos os 90 dias. É por isto que o Sr. Tancredo Neves sugere a ab-rogação do Ato Adicional pelo Congresso que se extingue, independentemente das reformas que as futuras Câmaras achem de fazer na Constituição.

**N**ÃO é má a tese do Ex-Primeiro-Ministro. Talvez seja mesmo a mais expedita, a que melhor facilitaria a normalização da vida política. Mas será ela viável? Não cremos. Para revogar o Ato Adicional (Emenda Constitucional n.º 4) seria preciso maioria de 2/3 nas duas Casas do Legislativo, o que se nos afigura difícil de conseguir em período de convocação extraordinária, no final de uma legislatura, quando os parlamentares não reeleitos só pensam em reorganizar, em seus Estados,

a vida e os ataxeres que o mandato eletivo havia modificado ou interrompido. Isto para não falar da oposição que haveria por parte dos grupos mais contrários ao presente Governo.

**N**ESTAS condições torna-se ainda mais meritória a orientação governamental, no sentido de submeter à máxima Corte de Justiça, através de uma consulta prévia, a possibilidade de recuperar desde já o Sr. João Goulart — em face do incontável veredicto das urnas — os poderes inerentes aos Chefes de Estado antes da promulgação do Ato Adicional.

**É**STE é, sem dúvida, o melhor caminho, aquele que colocará em plano seguro e insuspeito uma decisão que poderia lançar o País, novamente, em crise profundamente desgastadora e perigosa. Optando pela consulta ao Supremo o Governo dá, certamente, uma demonstração inequívoca de seu desejo de pacificar o Brasil, a fim de recuperá-lo econômica e financeiramente, com vistas à tranquilidade e ao bem-estar social que todos almejamos.

**F**ALE o Supremo, que é o órgão ante o qual silenciam, religiosamente, todas as vozes, de quaisquer correntes. Se ele disser que em consequência dos resultados do referendo do dia 6 o Sr. João Goulart deve, agora mesmo agir como Chefe de Governo, que S. Ex.ª o faça, submetendo-se os que defendem ponto de vista contrário à decisão da Justiça. Se outra fôr a opinião dos ilustres magistrados que compõem aquela Corte, submetam-se o Sr. João Goulart e seus amigos, e aguardem, com paciência, que se escoem os 90 dias previstos na Lei Capanema-Valadares para a reforma da Constituição. Assim, só assim, conseguiremos resolver o último problema institucional, sem que o Brasil seja, outra vez, perturbado por uma crise política, como aquelas que tanto mal nos fizeram no ano passado.

O jornal Última Hora em capa de 05 de janeiro de 1963, convoca seu eleitores a votarem contra a manutenção do ato adicional do parlamentarismo (Figura 30). No editorial *Pelo plebiscito, a revolução constitucional* prevê que o povo votará pela restauração da legitimidade constitucional, afirmando que o país não tem forças para superar as crises devido à fragmentação do poder (Figura 31). Em 08 de janeiro de 1963, com o resultado das urnas a favor do presidencialismo, declara que a soberania popular restaurou o poder legítimo (Figura 32).

Figura 30 Capa do Última Hora de 05 de janeiro de 1963

Embaixador Roberto Campos a UH de Brasília: EUA Acolhem Bem Nosso Plano Trienal

**JANGO CONCLAMA: "ESCOLHA O POVO O REGIME QUE LHE ASSEGURE A LIBERDADE DE OPINAR"**

# Amanhã é Dia do NÃO!

**\* MENSAGEM AO ELEITOR \* ESTA É A ARMA DO POVO**

*Então que a república de 1963 seja a primeira república de um povo que não se deixa levar por forças que não são suas. Então que a república de 1963 seja a primeira república de um povo que não se deixa levar por forças que não são suas. Então que a república de 1963 seja a primeira república de um povo que não se deixa levar por forças que não são suas.*

CONCLAMANDO O POVO A MAIS UMA VEZ A ESCOLHER O REGIME ADICIONAL AO BRASIL, O SENHOR JANGO CONCLAMA: "ESCOLHA O POVO O REGIME QUE LHE ASSEGURE A LIBERDADE DE OPINAR".

Este é o povo que precisa de liberdade para pensar, para falar, para agir. Este é o povo que precisa de liberdade para escolher o regime que lhe assegure a liberdade de opinar.

ANOS 20 — Rio de Janeiro, Sábado, 5 de Janeiro de 1963 — Nº 1.231

**Última Hora** EDICAO UNICA

4 PÁG. DO ESTAB. LIT. — COT. 13,00

**NOVA ALTA DAS TAXAS DE ÁGUA ENCARECE OS ALUGUÉIS NO RIO**

**Bênçãos Contra o Azar em 1963**

**MORTE E DOR SOB O CÉU DE KATANGA**

**PELO PLEBISCITO, A REVOLUÇÃO CONSTITUCIONAL**

1. O povo brasileiro tem um problema nacional grave e de primeira ordem. O Brasil, de fato, não é um país livre e independente. O Brasil é um país que vive sob o domínio de um grupo de interesses que não são os do povo brasileiro. Este grupo de interesses tem o poder e a capacidade de decidir o destino do Brasil. Este grupo de interesses tem o poder e a capacidade de decidir o destino do Brasil.

2. O povo brasileiro precisa de liberdade para pensar, para falar, para agir. O povo brasileiro precisa de liberdade para escolher o regime que lhe assegure a liberdade de opinar. O povo brasileiro precisa de liberdade para escolher o regime que lhe assegure a liberdade de opinar.

3. O povo brasileiro precisa de liberdade para pensar, para falar, para agir. O povo brasileiro precisa de liberdade para escolher o regime que lhe assegure a liberdade de opinar. O povo brasileiro precisa de liberdade para escolher o regime que lhe assegure a liberdade de opinar.

**Ministro da Justiça: — "O País NÃO Suporta Mais Crises!"**

Figura 31 Editorial do Última Hora de 05 de janeiro de 1963

## PELO PLEBISCITO, A REVOLUÇÃO CONSTITUCIONAL

**O** povo brasileiro tem um encontro marcado com o seu próprio destino. Amanhã, dia do Plebiscito, o dever patriótico deve ser a inspiração única de cada eleitor, de cada cidadão — unidos todos, de norte a sul do País, não para o simples ato de depositar um voto na urna, mas, sobretudo, para o exercício do direito de soberania, do qual é o povo o detentor exclusivo e absoluto. E é o mesmo dever patriótico, que paira acima de injunções políticas ou implicações partidárias, dever que elimina ou põe à margem as divergências de ordem pessoal e faz adormecer os interesses menores — e o dever patriótico que aconselha o povo a dizer NÃO a este falso regime parlamentarista que se impôs ao Brasil, na crista de um golpe e à revelia da vontade popular.

Há mais de um ano, vem sofrendo o País os catastróficos efeitos do Ato Adicional: nossa economia está debilitada e o povo mais pobre; a autoridade fragmentada do Executivo não se pode impor em meio ao caos; e os aventureiros golpistas, os inimigos das liberdades públicas e os adversários do nosso desenvolvimento e do nosso progresso têm o campo livre à sua frente para o tecimento de novas conspirações contra o Brasil.

**QUEM** pagou, senão o povo, o pesado preço do golpe parlamentarista? Quem responde pela fantástica corrida de preços que levou, já, a fome e a miséria aos humildes lares dos trabalhadores? Quem deve ser responsabilizado pela delicada posição em que se encontra o nosso País, em face das demais Nações do mundo, apontados, como estamos sendo, como um Estado desorganizado e sem perspectivas de afirmação de maioridade? Se coube ao povo o ônus insuportável de arcar com as dificuldades, é justo que sofram, agora, nas urnas, o merecido repúdio aqueles que consumaram o golpe do Ato Adicional. Isto significa que, ao dizer NÃO, o povo estará escrevendo na cédula sua condenação aos homens diretamente culpados pelo que ocorreu naqueles lamentáveis dias de agosto e setembro de 1961.

A volta ao tradicional sistema presidencialista, em cuja vigência vimos o País dar passos seguros no rumo da emancipação econômica e da justiça social — e cujos marcos históricos podem ser identificados em Volta Redonda, na Petrobras, no conjunto da Legislação Trabalhista e na estrutura da Previdência, no inegável surto industrial que já nos situava na etapa do pré-desenvolvimento — e assim uma exigência de todos e de cada um de nós, excluídos apenas, desta soma, os pessimistas e os pusilânimes, os traidores e os golpistas, os negociastas e os agentes de grupos estrangeiros empenhados em asfixiar os nossos anseios de progresso.

**A** O contrário do que apregoam os porta-vozes do lacerdismo, o NÃO que o povo dirá, no Plebiscito, não objetiva a devolução ou a ampliação dos poderes ao Sr. João Goulart. A sentença do povo, condenando o Ato Adicional, e acima de tudo um ato de restauração da legitimidade constitucional, violentada e desrespeitada precisamente por quem deveria defendê-la. Assim, a pessoa do Sr. João Goulart e secundária. Importante é o Presidente da República, que o Ato Adicional tem impedido de governar. Importante e devolver ao Presidente da República as prerrogativas que lhe são concedidas pela Constituição. Importante e o reconhecimento de que o povo é o único poder, o poder absoluto, sem a anuência do qual são ilegítimas, ilegais e nulas as decisões que eventualmente venham a tomar, no plano da organização do Estado, as cúpulas político-partidárias. Importante, enfim, e assegurar através do voto no referendo, a Revolução Constitucional, isto é, o encaminhamento pacífico das reformas inadivéis na estrutura da sociedade brasileira, reformas que, a não ser por esse caminho, virão fatalmente no bôjo das soluções de violência.

Vamos, pois, às urnas. Serena e decididamente. Para dizer NÃO ao golpe. NÃO a irresponsabilidade. NÃO a deterioração do princípio da autoridade. NÃO a aventura, a insensatez e ao oportunismo. NÃO ao lacerdismo sequioso de empalgar o poder para sufocar os direitos do povo. NÃO aos especuladores que enriquecem às custas da miséria alheia. NÃO aos inimigos do Brasil.

Figura 32 Capa do Última Hora em 08 de janeiro de 1963

PRESIDENTE DO TRE: "LACERDA INFRINGIU A LEI E DEVE SER PUNIDO" (P. 2)

**Até Zero Hora de Hoje: Parlamentarismo Condenado Por 3.247.555 (88%) no País e 592.022 (77%) na GB**

# SOBERANIA POPULAR RESTAURADA NAS URNAS O PODER LEGÍTIMO

# O POVO DISSE 'SIM' A JANGO

**ESTADOS "NÃO" "SIM"**

GOIÂNIA	582.022	179.156
BRASILIA (Incorporado)	44.010	3.315
PARANÁ	4.816	991
PARANÁ	5.091	1.316
PARANÁ	3.096	500
PARANÁ	6.989	1.846
CEARA	22.819	6.345
R. G. NORTE	4.319	930
PARANÁ	19.422	4.911
PARANÁ	96.241	15.084
ALAGOAS	4.099	1.091
SERGIPE	3.110	619
BANHA	82.087	17.910
ESPIRITO SANTO	26.410	6.136
ESTADO DO RIO	96.491	11.009
MINAS GERAIS	383.519	89.887
GOIÁS	47.005	13.073
MATO GROSSO	4.581	1.008
SÃO PAULO	1.528.475	231.642
PARANÁ	117.067	17.009
SANTA CATARINA	61.591	16.431
R. G. SUL	140.891	26.710

\* As informações das urnas são publicadas no Diário da Manhã e no Telejornal Faltamos no mesmo dia, no Brasil.

COMPLETO NOTICÁRIO NA PAGINA 3 E 4



**Ultima Hora**

**NOVOS TRIBUTOS ASSALTAM A GB!**

**LICENÇAS PARA CARROS ELEVADAS EM 400%**

**CANGAÇO ATACA OUTRA VEZ**



**O MARGINAL**

**HERMES LIMA ANUNCIA EMPRÉSTIMO INICIAL DE US\$ 30 MILHÕES DOS EUA AO BRASIL**



## NOTAS E INFORMAÇÕES

### As consequências de uma fraude

Ainda desta vez o sr. João Goulart conseguiu aquilo que pretendia: o eleitorado brasileiro acorreu em proporções inegavelmente respeitáveis ao apelo do governo federal. Ainda não se sabe a proporção exata em que a votação plebiscitária correspondeu aos desejos de s. exa. Mas esse é um pormenor que não tem maior interesse. O que importa levar em consideração é o fato de o presidente Goulart se considerar, em face dos resultados, em condições de agir com absoluta liberdade de movimentos.

S. exa. faz parte daquela família de cidadãos latino-americanos que não costumam embarçar-se com as sutilezas da lei, sobretudo da lei constitucional. Para eles, o poder é o poder sem controle e sem limites. A vontade do chefe não pode deixar de sobrepor-se às limitações que a Carta Magna costuma impor aos que chegaram, fosse por que processo fosse, às culminâncias do Estado. É com esse espírito que o sr. Goulart aceita a forma presidencialista do governo, assim como é dentro da concepção que tem da autoridade que os resultados das urnas lhe acabam de conferir, que s. exa. irá por em execução os seus secretos desígnios.

Não há supor a opinião pública que s. exa. passará a respeitar os princípios gerais que um Rui Barbosa, por exemplo, consideraria como intangíveis para todos aqueles que se dispusessem a pôr em prática o regime que, após o plebiscito, se converterá na lei básica da nacionalidade. O que para o sr. presidente da República resultou incontestável é o fato de a maioria dos que acorreram às urnas anteriormente terem outorgado o direito de considerar abolida, a partir de hoje, a Constituição em vigor. Para s. exa., não só o Parlamentarismo deixou de existir, como, ainda, pelo ponderável comparecimento de eleitores às urnas, ficou definitivamente provado que lhe não faleciam razões quando se opunha terminantemente às tendências moderadoras do Congresso. É daí que s. exa., muito provavelmente partirá para se prevalecer do ponto de vista do seu ministro da Justiça quando este afirma que, vitoriosa a corrente que se opunha à continuação do regime parlamentar, fica "ipso facto" estabelecido o direito de o sr. João Goulart passar a governar pelo processo primário de decretos-leis. E isso enquanto o Poder Legislativo não promulgar, dentro dos 90 dias prescritos na Lei Capanema-Valadares, o restabelecimento da Constituição de 46.

Considera-se, portanto, o sr. presidente da República em condições de fazer o que bem entender dentro desses 90 dias: as reformas que melhor lhe pareçam e, até, as modificações constitucionais que tiver por indispensáveis ao estabelecimento do regime com que sonha e por que tanto tem lutado. Em suma: passará a Nação a viver, no espaço de noventa dias, dentro de uma ditadura. E depois? Os atos parlamentares a que o País tem assistido são uma pequena amostra do que o caudilho de São Borja poderá exigir das duas Casas do Congresso. Primeiramente foram as delegações de poderes peremptoriamente reclamadas pelo chefe do Executivo nacional e prontamente concedidas pela Câmara e pelo Senado. Mais tarde assistiu a opinião pública, apalvada, primeiro às discussões em torno da lei complementar Capanema-Valadares, e depois à sua aprovação. Isso basta para que todo aquele que ainda não perdeu de todo o senso da dignidade cívica avalie as consequências que o resultado das urnas trará para o País.

Estamos em pleno regime do "Estado Novo". Voltamos a viver sob os processos de governo que acabaram por levar as Forças Armadas a derrubar o ditador em 29 de outubro de 1945. Com uma facilidade inacreditável, foram caindo todas as barreiras que a Constituição de 1946, primeiro, e depois o Ato Adicional n.º 4, haviam erguido contra o caudilhismo que desde 1930 se apoderara do Estado. Não existem já obstáculos capazes de deter o chefe do Executivo nacional e o seu "estado-maior" na marcha que empreenderam para o governo discricionário. Em pouco mais de um ano, a Constituição foi ferida duas vezes pelo sr. João Goulart, ao mesmo tempo que o Poder Legislativo, submetendo-se passivamente a s. exa., passou a conceder foras de legalidade a todas as suas fantasias. As pretensões do sr. presidente da República foram crescendo na medida em que os demais poderes constitucionais se apagavam diante da desmedida hipertrofia do poder Executivo. E não será agora, certamente, quando o sr. João Goulart se julga fortalecido pela delegação de poderes discricionários que lhe outorgou a maioria do eleitorado nacional, que s. exa. abandonará um processo de governo que tão de perto fala às suas mais caras aspirações...

...

O jornal Folha de São Paulo, em editorial intitulado *Às urnas*, de 06 de janeiro de 1963, afirma a importância do voto para o amadurecimento da democracia e lamenta não ter havido esclarecimento sobre vantagens e desvantagens de ambos os sistemas (Figura 35). Já o editorial de 08 de janeiro de 1963, *O referendo e o comportamento popular*, afirma que a derrota não é do sistema parlamentarista, mas dos erros da vida política em um ano e meio. O parlamentarismo foi tumultuado desde o início, sob desconfiança generalizada. Não teve oportunidade de dar certo. Além disso, o povo quer de volta as responsabilidades definidas e a volta da autoridade (Figura 36).

Figura 35 Nota na Folha de São Paulo em 06 de janeiro de 1963



## Às urnas

O eleitor brasileiro tem hoje um encontro marcado com as urnas, seja para o "sim" que significará aprovação do Ato Adicional, seja para o "não" que restabelecerá o presidencialismo, seja ainda para o platonico voto em branco — única forma admissível de protesto para os que, por um motivo ou por outro, se recusam a fazer a opção que se lhes pede.

É fora de dúvida que a campanha do referendo teve muitos aspectos negativos. O maior deles foi o desperdício de uma oportunidade que se afigurava excelente para o esclarecimento do povo sobre as virtudes e defeitos dos dois sistemas de governo. Em vez do debate de sentido altamente educativo, o que se viu foi, de um lado, uma propaganda primária a tentar dar a entender que o parlamentarismo era o responsável por todos os nossos males, da inflação à falta de gêneros essenciais; e, de outro, o silêncio quase acovardado dos que tinham o dever de defender o sistema instituído pelo Ato Adicional.

Apesar de tudo, porém, há uma convocação às urnas, a que ninguém deve esquivar-se. Não chegaremos jamais ao estágio ideal de maturidade política, enquanto o povo não participar atuamente das grandes decisões, de que depende o futuro da Pátria. A ninguém, por outro lado, aproveitaria o esvaziamento do referendo, traduzido por um míngua do comparecimento e vitória de qualquer uma das alternativas por reduzida margem: a validade do pronunciamento popular seria interminavelmente questionada pelos derrotados, os vitoriosos não se sentiriam com suficiente apoio para arregaçar as mangas e começar a trabalhar, enquanto os nossos problemas se agravariam, com reflexos diretos e desastrosos sobre toda a população.

O que todos desejam é que o referendo de hoje encerre o ciclo de crises políticas que há quase ano e meio intranquillizam o país. A vitória — que todos consideram improvável — do parlamentarismo daria a este a autoridade moral de cuja falta se ressentiu, sempre, em face das circunstâncias em que foi instituído. O retorno ao presidencialismo, tido como certo, redobrará as responsabilidades do sr. João Goulart, obrigando-o a iniciar a fase realmente construtiva de sua gestão, até aqui em grande parte descurada.

Ninguém deve deixar, pois, de comparecer hoje às cabinas eleitorais. O voto é ainda a grande arma dos cidadãos, no regime democrático, e mesmo num pleito de características especiais, como é o referendo, ninguém tem o direito de alhear-se. Não são os interesses particularistas do sr. João Goulart que estão em jogo, nem os da oposição. São os do próprio Brasil, que reclama de seus filhos uma definição, em termos que permitam ao Congresso, no prazo de 90 dias de que dispõe, estruturar o sistema de governo mais adequado às necessidades nacionais e preferido pela maioria do eleitorado.

Figura 36 Nota na Folha de São Paulo em 08 de janeiro de 1963

# FOLHA DE S. PAULO

*Um jornal a serviço do Brasil*

## O referendo e o comportamento popular

A abstenção no referendo de anteontem, calculada em torno de 25 a 30% em todo o Estado de São Paulo (nas eleições de outubro chegou a 13%), não confirmou os prognósticos pessimistas dos que desejaram e até acoroçoaram a omissão popular. Prova, esse fato, que já não encontram eco no povo as campanhas derrotistas que visam empanar e prejudicar o processo democrático em nossa terra. O comparecimento do eleitorado, ao contrário, pôs em xeque o prestígio de alguns partidos que pregaram ostensivamente a abstenção, como se fosse este um expediente legítimo e defensável. O comportamento do povo, em verdade, mostrou que pouco a pouco se vai solidificando entre nós a consciência cívica, apesar das frustrações e da desorientação a que o conduzem os maus praticantes da democracia. Isto representa, sem dúvida, um resultado positivo do referendo, tanto mais significativo porque foi o primeiro que se realizou em toda a nossa história política e, além disso, rodeado de alguns episódios na realidade pouco edificantes e até mesmo desestimuladores.

Os resultados parciais do pleito de domingo conferem, como era esperado, esmagadora maioria ao NÃO. Mas será errado interpretar-se esse resultado como vitória de uma forma de governo e derrota de outra. Pode-se afirmar, com segurança, que foram as vicissitudes, os erros e os desacertos da nossa vida política neste último ano e meio, que o povo condenou nas urnas. Vicissitudes, erros e desacertos que não podem, entretanto, ser levados à conta do sistema parlamentar, mas de circunstâncias diversas cuja análise é muito mais complexa. Deve-se reconhecer, com efeito, e com absoluta isenção de ânimo, que a experiência parlamentarista do Ato Adicional foi tumultuada desde o início e, o que é mais grave, realizada sob suspeição e desconfiança generalizadas. Por isso mesmo, o sistema não funcionou e, muito menos, deu ao povo brasileiro a oportunidade de bem discerni-lo e julgá-lo.

Seja como for, porém, a vitória do NÃO é insofismável. Revela, antes de mais nada, que o povo brasileiro deseja e reclama, com urgência, que se definam as responsabilidades do governo do Brasil, que se reforce o princípio da autoridade e, como corolário disso, que se administre efetivamente, em benefício da coletividade. Todos sentem, em última análise, as consequências dos inúmeros problemas nacionais que estão a exigir solução drástica e imediata, e entre os quais avultam o da inflação e o do custo de vida. A aspiração unânime é a de que se superem as divergências e as quizzilas políticas, afastem-se as rivalidades gratuitas e estereis, para que o governo da República leve a cabo as imensas e importantes tarefas que tem pela frente. Por isso mesmo, é necessário que o Congresso esteja atento a essa aspiração e, no menor prazo possível, reorganize o sistema governativo do país, de acordo com a opção popular manifestada nas urnas.

#### 7.4 PEDIDO DO ESTADO DE SITIO

A revolta dos sargentos da Aeronáutica e da Marinha em Brasília contra a decisão pela manutenção da inelegibilidade de graduados nas Forças Armadas ou Auxiliares, em 12 de setembro de 1963, mesmo tendo sido controlada rapidamente pelas Forças Armadas, aumentou o desgaste entre o governo e os setores militares que acusaram João Goulart de adotar uma postura neutra diante do episódio. Várias greves e ameaças de greve eclodiam em todo país puxadas pelo Comando Geral dos Trabalhadores - CGT, com destaque para a greve dos bancários, em 17 de setembro de 1963. Após a polêmica entrevista de Carlos Lacerda para o *Los Angeles Times*, criticando fortemente o governo e também os chefes militares, sob pressão, em 04 de outubro de 1963, Jango solicitou ao Congresso Nacional a decretação do estado de sítio. No dia 07 de outubro de 1963, o próprio presidente solicitou a retirada do pedido, o que causou mais desgaste.

O Correio da Manhã em nota *Na fronteira da legalidade*, de 05 de outubro de 1963, destaca que depois de um ano e meio, volta-se ao mesmo ponto de partida – a renúncia de Jânio Quadros. A diluição partidária, o negociismo de políticos, as manobras de sindicatos e militares, enfim, as pressões de todos os lados só pioraram o caos econômico e financeiro. É necessário reestruturar a ordem econômica e social através de reformas (Figura 37). No editorial *Carta marcada*, de 06 de outubro de 1963, afirma que não existe justificativa para o pedido de estado de sítio, convocando o Congresso para defender a Constituição (Figura 38).

Figura 37 Nota no Correio da Manhã em 05 de outubro de 1963

6

## Na fronteira da legalidade

Após uma corrida insensata de provocações e contraprovações em que governantes, líderes partidários, dirigentes sindicais, empresariais e chefes militares se embaralharam, procurando sófregamente atender aos seus próprios interesses, a nação estanca ante a solicitação do estado de sítio. O país chega à fronteira da legalidade.

É a volta a um triste ponto de partida: a situação nos dias da renúncia do sr. Jânio Quadros, manobra frustrada, mas que resultou em uma reação em cadeia de manobras não menos vergonhosas, de natureza política, como a instauração do falso parlamentarismo, que alimentou a diluição partidária e o negociismo da "união nacional"; manobras de pressões sindical e militar, que instauraram o extremismo demagógico na vida dos sindicatos e comprometeram, profundamente, a disciplina das Forças Armadas. Seus reflexos chegaram até hoje, nas agitações habituais do porto de Santos e na tóla rebelião dos sargentos.

\* \* \*

Com o plebiscito, o povo brasileiro reacendera esperanças que, infelizmente, foram decepcionadas. Ingressamos na fase do palavrório. O Plano Trienal reduziu-se a simples palavra para ser citada na justificação de atos que o fizeram fracassar. A contenção das despesas constituiu-se em mero reconhecimento da circunstância de não serem, habitualmente, necessárias emissões no primeiro semestre do exercício financeiro. As reformas de base se reduziram a simples palavras-alvo para as investidas da revolução e da reação. E, além disso, serviram de pretexto para estabelecerem-se institutos e outras formas de estruturação sistemática da corrupção pública e privada.

\* \* \*

Estonteados por esse palavrório, que se estendia do âmbito do Executivo ao do Legislativo, ingressamos no segundo semestre. O semestre das primeiras emissões de julho, animando as agitações políticas de agosto. O semestre das greves de setembro que aceleraram a curva inflacionária de outubro, pre-

parando as emissões maciças dos últimos dias do ano.

Dizíamos em nossos editoriais que não teríamos capacidade de resistir a essas dificuldades financeiras do segundo semestre, sem uma programação no âmbito interno e internacional. Não nos assustavam as minorias revolucionárias denunciadas pela reação. Nem os grupos antiprogressistas da direita, apontados pelas forças de esquerda. O nosso receio e a nossa preocupação eram a falta de previsão e de um programa para enfrentar os problemas no âmbito financeiro e no âmbito internacional.

Não esperávamos, todavia, chegar ao extremo de uma emissão diária de 5 bilhões de cruzeiros, que aponta ao dólar a meta de 2 mil cruzeiros.

\* \* \*

O caos econômico e financeiro resulta na diluição dos salários, na diminuição da produção industrial e agrícola, no entesouramento e na balbúrdia, deixando os trabalhadores presa fácil da demagogia das greves políticas, e as classes produtoras a apelar para o "lock-out".

Ante essa ameaça de desordem geral, pede-se o estado de sítio, para montar um dispositivo de segurança militar. A verdade, porém, é que somente um dispositivo de segurança econômica e financeira permitirá a reorganização completa da vida brasileira.

\* \* \*

Não é hora para a covardia dos que se assustam com ameaças de aparato bélico dos militares. Não é hora para frases de retórica ou de demagogia. É a hora final para tomarmos consciência desse fato simples e decisivo: o impulso que nos conduziu ao atual desequilíbrio econômico e financeiro, agravado pelo desequilíbrio de visão dos responsáveis pelos nossos destinos em todas as áreas do governo estadual e federal, foi e é a crise econômica.

A solução é esta: reestruturar a ordem econômica e social do país, através das reformas, e deter o paroxismo inflacionário e cambial. Para isso, não precisamos cercar as liberdades. Precisamos cercar a irresponsabilidade.

Figura 38 Nota no Correio da Manhã em 06 de outubro de 1963

# Carta marcada

O País está contra a carta-branca que o Governo reclama sob a capa de um estado de sítio, não justificado e injustificável. O próprio Diabo costuma citar a Bíblia em seu proveito. E assim faz a mensagem dirigida ao Congresso, citando a Constituição para arrancar medidas supressórias das liberdades públicas.

Os textos são claros e não necessitam de exegetas treinados em pareceres sob medida. Diz o Art. 206 da Carta Magna que o Congresso só poderá decretar o estado de sítio em caso "de comoção intestina grave ou de fatos que evidenciem estar a mesma a irromper" ou quando em face de "guerra externa." Não há guerra externa, não há comoção intestina grave. Restaria a hipótese de fatos indicativos de próxima perturbação nacional.

Mas o próprio ministro da Guerra foi o primeiro a desmentir a existência desses fatos, no comunicado oficial em que, no mesmo dia em que solicitava a votação de medidas excepcionais de segurança, afirmava ao País absoluta normalidade. Reproduzimos, mais uma vez, nesta mesma página, a nota distribuída à imprensa às 18h do dia 3 de outubro, quando a máquina ministerial já estava acionada em favor do sítio.

A Constituição pede fatos e não meias palavras ou in-

situações mal veladas. A Mensagem que solicitou o sítio tinha, portanto, de ser acompanhada de exposição clara, objetiva e comprovável dos prenúncios de uma eclosão. Assim, de duas uma: ou o Governo está de posse de elemento que so-nega à Nação, inclusive a seu órgão deliberativo máximo que é o Congresso Nacional, ou estamos em face de um embuste, de uma grosseira manobra política que deve ser repelida.

Se há uma conspiração descoberta, por que vacilam as autoridades em desmontá-la, apresentando ao País os alegados conspiradores? Para isso dispõem de todos os recursos, inclusive os que lhes dão leis especiais; para isso, a Nação mantém Forças Armadas e serviços de segurança.

O perigo estará nas greves? Mas greves muito mais vastas têm existido ao estado de sítio. É a mais perigosa delas, a dos bancários, cessou de pronto desde que o presidente da República decidiu atuar diretamente, como mediador. Governadores das mais diversas áreas políticas já se manifestaram abertamente contra o sítio que os ministros militares e o presidente da República procuram impingir à Nação; todos se manifestam contra a medida de arrôcho, inclusive as direções sindicais que tanto cortejam o Governo. Onde está, pois, o perigo?

Virá da entrevista irresponsável do governador da Guanabara e do palavrório do governador de São Paulo? Mas que governo é este que se alia com entrevistas? Demais, como todos sabem, a crise política vinha de antes e não há como inverter a cronologia.

Estará, finalmente, a ameaça no desassossegado revelado na tropa, ou em certos setores dela? Mas, para isso, há a autoridade militar e existem o RISC, o RDE e o Código Penal Militar.

\* \* \*

O País não quer a supressão das liberdades. O que deseja e reclama é que o Governo apresente uma face visível, que defina sua política até agora indecifrável, que seja o centro do Poder e não o desagregador do Poder. A carta-branca que ora se pede ao Congresso é uma carta marcada com que se procura abrir o caminho para a tutela sobre a Nação.

Em 1955 e 1961 esteve igualmente o País diante de exigências de ministros militares. E rejeitou com firmeza e dignidade os vetos à candidatura Kubišček e à posse do sr. João Goulart. Trata-se, agora, de defender as liberdades públicas, a validade dos mandatos e o princípio da Federação.

Cumpra o Congresso seu dever.

O Globo no editorial *A sorte da república*, de 05 de outubro de 1963, concorda com as alegações dos ministros militares para o pedido do estado de sítio, a exceção da necessidade da permanência de Jango como presidente. O que estaria por trás do pedido de estado de sítio feito pelos brilhantes ministros é conter o avanço do comunismo e de impedir a alteração constituição necessária para João Goulart levar adiante a reforma agrária (Figura 39).

Figura 39 Editorial de O Globo de 06 de outubro de 1963.

## A SORTE DA REPÚBLICA

**OS MOTIVOS** invocados pelos ministros militares para pleitear do Presidente da República a decretação do estado de sítio, na forma prevista na Constituição, para evitar a comoção intestina grave, são — com a única exceção do final — aqueles que este jornal tem, com insistência, apontado como responsáveis pela grave conjuntura econômico-social que o País atravessa. Vejamos esses motivos.

1) **A INFLAÇÃO INCONTINUA** — Outra coisa não temos feito senão denunciar a crise inflacionária como a causa primeira do drama nacional. Reclamamos providências governamentais para detê-la, apoiámos todas as medidas que o Governo, há tempos, resolveu adotar nesse sentido, mas tivemos o desgosto de verificar que ele não persistia nos propósitos manifestados. Temeroso da grita das esquerdas e da agitação da cúpula sindical, logo abandonou o plano iniciado quando o Sr. San Tiago Dantas fora feito Ministro da Fazenda. Por fim afastou o próprio Sr. San Tiago e interrompeu as negociações com os órgãos financeiros internacionais e os governos estrangeiros.

2) **A RADICALIZAÇÃO DAS POSIÇÕES POLÍTICAS** — Muitas e muitas vezes lamentamos que as paixões políticas se exacerbassem em tão grave momento da vida brasileira, achando, como os senhores ministros, que isto impedia "o trabalho construtivo de grande parte da população, que aspira por paz e tranquilidade". Paz e tranquilidade têm sido a tônica de todos os editoriais de O GLOBO nos últimos meses.

3) **O CAMPO MILITAR AMEAÇADO EM SEUS PRÓPRIOS ALICERCES** — Bem antes da revolta dos sargentos em Brasília já alertávamos a Nação para a infiltração dos agitadores na área militar, através dos movimentos políticos com os graduados. Infelizmente nada se fez para impedir o crescimento do tumor, que foi, ao invés, alimentado pelas ambições de algumas autoridades, inclusive fardadas, que tentaram servir-se politicamente dos sargentos, aos quais recebiam em comissão, banqueteavam e incitavam com discursos "nacionalistas".

4) **A QUESTÃO SOCIAL AGRAVANDO-SE A CADA DIA QUE PASSA** — Consequência do desequilíbrio econômico-financeiro, que tornou impossível aos trabalhadores uma vida decente. Nunca deixamos de afirmar que são os trabalhadores os que mais sofrem nas épocas de inflação e de crise.

5) **AS GREVES SE SUCEDEM E SERVEM DE PRETEXTO PARA A CONSPIRAÇÃO POLÍTICA** — Quem, mais do que nós, tem verberado essas greves, nas quais sempre temos indicado o móvel político, presente em quase todas? As reivindicações justas dos trabalhadores são apenas o pretexto para a agitação desenfreada de órgãos espúrios, de existência ilegal, cujo funcionamento, entretanto, o Governo tem permitido, em troca de um apoio que nem o honra, nem lhe é útil. Curiosamente, porém, entre os direitos que o Governo pretende cercar com o estado de sítio não se encontra o de greve, que foi esquecido pelo Ministro da Justiça.

6) **GRUPOS INCONFORMADOS PREGAM A VIOLÊNCIA E A SUBVERSÃO DA ORDEM COMO SOLUÇÃO PARA OS PROBLEMAS QUE AFLIGEM AS CLASSES TRABALHADORAS** — Jamais nos conformamos com a vista grossa feita pelo Governo às atividades desses grupos. Têm eles, entretanto — como com frequência proclamamos — gozado de estranhos privilégios, entre os quais o de usar as emissoras radiofônicas para os programas subversivos. O Ex-Governador do Rio Grande do Sul, por exemplo, cada vez que vai à sua rádio é para aconselhar a violência e a desordem, como fez, novamente, há poucos dias.

**DIZEM**, finalmente, os três mi-

conspiração contra o Governo e a ordem legal, Governadores de Estado olvidam a responsabilidade do cargo a que o povo os elevou e se rebelam contra a legalidade democrática, tentando destruir a ordem jurídica, que não poderia sobreviver sem a permanência de Vossa Excelência à frente do Governo da República até o término de seu mandato". — E aqui, apenas aqui, que discordamos dos motivos citados pelos Ministros da Guerra, Marinha e Aeronáutica, para justificar o pedido de sítio.

**NÃO IGNORAMOS**, evidentemente, que certas áreas políticas estão exaltadas, mas, como afirmamos no editorial "Guerra e Paz", essa exaltação se dirige menos contra o Presidente da República do que contra o avanço do comunismo, não mencionado, aliás, no ofício dos ministros militares, mas certamente implícito em quanto disseram suas excelências.

**CONFORME** proclamamos no editorial citado, não desejamos a queda do Sr. João Goulart. Ao contrário do que pensam os três ministros, a ordem jurídica não está presa à pessoa do Presidente da República, que pode deixar o Governo ou dele ser afastado sem que as instituições pereçam. O Sr. João Goulart é o melhor exemplo de uma solução legal para um momento de crise, pois substituiu, como Vice-Presidente que era, o Sr. Jânio Quadros, que renunciou. De qualquer modo, independente disso, queremos, como os ministros militares, que o Presidente cumpra o seu mandato até o último dia, mas atuando, enérgicamente, para soffrear as esquerdas, restaurar a ordem e estimular o trabalho.

**EXISTE**, entretanto, uma grande diferença entre a posição de O GLOBO e a posição dos Ministros Dantas Ribeiro, Mota e Botelho. Nós achamos que todos esses motivos que serviram de base ao pedido de sítio desaparecerão no momento em que o Governo resolver agir como Governo, cumprindo e fazendo cumprir a lei. Para isto não necessita restringir as garantias constitucionais, através do procedimento em questão. Tivesse o Governo, há mais tempo, atuado contra os agitadores e a subversão, e o estado de sítio não estaria, hoje, nas cogitações militares.

**NÃO DUVIDAMOS**, porém, da sinceridade dos Ministros da Guerra, da Marinha e da Aeronáutica, quando o consideram indispensável. Pensam alguns que o estado de sítio apenas encobriria o já anquilosado intuito de intervenção na Guanabara, através da nomeação, pelo Governo Federal, de um executor do sítio para o nosso Estado. Não podemos endossar tal interpretação, que representaria um desconhecimento para três brilhantes oficiais-generais, de quem só é lícito esperar procedimentos sinceros, leais e patrióticos.

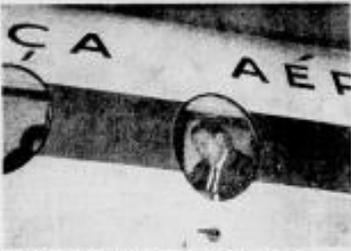
**E A SINCERIDADE** de suas excelências quando oficiam ao Presidente João Goulart sugerindo que proponha ao Congresso a decretação do sítio parece evidenciar-se no fato de que, nos termos da Constituição, na vigência do estado de sítio não se pode emendar ou reformar a Carta Magna. Sendo notório o interesse do Presidente na alteração constitucional ligada à reforma agrária, logo se vê que os ministros não se animariam a propor o estado de sítio ao Presidente se não estivessem realmente convencidos de sua necessidade.

**O CONGRESSO**, a quem cabe decidir sobre o assunto, vai viver nos próximos dias momentos tumultuosos e difíceis. Esperamos que a maioria democrática saiba precisar o que mais convém ao Brasil, para que as providências que venham a ser adotadas não constituam ameaças às liberdades públicas e à autonomia dos Estados. Devem os parlamentares meditar atentamente sobre o pedido

O jornal Última Hora de 04 de outubro de 1963 destaca o pedido do estado de sítio e a atuação de Jango para o fim da greve dos bancários (Figura 40). A edição de 05 de outubro de 1963 traz as justificativas para o pedido feito pelos ministros militares (Figura 41).

Figura 40 Capa do Última Hora de 04 de outubro de 1963

**GREVE GERAL PAROU O RIO GRANDE E A CONVULSÃO AUMENTA EM S. PAULO**  
**Ministros Militares: - Comoção Interna Ameaça o País**  
**Jango Voa Para Brasília**  
**SÍTIO HOJE**




**Ultima Hora** 30

**JG SELOU O ACÔRDO ENTRE BANCÁRIOS E BANQUEIROS**

**Lacerda: - Trabalhador Brasileiro Não Serve**  
**Lacerda Has Big Plans for Brazil as President**

**MAIOR CORTE DE LUZ**

**Substância Recada no Inquérito - Dopam, Sim, os Craques da Bola**

**"GORILAS" ASSALTAM O PODER EM HONDURAS**

**ZERO HORA**

**Controle Das Rádios e TVs**

**Amaral Peixoto e Brito no Palácio Das Laranjeiras**

**Telefona Para JK**

**Jango: A Decisão Éto Tomada**

**MAIOR CORTE DE LUZ**

**Substância Recada no Inquérito - Dopam, Sim, os Craques da Bola**

**"GORILAS" ASSALTAM O PODER EM HONDURAS**



Figura 42 Nota de O Estado de São Paulo de 05 de outubro de 1963.

SABADO, 5 DE OUTUBRO DE 1963

## NOTAS E INFORMAÇÕES

Intervenção ou estado de sítio?

Não era preciso muita argúcia para se perceber que o sr. João Goulart não deixaria de tentar, por intermédio do CGT, tirar o maior partido possível da greve pacífica anteontem deflagrada pelos ferroviários paulistas. Hoje, a nossa previsão confirma-se plenamente. Aproveitando-se da greve bancária, que há dias vinha prejudicando o Rio de Janeiro e esta Capital, conseguiu o CGT fazer eclodir no Rio Grande do Sul um movimento de grandes proporções. Tendo por centro o Sindicato dos Bancários, o referido movimento estendeu-se ao pessoal das Estradas de Ferro e dos portos, paralisando totalmente as suas atividades a partir da meia-noite de anteontem. E, segundo os dirigentes sindicais rio-grandenses, não tardará que os elementos já em greve recebam a adesão de outras categorias de trabalhadores, afirmando mesmo terem a certeza de que hoje ou amanhã a greve assumirá o caráter de paralisação total das atividades operárias daquele Estado. Aham-se parados, desde já, três portos, tendo também atendido ao apelo sindical alguns setores dos carris urbanos e da distribuição de energia elétrica de Porto Alegre.

Logo quanto ao Sul. Em Belo Horizonte houve também, nestes últimos dias, uma acentuada movimentação dos sindicatos operários, embora até este momento não se tenha notícia de que eles se haja transformado em greve efetiva.

Procedendo beneficiar-se da atmosfera extremamente carregada resultante da deturpação, pelo Comando Geral dos Trabalhadores e outros órgãos de que nesta ocasião se utiliza o Palácio da Alvorada, da natureza do movimento grevista de São Paulo, o sr. presidente da República convocou o Ministério para assentar as medidas que a situação reclamava e que a mobilização de tropas no Rio, em consequência do levante de fuzileiros navais na Ilha do Governador, propiciava. Todas as hipóteses foram analisadas, a começar pela da intervenção no Estado da Guanabara, alvo que não poderia deixar de figurar em primeiro plano na oportunidade que a confusão geral oferecia, e, a acabar, caso esta não fosse possível, na tentativa de estabelecer o estado de sítio em todo o País.

A intervenção na Guanabara afigurou-se desde logo, aos assessores jurídicos do presidente, de todo em todo inviável, com a agravante de s. exa. não contar para isso com o apoio da grande maioria das forças de terra e da Marinha. Assentou-se então, ao que tudo indica, na segunda hipótese, isto é, — dirigir o presidente da República uma mensagem ao Congresso pedindo-lhe a imediata adoção do estado de sítio. É a essa expectativa que a Nação se encontra.

A decisão tomada na reunião ministerial parece-nos ser indício de que o sr. presidente da República se acha mais uma vez naquele estado de perplexidade a que os acontecimentos o conduzem todas as vezes que uma crise mais aguda o obriga a tomar uma decisão. A termos como certo o noticiário que recebemos do Rio de Janeiro, aos ministros militares teria cabido a responsabilidade daquela tentativa junto do Congresso. E, se levamos na devida consideração a psicologia dos que adotaram a profissão das armas, não custará a crer que a idéia haja partido efetivamente deles. Vitoriosa a idéia e general Jair Dantas, pelo menos, veria satisfeita a sua propensão patética de prepotência e muito facilitada a tarefa de dar cobertura aos designios secretos de seu chefe.

Resta saber, porém, se, em primeiro lugar, o Congresso estaria disposto a "ir na fala" do caudilho, e, em segundo lugar, se a oficialidade das três Armas estaria disposta a acompanhar o chefe do Campo de Santana em seus propósitos. No que diz respeito ao Congresso, não temos a menor dúvida: ele se recusará a servir de instrumento ao sr. Goulart, para que este aja discricionariamente no sentido de reduzir as últimas resistências aos seus intentos. A tudo se disporá a consentir a maioria parlamentar: menos, porém, a proporcionar ao chefe do governo o ensejo de anular os últimos resquícios da independência que ainda de vez em quando manifestam os membros do PSD e até do PTB. O próprio instinto de conservação dos valadares passará a agir em defesa dos mais altos interesses do País. A partida é séria demais para que as velhas raposas que constituíram o elenco do "Estado Novo" e depois se elegeram deputados e senadores desta triste República se deixem enredar pela astúcia do sr. João Goulart.

Sentimo-nos, portanto, perfeitamente tranquilos. Estamos, sem dúvida, a atravessar um momento de grandes dificuldades, mas a situação apresenta sintomas evidentes de que a estrela do presidente da República já transpôs o zênite da sua trajetória. A impossibilidade em que se viu o seu "staff" de aproveitar a ocasião, aparentemente tão oportuna, de enquadrar o sr. Carlos Lacerda, a propósito da entrevista que concedeu ao "Los Angeles Times", na lei de segurança nacional, e o malogro em que redundou a tentativa de o expulsarem do Palácio da Guanabara, é quanto basta para nos convencer de que se está paulatinamente afirmando a ascendência da Constituição sobre os desmandos do governo. A Nação se vai recuperando e, à medida que os dias passam, mais côncava vai ficando de que era efetivamente para o abismo que a pretendia arrastar o homem que um acaso da fortuna guindou à Presidência da República. Hoje, a Nação reage contra a infrene demagogia em que a querem envolver. Foi o que ainda ontem ficou plenamente demonstrado na lição infligida ao sr. Paulo de Tarso pelos estudantes da Universidade Mackenzie.

N. da R. — Já estava composto este comentário, quando nos chegou a notícia de que o governo encaminhara ao Congresso a mensagem solicitando o estado de sítio. Uma vez que o pretexto para essa capciosa solicitação residia na greve dos ferroviários de São Paulo — como irá explicar o governo federal a necessidade de tal medida, se o encaminhamento da mensagem governamental ao Congresso coincide exatamente com o declínio do movimento grevista neste Estado?

Mais ainda: pedindo a decretação do estado de sítio, o presidente da República solicitou a suspensão só de direitos e garantias individuais previstos no art. 141 da Constituição, parágrafos 5.º, 6.º, 11, 12, 15, 20, 21, 22, 23, 24 e 27. Deixou s. exa. de pedir a suspensão do art. 158, que assegura o direito de greve. Vale dizer deixou o CGT, o PUA, o PAC, o PSD e órgãos congêneres livres para prosseguirem em sua ação subversiva, promovendo greves em qualquer ponto do território brasileiro ou em toda a Nação.

O editorial *Sítio* da Folha de São Paulo, em 05 de outubro de 1963, afirma que o pedido de sítio evidencia que o governo Jango fracassou em manter a estabilidade do país, garantir as liberdades e controlar agitadores. Relativiza as críticas feitas pelos militares aos governadores (Figura 43).

Figura 43 Editorial da Folha de São Paulo em 05 de outubro de 1963

<p><b>Café</b>  <b>SANTOS</b> — O tipo 4, estilo Santos, foi cotado ontem ao preço de Cr\$ 1.694,50 por 10 quilos e o mercado funcionou bem estável.  <b>PIÃO</b> — Este mercado funcionou também firme, com o tipo 7 cotado ao preço de Cr\$ 800,00 por 10 quilos.  <b>PARANAGUÁ</b> — O tipo 4, male, foi cotado nesta manhã, ontem, ao preço de Cr\$ 2.250,00 por 10 quilos, para a safra de 1963/64, sendo que o mercado funcionou firme.</p>	<h1>FOLHA DE S. PAULO</h1> <p><i>Um jornal a serviço do Brasil</i></p>	<p><b>Cambio</b>  O mercado de cambio em São Paulo funcionou muito tranqüilo.  Os dólares continuaram a operar com as taxas de Cr\$ 480,00, embora os Cr\$ 480,00 sejam mais a favor, e os Cr\$ 480,00 e de Cr\$ 480,00 para a libra.  No mercado de câmbio, a única coisa que se falou foi de Cr\$ 480,00 para a libra e Cr\$ 480,00 para o dólar.</p>
---	--	---

## Sítio

O estado de sítio contraria aquilo que as próprias autoridades militares têm dito quanto à ordem no país. Pode o governo falar vagamente em revolução em marcha, como faz na mensagem que enviou ao Congresso, mas com os recursos de que dispõe não lhe faltariam meios e modos de desfazer em seu nascedouro qualquer revolução, a não ser que profundamente implantada no povo a idéia de realizá-la. Mas foi o próprio presidente da República quem declarou, em seu último discurso, que o povo não se acha em estado revolucio-

nario. Significaria o pedido de sítio, então, apenas uma prova — horrível dizê-lo — de incapacidade de administrar, de incompetência para manter no país as liberdades e enfrentar a ação de eventuais agitadores. Quando se pensa que muitos dos movimentos de indisciplina que vêm infelicitando o país brotaram das próprias áreas governamentais, desrespeitando decisões judiciais e repetidamente procurando lançar desretrato geral sobre o Congresso, a conclusão é a de que o governo se sente incapaz de parar a mancha que ele mesmo começou.

A esse respeito, é significativo o ofício com que os ministros militares sugerem ao presidente da República a solicitação do estado de sítio ao Congresso. Apontam como causas das

dificuldades nacionais a inflação incontida, a radicalização das posições políticas, o agravamento da questão social, a sucessão de greves, a pregação da violência e da subversão da ordem como solução para os problemas que afligem as classes trabalhadoras, etc. É verdade que, numa afirmativa discursiva, falam também em "governadores de Estado que olvidam a responsabilidade do cargo a que o povo os levou e se rebelam contra a legalidade democrática".

Em sã consciência, porém, não se pode ocultar que ao governo federal se deve debitar grande parte, se não a maior parte da responsabilidade pela situação que os titulares da Guerra, da Marinha e da Aeronáutica apresentam como justificativa para o estado de sítio.

É alegadamente para enfrentar essa situação difícil que o governo pede agora poderes até certo ponto libertários. De posse deles, conseguem atingir os seus objetivos com eficiência e justiça, ou desatariam, em vez disso, para o incentivo cada vez maior às atividades de desordem e de desretrato à autoridades?

É de esperar que a primeira hipótese se concretize, embora um governo que perdesse a autoridade dificilmente possa restaurá-la mesmo em estado de sítio.



## 7.5 COMÍCIO DA CENTRAL DO BRASIL E MARCHA DA FAMÍLIA, COM DEUS, PELA LIBERDADE EM SÃO PAULO-SP

O Comício da Central do Brasil foi realizado no dia 13 de março de 1964 na cidade do Rio de Janeiro. Cerca de 200 mil pessoas compareceram para ouvir o presidente João Goulart e o governador do Rio Grande do Sul Leonel Brizola. Jango anunciou a assinatura de dois decretos: o primeiro referente à encampação das refinarias de petróleo que ainda não estavam nas mãos da Petrobrás; o segundo, chamado SUPRA (Superintendência da Reforma Agrária) possibilitava a desapropriação de latifúndios das beiras das estradas, ferrovias e açudes. Jango anunciou ainda um conjunto de medidas que pretendia encaminhar ao Congresso, conhecidas como *Reformas de Base – Reforma agrária, educacional, fiscal, eleitoral e urbana*. Entre as medidas, extensão do voto para os analfabetos, regulamentação das remessas em lucro para o exterior, desapropriação de terras sem pagamento imediato de indenização. E, para terminar, comunicou que havia enviado ao Congresso um decreto para tabelar os valores dos aluguéis. A resposta dos setores descontentes com o governo veio rapidamente: as Marchas da Família, com Deus, pela Liberdade, a principal delas na cidade de São Paulo, em 19 de março de 1964.

O Correio da Manhã, nos editoriais *O último comício*, de 14 de março de 1964 e *Equívocos*, de 15 de março de 1964, afirmam que o discurso de João Goulart e Brizola só aumentam a tensão e o radicalismo. Classifica as medidas anunciadas por Jango como demagógicas e afirma que as reformas virão por conta da necessidade econômica e social do país (Figuras 44-46). Na contracapa da edição de 14 de março, fotos de como foi o comício (Figura 45).

Figura 44 Editorial do Correio da Manhã de 14 de março de 1964

## O último comício

O sensacional acontecimento do dia de ontem não foi o espetáculo propriamente do comício; foi a assinatura de dois decretos da mais alta repercussão para o País. Dois decretos de natureza demagógica: o da SUPRA — embora atenuado — e o da encampação das refinarias de petróleo. E esses decretos não foram assinados no comício — mas já antes, no Palácio. Quanto ao comício em si não passou de uma exibição sem outra finalidade a não ser a de abrir a perspectiva para uma nova atuação governamental que deixa o País de sobreaviso.

O Brasil fez, durante o último decênio, progressos enormes. Basta lembrar a industrialização. Mas tudo, em benefício da prosperidade do País e da sua real independência econômica, foi realizado sem o tumulto de comícios espetaculares em praça pública. Foi realizado em calma e de maneira legal e constitucional: o que é o único caminho certo.

Para que, então, o comício de ontem? Não se compreende a mobilização de massas humanas, o dispêndio de milhões, a propaganda violenta, o abuso de tantas palavras, o irritante aparato militar que certamente só desgostou os sentimentos cívicos do nosso povo. Para quê?

\* \* \*

Aí é que está a questão. O governo des-

gastado pela sua inércia de dois anos, procura recuperar-se, mas esta tentativa de recuperação constitui também uma velada ameaça às instituições em vigor. O sr. João Goulart, da praça pública, se propõe a lutar pela reforma da Constituição. Este é um direito que assiste a todo cidadão. Mas não se pode jamais admitir que ele tenha um caráter de pressão sobre o Congresso sobretudo quando parte de um chefe de Governo.

O Congresso será soberano para julgar os problemas das reformas de base e da eleigibilidade dos analfabetos e dos sargentos e em necessidade de comícios oficiosos armados exclusivamente como elementos de uma guerra psicológica.

\* \* \*

Um dos efeitos sensíveis do comício foi a provocadora exibição de eloquência do sr. Leonel Brizola. Não esperávamos, de sua parte, outra coisa senão as costumeiras frases pseudo-revolucionárias. Os gritos do sr. Brizola significam apenas a tentativa de uma radicalização, tendo em vista os proveitos pessoais. E, agora, passemos, à ordem do dia.

\* \* \*

Essa ordem do dia poderia ser encontrada em certos trechos do discurso do presidente da República: quando

ele disse do seu desprendimento pessoal e do seu desejo de entregar aos seus sucessores um país no qual já estaria em curso a execução das reformas de base.

\* \* \*

Quanto às reformas de base, não deixaremos passar o ensejo de lembrar que este jornal foi o primeiro a proclamar-lhes a inadiável necessidade. É uma atitude que não podemos abandonar, mas afirmar com decisão cada vez maior.

Com respeito à outra afirmação do presidente — sobre sua sucessão — só lamentamos que tenha sido necessário pronunciá-la. A lealdade absoluta do supremo magistrado da Nação à Constituição e às leis deveria ser tão evidente que não seria preciso repeti-la. Como quer que seja, registramos aquelas palavras do presidente da República para que não fiquem nunca esquecidas, interpretando o citado propósito do sr. João Goulart como garantia da continuidade do regime e do processo democrático.

E acrescentamos o desejo de que o comício de ontem fique sendo o último dessa espécie. Pois o País precisa de trabalho e de segurança e não de comícios que só fazem contribuir para a inquietude geral.

Figura 45 Contracapa do Correio da Manhã de 14 de março de 1964

**Correio da Manhã**  
EDUARDO BITTENCOURT — PAULO BITTENCOURT  
RIO DE JANEIRO, QUARTA, 14 DE MARÇO DE 1964

---

## COMÍCIO PRÓ REFORMAS FOI ASSIM

### O menino



O menino tentou deitar o pé na direção à manifestação imediatamente apertado para o pai. Foi distribuído com a que se

### Segurança do comício



A segurança do comício sob a carga do Estado. Trabalhadores de vários setores que qualquer passo não comprometido ao compromisso de paz



O Sr. Tava, de Igreja Católica Brasileira, portava uma bandeira nacional, ao lado de trabalho, duas Orlas de CCT e palavras de ordem políticas expressas por dentro de sociedade

### Os holofotes



Os holofotes caíram sobre o comício. Cêrigois suspensas em ardo desde o edifício do Control até a Praça da Saude iluminaram a festa



Grupos de organização de Praça Cívica Brasil

### Tanques garantem



Além de muitos soldados armados de fuzis, alguns tanques foram distribuídos ao longo do túnel e fora do comício, de maneira de afastar os possíveis de manifestantes

### Monopólio integral



Trabalhadores em petição exigem grande coisa essencial à conquista da paz, abolição a monopólio integral de petróleo para o Brasil. O monopólio de petróleo não é o primeiro passo da organização

### Tochas e distúrbios



Muito regular que o povo entrou no comício. Trabalhadores de petróleo que exigem abolição, ao fim, com as tochas que também são um símbolo

Figura 46 Editorial do Correio da Manhã de 15 de março de 1964

COR

# Equívocos

**Esperava-se do sr. João Goulart, no comício, um discurso adequado à situação atual do País que, em meio de dificuldades de toda sorte e durante sérias negociações externas, precisa de paz e tranqüilidade para poder trabalhar e inspirar confiança: a hora exigia um discurso tranqüilizador.**

**Em vez disso, o presidente da República deixou o País em expectativa. Depois de ter mobilizado as massas para seu comício, mobiliza o Brasil inteiro. Põe o País de sobreaviso. E isto sem precisar exatamente suas intenções.**

**Será assim que se tranqüiliza um povo? Se o sr. João Goulart o acredita, labora num equívoco.**

\* \* \*

**O presidente da República dirigirá agora uma mensagem ao Congresso, pedindo as reformas e a reforma da Constituição; em que pontos, não disse claramente. E neste ponto deveria ser positivo.**

**O discurso, lido sem a devida preparação do espírito, soa com características esquerdistas. Mas não chega a assustar-nos. Basta ver as fotografias e ler as reportagens para duvidar fortemente do esquerdismo radical do sr. João Goulart.**

**Ali esteve ao seu lado o sr. Brizola, exigindo o fechamento do Congresso — isto é, exigindo aquilo que no**

**Brasil só aconteceu em 1937, quando foram violadas as tradições democráticas da Nação. Pelo seu "Fecha! Fecha!", o sr. Brizola revelou-se inesperadamente como líder de uma nova Direita. Seu esquerdismo é um equívoco.**

\* \* \*

**Os equívocos dessa natureza, as confusões entre direitismo radicalizado e esquerdismo radicalizado não são, infelizmente, casos isolados na história do Brasil. O maior desses equívocos foi criado pelo presidente que o sr. João Goulart considera como seu mestre.**

**Há, realmente, um equívoco histórico em torno de Getúlio Vargas, que passa hoje por ter sido o grande precursor do esquerdismo no Brasil. Mas esta versão não coincide com a realidade dos fatos.**

**Em 1930, o presidente, levado ao poder por uma revolução de feição liberal, frustrou logo as esperanças dos revolucionários, instalando-se como governo discricionário. Em 1937, fez o que agora pede o sr. Brizola: fechou o Congresso. Depois, dissolveu os partidos políticos, aboliu os direitos civis, suprimiu a autonomia sindical e o direito de greve, meteu todo mundo na cadeia sob pretexto de todos os opositores serem comunistas, em suma: estabeleceu uma ditadu-**

**ra totalitária. Realizou aquilo que hoje pretende repetir o sr. Carlos Lacerda, entre cujos auxiliares policiais se encontram os mais radicais servidores policiais do chamado Estado Novo. É um fato que, embora revelando o verdadeiro sentido do suposto antigetulismo do sr. Lacerda, não serve como circunstância atenuante para o brizolismo de hoje. Confundem-se. É mais um equívoco. Todavia, não podemos deixar de salientar que houve, também, um Getúlio, que fez a legislação trabalhista e tomou importantes medidas a favor da economia nacional.**

\* \* \*

**Seria o sr. João Goulart o continuador daquela herança? Acaba de desmentir o contínuismo, falando no seu intuito de deixar o País aos seus sucessores.**

**São esses equívocos que inspiraram o presente comentário. São dúvidas que só o presidente João Goulart seria capaz de dissipar. Mas não com um discurso como o do comício. Esperamos, todavia, a sua mensagem ao Congresso em prol das Reformas. Evidentemente, as Reformas virão, não porque sejam uma reivindicação do sr. João Goulart e sim uma aspiração de todo o País, que sabe o que elas representam para o seu próprio progresso econômico e social.**

O Globo, em editorial de 16 de março de 1964, *O eco do comício*, chama o comício de espetáculo deprimente de manifestação de força, digno de regimes totalitários. Qualifica os oradores como demagógicos e agitadores, culpando o governo pela situação em que o país se encontra. E convoca o Congresso para combater a desmoralização da Constituição (Figura 47). A capa da edição de 20 de março de 1964 destaca a foto da Marcha da Família com a manchete *São Paulo de pé em defesa da democracia* (Figura 48). No editorial *A palavra de ordem dos patriotas*, aponta a Marcha Manifestação espontânea pela democracia, sem financiamento de organismos políticos e estatais, apenas patriotismo. Agir contra a Carta Magna é totalitarismo (Figura 49).

Figura 47 Editorial de O Globo de 16 de março de 1964

**O Eco do Comício**

**O** POVO brasileiro é, realmente, admirável de equilíbrio, bom-senso e moderação. Fêzse outra a sua maneira de ser e aquela multidão que se reuniu na sexta-feira, em frente à Central, após ouvir os exaltados oradores, teria saído pela cidade a praticar violência. É verdade que havia um forte aparato policial-militar, montado pelas Forças Armadas, mas não estavam estas ali apenas para proteger o principal orador e garantir o próprio comício?

**T**UDO se fez, de todos os argumentos se lançou mão, para convencer aquela massa humana, carregada até dos Exarados vizinhos, de que ela era vítima permanente de "uma estrutura sócio-econômica já superada, injusta e desumana", e aqui é sustentada pela Constituição caduca que urge transformar, de qualquer maneira. Aquêste comício havia sido denominado pelos seus organizadores vermelhos de "comício das reformas", mas não foi outra coisa senão um ato público contra a Constituição do País.

**O**S BRASILEIROS ficaram sabendo, pela palavra do Presidente da República, que já se impacientam com a demora, quase insuportável, no recebimento dos dividendos do progresso. Aos participantes do comício foi dito que haviam vencido uma campanha de terror ideológico e sabotagem, cuidadosamente organizada para impedir ou perturbar a realização do mesmo. Os cartazes foram lançados contra o comércio, que estaria insultando o Governo porque este procure impedir a exploração do povo.

**A** PESAR de tudo isto, terminado o "meeting", a multidão se dissolveu calmamente, como que consciente de que havia tomado parte numa representação, podendo, agora, retornar aos lares, para o justo descanso do fim-de-semana. Os tanques e carros blindados voltaram aos

quartéis, os poderosos holofotes a seus depósitos, e o palanque foi desmontado e recolhido, para ser novamente utilizado em outra oportunidade.

**S**IM, para os que dêla participaram o comício terminou; não, porém, para os milhões de brasileiros que, estarecidos, o acompanharam pelo rádio e pela televisão, possuídos da impressão de que, no Rio de Janeiro, nesta cidade liberal e amena, que a si os de seus direitos e detesta a espetaculosidade e as demonstrações de força, tivera lugar uma reunião política, de caráter nitidamente totalitário. O eco deixado pelo comício de sexta-feira em tudo se assemelhou aqueles oriundos de Berlim, de Hitler, de Roma, de Mussolini, de Buenos Aires, de Perón, e da Havana, de Fidel Castro. A Nação, que não é representada pelos cem mil participantes do comício (sem boa parte arrebanhados, com pagamento, pelos órgãos governamentais e pelo CGT), repudia esse tipo de concentração popular e lamenta que ela tenha ocorrido.

**L**AMENTA, principalmente, porque viu no palanque da Praça Cristiano Ottoni comprometerem-se, aos olhos de 80 milhões de brasileiros, com os notórios agitadores que ali se encontravam, o Presidente da República e muitos de seus auxiliares diretos, inclusive os três ministros militares, que tiveram de ouvir, sem protesto, as mais severas acusações no Congresso Nacional, ao Poder Legislativo da República, que lhes cumpria honrar e defender tanto quanto honram e defendem o Poder Executivo. Que foram obrigados a escutar, calados, as mais fortes oburgatórias contra a Constituição que juraram cumprir e preservar, e isto por pessoas que também prestaram igual juramento. Que suportaram, sem nada poder dizer, as mais insolentes proposi-

ções, algumas delas atingindo a autoridade do Chefe da Nação, em pé, a seu lado.

**F**OI um espetáculo deprimente, apesar de que a demonstração de força se reduziu à realização do comício em local proibido, o que deixa de ser uma façanha, tendo em vista a garantia oferecida pelas Forças Armadas, e à presença de cem mil pessoas. Mas quem, qual o chefe político de envergadura que não reuniria multidão igual ou maior no Rio, em São Paulo ou Belo Horizonte? E não se esqueça das vantagens oferecidas a muitos dos que compareceram, vantagens, estas sim, que só o Governo pode oferecer.

**A** DEMAGOGIA, entretanto, foi o forte do "meeting". Não escapou um só orador, nem seria possível, considerando a natureza de concentração e a qualidade de seus promotores. Sucediam-se ao microfone os discursos. Todos disseram as mesmas coisas — nada que se aproveitasse —, alguns com maior ênfase, outros com certa prudência, uns caprichando na forma, outros desvalidamente. O saldo foi pobre. Nada restou de positivo, contribuição alguma foi oferecida à Nação, no sentido de que esta possa recuperar a sua paz e voltar a trabalhar com esperança. Muito ao contrário.

**T**ODOS os esforços para encontrar soluções para a crise brasileira, tudo quanto se tem procurado fazer para unir os partidos políticos em torno de denominadores comuns e idéias afins foi condenado com veemência por certos oradores. A partir do comício, se o Sr. João Goulart acatar as determinações de seu cunhado e do representante do CGT, que o precederam na lista de oradores, a "frente única" imaginada pelo Professor San Tiago Dantas será considerada morta e sepultada, e o Presidente governará apenas com a minoria

extremada. E como no regime democrático-representativo é impossível ao Chefe do Executivo obter leis através da maioria Sua Excelência ou nada fará ou fará que desambar para o sistema de governar por decretos, lançando o Brasil a uma situação de conflito, de consequências imprevisíveis. Por isto mesmo, ainda preferimos acreditar que o Sr. João Goulart não aceitará os conselhos dos fogaços representantes da subversão.

**R**ESTA uma palavra, que tem que ser dita desde já. É uma palavra dirigida ao Congresso. Até quando permitirá ele que um de seus membros o denigre diante da Nação? Como pretenderão os parlamentares que a dignidade e a majestade do Poder Legislativo sejam respeitadas, se não tomam, eles mesmos, as providências necessárias para punir o atrevido político que, escudado em suas imunidades, diariamente se levanta para caluniar e ofender a Constituição e o Congresso?

**J**Á É TEMPO de o Legislativo demonstrar que não é um organismo inerte, que se pode injuriar e, portanto, fazer desaparecer com um sóiro. A República é dirigida por três poderes, todos os três da mesma hierarquia. Até quando se conformará o Congresso em ficar numa situação humilhante diante do Executivo, que chega ao ponto de promover comícios para atacá-lo e ameaçá-lo? Se o Congresso não for capaz de reagir contra as provocações, se renunciar a seu papel constitucional, então, mais cedo do que se pensa, um estado totalitário será instalado no Brasil, a pretexto de promover as reformas estruturais.

**É** INDISPENSÁVEL reagir contra a paulatina desmoralização da Constituição e do regime. O comício de sexta-feira não teve outro objetivo, e novas manifestações serão feitas, no mesmo sentido, e não ser que o Congresso dê um basta, pois é ele que detém a verdadeira representação popular e a ele cabem, com exclusividade, a iniciativa de reformar ou emendar a Constituição e a prerrogativa de legislar, direitos que o Poder Executivo agora deseja usurpar.

Figura 48 Capa de O Globo de 20 de março de 1964

# SÃO PAULO DE PÉ EM DEFESA DA DEMOCRACIA

São Paulo para sempre comemorar a grandiosa "Marcha da Família", que teve a participação de delegações de todo o interior do Estado e de Minas, Rio Grande do Sul, Pernambuco, Brasília, Goiás, Paraná, Estado do Rio, Alagoas, Santa Catarina, Bahia e Guanabara. Tão grande era a multidão que não coube na Praça da Sé, onde houve a concentração final, com discursos e orações, espalhando-se pelas ruas das vizinhanças. Em todos os discursos ficou patente a disposição da povo brasileiro de defender sua liberdade e sua fé religiosa. Estiveram presentes políticos, militares e religiosos de todos os credos. O Governador Ademar de Barros foi representado por D. Leonor Mendes de Barros (TEXTO NA DECIMA PÁGINA)



MARTIN BORMANN VIVE NO BRASIL. AFIRMA UM SEU IRMÃO EM SANTOS



POU tempo a Rudolf Bormann, ex-vice do chanceler alemão, chegou ao Brasil em 22 de março, acompanhado de sua esposa. Ele afirmou que não se interessava por assuntos políticos, mas que gostaria de visitar o Brasil e conhecer o povo brasileiro.

### UM VERDADEIRO MIL HOMENS, PORTA DE SÃO PAULO, REUNIU-SE PARA DEFENDER A DEMOCRACIA. A MARCHA DA FAMÍLIA, COM A PARTICIPAÇÃO DE DELEGACIONES DE TODO O INTERIOR DO ESTADO E DE MINAS, RIO GRANDE DO SUL, PERNAMBUCO, BRASÍLIA, GOIÁS, PARANÁ, ESTADO DO RIO, ALAGOAS, SANTA CATARINA, BAHIA E GUANABARA. TÃO GRANDE ERA A MULTIDÃO QUE NÃO COUBERA NA PRAÇA DA SÉ, ONDE HOVE A CONCENTRAÇÃO FINAL, COM DISCURSOS E ORAÇÕES, ESPALHANDO-SE PELAS RUAS DAS VIZINHANÇAS. EM TODOS OS DISCURSOS FICOU PATENTE A DISPOSIÇÃO DO POVO BRASILEIRO DE DEFENDER SUA LIBERDADE E SUA FÉ RELIGIOSA. ESTIVERAM PRESENTES POLÍTICOS, MILITARES E RELIGIOSOS DE TODOS OS CREDOS. O GOVERNADOR ADEMAR DE BARROS FOI REPRESENTADO POR D. LEONOR MENDES DE BARROS (TEXTO NA DECIMA PÁGINA)

### GALVÃO: COMPREENSIVOS OS CREDORES DO BRASIL

O ministro do Fomento declarou ontem em discursos de regresso ao Rio, que as negociações com os representantes da Caixa de Malá se desenvolveram em ambiente de compreensão por parte do banco credor. Foram acordadas satisfatórias para o Brasil as condições de (TELEGRAMAS EM O GLOBO EM FOLHA NA OITAVA PÁGINA)

### Ação Contra a Calúnia

OS JORNALISTAS brasileiros, em defesa de seu direito de liberdade de expressão, estão se preparando para enfrentar a ação judicial promovida pelo governo brasileiro contra a imprensa estrangeira que se dedica a caluniar o Brasil. A ação é considerada uma tentativa de censura e de interferência na liberdade de imprensa.

### A URSS Recusa a Destruição de Bombas Nucleares

A URSS recusou ontem a proposta de destruição das bombas nucleares soviéticas, alegando que elas são necessárias para a defesa nacional. A recusa é vista como uma ameaça à estabilidade internacional.

### A Palavra de Ordem Dos Patriotas

DEPOIS de fabulosa concentração popular de ontem em São Paulo — realizada sem o auxílio financeiro da Petrobrás e de outros organismos políticos ou estatais, mas com o entusiasmo e o patriotismo da gente paulista —, vêm pensar duas vezes aquelas que recitavam publicitárias para autocultivar o novo brasileiro sobre os problemas atuais.

### DIVISÃO IDEOLÓGICA MARCA O PRIMEIRO DIA DA CONVENÇÃO DO PSD

O primeiro dia da convenção do PSD foi marcado por uma divisão ideológica entre os membros do partido. Há quem defenda uma linha mais moderada e quem defende uma linha mais radical.



O primeiro dia da convenção paulista do PSD foi marcado por uma divisão ideológica entre os membros do partido.

Figura 49 Editorial de O Globo de 20 de março de 1964

## A Palavra de Ordem Dos Patriotas

DEPOIS de fabulosa concentração popular de ontem em São Paulo — realizada sem o auxílio financeiro da Petrobrás e de outros organismos políticos ou estatais, mas com o entusiasmo e o patriotismo da gente paulista —, vêm pensar duas vezes aquelas que recitavam publicitárias para autocultivar o novo brasileiro sobre os problemas atuais.

COMO DISSEMOS, no editorial "O Eco do Comitê", reunir mais da cem mil pessoas em praça pública, numa das grandes cidades brasileiras, não é difícil. Qualquer grande figura política pode fazê-lo. No dia 13 isto foi mais fácil, tendo em vista as facilidades oferecidas aos participantes. Em São Paulo, ontem, foi mais belo e expressivo, um face da espontaneidade de que se revestiu a "Marcha da Família".

SIRVA o acontecimento para mostrar aos que pensam em desviar o Brasil de seu caminho normal, apresentando-lhe soluções contrárias ao ideal democrático e ensinando a tamada de poder pelos comunistas, que o povo brasileiro jamais concordará em perder a liberdade, nem assilará de braços cruzados ao sacrifício das Instituições.

TEMOS DITO e repetimos: só dentro das normas constitucionais encontrará o País saída para a crise. Fora da Constituição será o caos e a guerra civil. Qualquer processo sugerido ou promovido contra os dispositivos da Carta Magna, seja o plebiscito de inspiração totalitária, sejam os movimentos de pressão contra o Congresso, de origem subversiva, poderá provocar o desmoronamento, ruindo as bases em que se equilibra esta Nação, fão perturbada pelas divergências, pela demagogia, pelas dificuldades econômica-financeiras e pela instabilidade política.

O BRASIL está seqüestro de tranqüilidade, de ordem e de segurança. Sabe o nosso povo que é só a que lhe falta para superar a crise econômica, imensa é a nossa capacidade de recuperação. Podemos produzir o suficiente para abastecer uma população que cresce incessantemente, temos possibilidade de ampliar, sagudamente, a demanda de criação-de-obra, dando trabalho aos milhões de brasileiros que cada ano se incorporam ao mercado de trabalho. Para isto só se requer paz e confiança.

TUDO ESTÁ disposto o povo brasileiro a fazer para que se estabeleçam as condições que permitirão o progresso, mesmo uma coisa: não sacrificar o seu destino de povo livre, resolvido a ser governado segundo as normas do regime escolhido, o qual não conhece plebiscitos, não admite prestações contra o Congresso, nem considera a Carta Magna como um documento sem maior importância, que se pode alterar para simples satisfação de ambições políticas ou interesses partidários.

PARA EVITAR o agravamento da situação, para contemporar, à espera de que a sucessão presidencial solucione naturalmente o conflito político, para não parecer insensíveis às reivindicações de justiça social que têm servido de pretexto a muitas cargas contra o regime, os democratas brasileiros têm transigido demais. Não é possível transigir por mais tempo, pois esta atitude está sendo tomada como de fraqueza, pelos adversários, que cada vez mais se assanham e se desmandam.

A CONCENTRAÇÃO paulista teve um intuível sentido de advertência aos inimigos do regime. Por coincidência, no mesmo dia, outra advertência era feita à Nação. O Marechal Eurico Gaspar Dutra rompia seu silêncio histórico, conclamando os democratas à união, enquanto o tempo, "em face da gravidade das circunstâncias que caracterizam a atual situação brasileira". Todo o Brasil respeita o eminente soldado, que havendo presidido o País, durante cinco anos, no mais absoluto respeito à Constituição e às leis, recolheu-se, depois, à vida particular, afastado das atividades políticas e intento a pronunciamentos e declarações.

SE APÓS 13 ANOS do discreto retiro o ilustre cidadão resolve falar à Nação, alarmando-a para a necessidade de "evitar o advento de condições que lancem o Brasil no desastro de irremediável secessão interna", é porque a situação do País já não admite quaisquer silêncios ou omissões.

ATEM, portanto, todos os brasileiros para o profundo significado do que disse o Marechal Dutra, compreendendo a mensagem que os paulistas desejaram transmitir a seus irmãos dos outros Estados e gravem bem a palavra de ordem deste momento, inscrita nas declarações do antigo Presidente em São Paulo: "O respeito à Constituição é a palavra de ordem dos patriotas."

A primeira página do jornal Última Hora, em 15 de março de 1964, destaca a multidão que compareceu ao Comício da Central anunciando na manchete *O povo com Jango começa a reforma* (Figura 50). Em 19 de março de 1964, dia da Marcha da Família, destaca que a oposição vai tentar derrubar Jango antes das reformas. No editorial *O pânico e a mensagem* afirma que o povo não está em pânico, pois as reformas são benéficas aos trabalhadores. Quem está em pânico é uma pequena parcela da população, mas poderosa formada pelos políticos ibadianos, jornais ibadianos, especuladores, latifundiários. Mas as bases políticas, militares, populares e sindicais aliadas ao governo estão amadurecidas para não entrarem nesse clima (Figuras 51 e 52).

Figura 50 Capa do Última Hora de 15 de março de 1964



Figura 51 Editorial do Última Hora em 19 de março de 1964

# O PÂNICO E A MENSAGEM

**QUEM** leu o matutino de ontem, diria que o Brasil foi coberto por uma escuridão de pânico. Não é verdade. Quem está em pânico é uma infima parcela da população. Infima, mas poderosa, e que, pelas suas invenções neurais de divulgação e posição, procura, como o sapo do fôlego, parecer sibilante, representando todo o País.

O povo que vive de seu trabalho não está em pânico. As classes trabalhadoras não cabem em pânico. Há aqui vista e tranquilidade, e espírito árduo com que compareceram ao Comitê das Reformas, apesar de clima de torrar estabelecido pela infima parcela já referida. Aquilo mesmo, com 200 mil pessoas, foi muito quieto e civilizado de que se lembra nos livros do "Country Club". Por que o povo está tão tranquilo? De imediato, porque não se esturrou das alegrias tabuleadas, as avaliações econômicas controladas, as regras de governo pela primeira vez na História sendo fiscalizadas realmente. Porque sabe que o General João Goulart está procurando atender às exigências mínimas dos que vivem de seu trabalho e estabelecendo um programa mínimo para a emancipação do País.

Os trabalhadores, essas "monstros" para os jornais do IBAD, estão usufruindo dos direitos já conquistados há muitos anos pelos seus irmãos americanos e ingleses (as principais do Século, Paris e Londres já viam comentários sindicais como o de sexta-feira 13, sem que a polícia de maldade Lavender se preocupasse os presentes). Está tudo normal.

E as Fôrças Armadas? Os três Ministros militares que acompanharam, no palanque, o diálogo presidencial com o povo, catando as pincéis hánto a "verdade" idealizada e realidade, não estavam nas ruas gritando "Ordem" ou "Ordem"? Ou dia o IBAD que Exército, Marinha e Aeronáutica são cúmplices do PC? Ainda não sabemos certo, limitando-se a terças e entrelaçadas insinuações de algumas Amélicas estão tranquilas, nas suas quartéis, inquestionavelmente unidas em torno do evolucionar do País das setembras, de justiça social. Falavam junto ao povo no Congresso e a greve em silêncio.

Quanto às chamadas classes produtoras, elas não são representadas por cúpulas praticamente comprometidas, fichadas como boafestas nos arquivos de algum CPF, mas por dezenas de milhares de industriais pequenos e pequenos, de comerciantes de pedreiro comércio varejista, que continuam catando em seu trabalho, pois vivem o General Goulart empilhando a pauta de organização, regulando o comércio, tentando dar maior primado dos problemas financeiros do País, o reatendimento do nosso dívida externa (reajustada quando certa agitação pediu a falência do Banco de Brasil para fins publicitárias no Exterior).

**QUEM** vive em pânico? O Leãoz, e Adams, que vivem seu plano de subterfúgio e culpa do malogrado inflacionário esculpido com a já referida sapo da tabuleta. São os ativistas bedonhos do Congresso, os Bilal Pinto, os Amendo Falcão, nasistais como Ramonada Padilha e Abel Rafael, especuladores como Herbert Levy, que vivem a desmanchadamente de um sistema político que finge como eles passaram por "representantes do povo". É um infimo grupo de milhares de desajustados e superados pela superior capacidade de seus camaradas, os Maurício, os Gerônimo de Farias, os Castilho Buzina, que vivem felizes com o repositivo de 1954, em sua das vezes que foi aquela crime contra o povo que iniciou a conscientização popular que realmente hoje, tornando o País impermanente o repetitivo de suas reações. Em pânico estão os representantes concordes pelo SÜNAB, as hereditárias ligadas de mercado negro do pós-guerra de 1945. Em pânico estão os garantidores, os apuradores de garotas nos "pergolas", para quem um País economicamente organizado e socialmente justo representa o fim de sua "classe", de suas gatas financeiras no café, açúcar, câmbio, à custa de degradação e miséria de povo brasileiro.

**FELIZMENTE** o General Goulart é o melhor político brasileiro, militar e cidadão que se opõem, já está suficientemente emodurado, para não se deixar enganar por palavras e mentiras de malditos estrangeiros. Nada melhor exprime a materialidade da História, sua alta senso de justiça social, temperado pelo equilíbrio, de que viveu de História mensagem que enviou ao Congresso. Se nos celebramos todos a altura dos nobres tradições, de nossa maneira, que firmem a grandiosidade, em momentos históricos semelhantes aos que enfrentamos, cetero o objetivo dos privilegiados para atender aos imperativos do progresso nacional, a emancipação do País e a elevação do padrão de vida do povo brasileiro, mais uma vez, seu equilíbrio, sem o risco de um vácuo social e, portanto, com a preservação de ordem, com o salvaguarda das garantias democráticas e com a fidelidade que todos devemos ao histórico voto do povo brasileiro. No comprometimento desta missão de país e que coloca diante dos nobres representantes do povo, para o seu alto apreensão, o corpo de princípios que se nos afirmam como o caminho brasileiro do desenvolvimento pacífico e de estabilidade de nossa democracia.

Figura 52 Capa do Última Hora em 19 de março de 1964

São Paulo: Metralha e Bombas Impediram Pinheiro Neto de Falar

TESTEMUNHAS: LEE INOCENTE

MÉXICO VIBRA COM DE GAULLE

# OPOSIÇÃO EM DESESPÊRO -DERRUBAR JANGO ANTES DA REFORMA

**D. Helder — Chega de Radicalização**

**Bandidos do Sexo Atacam Crianças**

**SONEGADOR PRÊSO ACHA JUSTA "BLITZ" CONTRA GANÂNCIA**

**O PÂNICO E A MENSAGEM**

**PRIMEIRA HORA**

**"Betting" Acumulou de Novo**

**GOVERNO AOS COLÉGIOS: TABELA DE ANUIDADES EM 8 DIAS OU INTERVENÇÃO**

O Estado de São Paulo, de 13 de março de 1964, em manchete de capa e na nota *O presidente fora da lei*, classifica o comício como ilegal, autoritário, desrespeitoso com o governador da Guanabara, Carlos Lacerda, que não foi comunicado oficialmente. A presença dos militares caracteriza uma intervenção armada. Afirma que os decretos são contrários à Constituição, confiando no Judiciário para manter a lei (Figuras 53 e 54). No editorial de 14 de março de 1964, chamado *O comício*, afirma que o país vive um regime pré-totalitário. O chefe de executivo além de anunciar decretos contra a lei, faz apologia à subversão e incita às massas (Figura 55). Na capa do dia 20 de março de 1964, destaque para a Marcha da Família (Figura 56).

Figura 53 Manchete de O Estado de São Paulo de 13 de março de 1964

# O comício ilegal será hoje no Rio; deputados darão apoio a Lacerda

Das Sucessões do Rio e Santos e do serviço local

Todas as providências para a realização do comício de hoje na Guanabara já foram tomadas principalmente a arrematamento da trabalhadores, a fim de garantir a presença de grande número de pessoas. A máquina do governo federal funcionou não só na locomoção do pessoal como também na preparação das praças da República e Cristiano Ottoni, onde se realizará a concentração popular "espontânea".

O palanque onde ficarão as autoridades foi cedido pelo Ministério da Marinha e foi montado por funcionários do Arsenal da Marinha e da Central do Brasil.

O orador principal será o presidente Goulart, que falará de improviso, depois de assinar o decreto da SUPRA sobre desapropriação de faixas de terras ao longo das rodovias e ferrovias federais e às margens dos açudes, segundo revelou ontem o ministro da Justiça. O decreto que libera os alugueiros de imóveis desapropiados não será assinado hoje, segundo ainda a mesma fonte.

Enquanto isso, surgem de vários pontos do País manifestações de protesto contra a concentração (ver página 5).

Por outro lado, cerca de 100 parlamentares de todo o País deverão hoje fazer companhia ao governador Carlos Lacerda, no Palácio do Governo do Estado, em sinal de protesto contra a concentração e como solidariedade ao chefe do Executivo guanabarrino.

O sr. Abreu Sodré, antes de seguir para a Guanabara, declarou ontem no aeroporto de Congonhas que o comício e a intervenção na Associação Comercial do Rio demonstram que o sr. Goulart não esconde mais seus propósitos totalitaristas.

Em Brasília, os deputados padre Godinho e Jorge Curt cuidavam ontem da arrematamento de parlamentares para participar da "rigida democracia" na Guanabara, ao lado do líder e candidato das forças anticomunistas Carlos Lacerda.

## Policimento

O ministro da Guerra, gen. Jair Dantas Ribeiro, recebeu ontem em seu gabinete o general Assis Brasil, chefe da Casa Militar da Presidência da República, ocasião em que foram acertadas as "medidas de proteção" ao presidente Goulart e de policimento das imediações da concentração.

Segundo informações oficiais, três mil homens da Polícia do Exército e elementos da Marinha e da Aeronáutica farão o policimento, sob o comando do cel. Domingos Ventura. Deverão participar também do dispositivo de segurança elementos da Polícia Militar da Guanabara que oprimam pelo serviço federal. Esses elementos receberão hoje instruções do próprio ministro da Justiça, nos jardins do Palácio do Catete.

## Programa

Segundo os organizadores do comício, deverá ele durar duas horas. A abertura está prevista para às 17 horas, com concerto pela Banda dos Fuzileiros Navais. Os discursos começarão por volta das 18 horas. Quarenta e cinco minutos depois haverá uma pausa para que o presidente Goulart assinasse o decreto da SUPRA.

Os temas a serem tratados pelos oradores deverão ser os referentes às reformas das bases; à preservação do monopólio estatal e fortalecimento

da Petrobras; ao direito de voto dos analfabetos, soldados, marinheiros e a elegibilidade para todos os eleitores e à anistia aos civis e militares indiciados em crimes políticos.

## Oradores

Estão inscritos oficialmente para falar os srs. José Delella, em nome dos trabalhadores da Guanabara, José Serra, presidente da UNE; deputado Sérgio Magalhães, pela Frente Parlamentar Nacionalista; o vice-governador Eloi Dutra e o sr. Lindolfo Silva, presidente da Confederação Nacional dos Trabalhadores Rurais. Outros oradores serão escolhidos hoje pelos organizadores da concentração, devendo estar entre eles o governador Miguel Arraes e o cunhado do presidente.

Participaram como convidados os governadores Mauro Borges, Badger Silveira e Selxas Dória, o senador Artur Virgílio e os deputados Almino Afonso, Bocaluva Cunha e Neiva Moreira e o líder do PTB na Câmara, sr. Doutel de Andrade.

O governador Miguel Arraes, em telefonema ontem de madrugada para o sr. João Goulart, desmentiu as versões segundo as quais não compareceria ao comício. Disse que não só iria como se inscrevia entre os oradores.

## O comércio

O comércio não funcionará hoje em nenhum ponto da Guanabara, segundo comunicado do Sindicato dos Lojistas.

As indústrias, de acordo com informação da Federação, decidirão por conta própria a conveniência ou não de seu funcionamento, mas já está certo que as unidades localizadas nos pontos em que seus funcionários dependam de transporte ferroviário não terão expediente.

Os bancos funcionarão até as 12 horas, à exceção do Banco do Brasil, que encerrará o expediente externo às 15 horas e o interno às 16 e 30.

O foro não funcionará em razão do decreto de "ponto de facultativo" no Estado. O expediente da Bolsa de Valores está condicionado ao número de corretores que comparecer.

## Totalitários

O deputado Leonel Brizola chegou ao Rio na madrugada de ontem, dirigindo-se imediatamente para o seu apartamento, onde iniciou reunião com os dirigentes do CGT para debater a atitude que assumirá durante a concentração.

O sr. Miguel Arraes também, logo que chegou ao Rio, procedente de Pernambuco, se dirigiu para o apartamento do sr. Brizola.

## Seixas falará

O governador de Sergipe, sr. Seixas Dória, após haver almoçado nas Laranjeiras com o presidente João Goulart, declarou que aceitará o convite que lhe fora feito pelo chefe do governo e que falará, em especial, sobre a "reforma agrária".

De acordo com o sr. Seixas Dória, "o clima de tensão social no meio rural de Sergipe só poderá ser superado pela reforma agrária, desapropriando-se algumas propriedades em regime de produção precário".

## Retrato de Goulart

Na torre da Estação D. Pedro II será colocada uma grande falxa e um painel com o retrato do presidente João Goulart. Na Praça Cristiano Ottoni, a Petrobras erguerá uma torre com 25 metros de altura.

O IBGE instalou vários estandes para distribuir 200.000 exemplares do livro que editou sob

o título "as realizações do presidente Goulart". Também a Petrobras e a SUPRA distribuirão livros e boletins.

## Arrematamento

Para garantir a presença de grande número de pessoas, os organizadores arremataram trabalhadores de várias partes do País, arcando, inclusive, com as despesas de transporte.

Soube-se que 20 composições ferroviárias de 8 a 12 carros cada uma — 10 da Central e 10 da Leopoldina — serão postas à disposição dos participantes do comício. Servirão para o transporte gratuito dos viajantes aliciados pelo CGT, por ordem expressa e escrita do ministro da Viação e administração da Rede Ferroviária Federal que a retransmitiu também por escrito às duas estradas.

É oportuno recordar, a propósito que o art. 31 da lei n.º 3.115, de 16.3.57, que criou a RFF, proíbe o transporte gratuito, salvo de funcionários das estradas que gozem dessa vantagem e dos que se beneficiaram da mesma em virtude de lei.

Da Capital paulista saiu às 23 e 55 de ontem, da Estação do Brás, uma composição da EFSJ composta de 13 vagões. Outro trem deverá sair hoje pela manhã, também com destino à Guanabara. De Santos, seguiram ontem à noite em ônibus especiais cerca de 400 pessoas, entre estudantes, trabalhadores do porto e lavradores. No Rio, essa delegação pretende entregar ao presidente Goulart pedido de libertação do comunista Jofre Corrêa Neto.

Por seu turno, o Fórum Sindical de Debates determinou a todos os sindicatos de trabalhadores a observância de estado de alerta, e a instalação, em suas sedes, de altifalantes.

## Na Guanabara

Dos diversos pontos da Guanabara sairão ônibus especiais. Do Sindicato dos Bancários, na Av. Presidente Vargas, saíram os bancários, securitários, comerciais, gráficos, petroleiros, censitários do IBGE, aeronautas e aeroviários. Da Praça 15 de Novembro, o pessoal do Loide e dos estaleiros, operários navais e trabalhadores fluminenses. Da rua Camerino, os portuários, estivadores, marítimos, rodoviários, eletricitas, trabalhadores em moinhos, orla marítima etc. Da praça da Bandeira, os têxteis, metalúrgicos, trabalhadores em empresas de bebidas, energia, gás, telefone e carris. Da Praça 11, sapateiros, padeiros, hoteleiros, servidores da Central do Brasil. Da Estação Barão de Mauá, todos os que vierem em trens especiais. Do Ministério da Marinha, os servidores públicos.

## "Estado de alerta"

Certos de que o presidente da República em seu discurso affiançará a disposição de atender aos reclamos dos trabalhadores no sentido de promover imediatamente as "reformas de base", os dirigentes do CGT determinaram a todos os sindicatos do País que se mantenham mobilizados e em "estado de alerta, para a deflagração de greve geral ou adoção de outras medidas, a fim de oferecer todo o apoio necessário ao sr. João Goulart".

Na segunda-feira, será realizada na Confederação Nacional dos Trabalhadores na Indústria reunião extraordinária de todos os comandos estaduais, para "debater o discurso do presidente da República e decidir quais as medidas que devem ser tomadas pelo proletariado do País".

Figura 54 Nota de O Estado de São Paulo de 13 de março de 1964

SEXTA-FEIRA, 13 DE MARÇO DE 1964

## NOTAS E INFORMAÇÕES

O presidente  
fora da lei

Todo o País aguarda, com ansiosa apreensão, o desenrolar dos acontecimentos que estão marcados para hoje, por ordem do presidente da República, do Estado da Guanabara. E não poderia deixar

de ser essa a preocupação pelo que pode acontecer, uma vez que tudo na atitude do presidente da República fere a Constituição.

É fora da lei que s. exa. pretende agir, numa demonstração de que não reconhece limites às suas fantasias. O prof. Alcino Salazar, secretário da Justiça da Guanabara, já deixou perfeitamente claro que a decisão do chefe do Executivo nacional é a de desrespeitar a lei escrita. Já o simples fato de o sr. João Goulart deliberar a realização de um grande comício em local expressamente proibido por lei, sem ter a delicadeza, não diremos de solicitar anuência para tal efeito ao governador da Guanabara, mas de lhe dar ao menos conhecimento da transgressão que projetava, está a demonstrar que o que s. exa. na realidade pretende é tão-somente ferir as prerrogativas constitucionais do ex-Distrito Federal. Havia mil e uma maneiras de s. exa. evitar essa brutalidade ou (se era realmente propósito seu arringar às "multidões") proceder de modo a que ninguém o acusasse de considerar a Constituição "rex nullus".

Mas o que move o sr. João Goulart neste caso é o desejo de lançar um desafio ao sr. Carlos Lacerda. Tudo para s. exa. é ocasião e pretexto para diminuir ou achincalhar a autoridade do governador da Guanabara. Não só deixou de ter para com o chefe legítimo desse Estado, não diremos cortesia, mas uma atitude indicativa do respeito que lhe merecem as instituições vigentes, como fez questão de proibir que a força estadual, à qual cabia, por lei, manter a ordem, desempenhasse as suas funções nesse comício. Em lugar dela, estarão presentes elementos das Forças Armadas nacionais, o que é um flagrante atentado à autonomia estadual e à Constituição da República. A presença de unidades do Exército, da Marinha e da Aeronáutica na praça onde hoje se realizara a concentração revolucionária dará ao acontecimento o caráter iniludível de uma intervenção armada no Estado.

E é efetivamente de uma intervenção que se trata, um nítido atentado às prerrogativas constitucionais de um Estado autônomo. Depois dessa preliminar, teremos imediatamente a seguir o fato capital do dia, consubstanciado na assinatura de um decreto considerado por todos os exagetas do Direito Constitucional brasileiro como iniludivelmente contrário à letra expressa da Carta Magna. A SUPRA tornarse-á um fato, e à sua promulgação em praça pública pretende o presidente da República conferir as honras do começo de uma nova era, de uma era em que s. exa. passará a governar à revelia do Congresso e à força de decretos-leis. Para tanto, ao que parece, já s. exa. obteve, convencendo-as a prestigiar o comício com a sua presença, o consentimento das Forças Armadas do País.

Ficará ainda de pé o Judiciário, ao qual, evidentemente, recorrerão as vítimas do tremendo "rush" que hoje terá início um pouco por toda parte, como já teve início, só com a notícia da próxima assinatura do famigerado decreto, no Rio Grande do Sul e neste Estado, onde as coisas chegaram a tal ponto que, na luta que se travou entre invasores e defensores da Fazenda Palmeira, do município de Auriflamma, duas pessoas saíram feridas. É, evidentemente, a última etapa do movimento subversivo que, já agora, não há dúvidas nenhuma, é chegado sem disfarces pelo homem de São Borja. E é também o momento de as Forças Armadas definirem, finalmente, a sua atitude ambígua ante a sistemática destruição do regime pelo sr. João Goulart, apoiado nos comunistas.

Confiamos, sem reservas, no Judiciário nacional. Sabemos quanto é viva na consciência dos nossos magistrados a noção do dever que a Nação lhes cometeu. Salvo pequenas exceções, o Brasil sempre rontou com os seus tribunais, assim como foi sempre na coragem cívica dos seus membros que achou apoio e proteção aos seus direitos. Ainda há pouco tempo tivemos um exemplo disso na resistência oferecida pelo juiz Francis Selwyn Davis, da 2ª Vara Privativa dos Feltes da Fazenda Nacional deste Estado, às arbitrariedades dos estivadores comandados pelo sr. João Goulart. Foi absolutamente impassível que esse magistrado assistiu ao aparato bélico com que uma brigada de fuzileiros navais procurou fazê-lo recuar da sua decisão judicial. Não é de duvidar, portanto, que muitos, inúmeros, provavelmente todos os membros dos nossos Tribunais que irão ser chamados a defender a propriedade privada contra os assaltos ordenados pelo próprio presidente da República, se interponham entre o crime e a Lei. E só então o País irá saber com quem estarão os soldados de Caxias: se, como em 1945 e em 1954, com os que lhes deram as armas para sua defesa e da Constituição, ou com os que, a todo custo, desejam transformar o que nos resta de ordem e disciplina no caos e na baderna.

Figura 55 Editorial de O Estado de São Paulo de 14 de março de 1964

SABADO, 14 DE MARÇO DE 1964

## NOTAS E INFORMAÇÕES

### O comício

Afirmávamos há dias que o País estava já vivendo em regime pré-totalitário. O comício de ontem, na Guanabara, veio confirmá-lo. Depois do que se passou na Praça Cristiano Ottoni, depois de tudo o que ali foi dito, depois da leitura dos decretos presidenciais que violam frontalmente a lei não tem mais sentido falar-se em legalidade democrática como coisa existente. Quando o chefe do Executivo se permite, nas praças públicas, fazer a apologia da subversão e incitar as massas contra os poderes da República que lhe estorvam a marcha para o cesarismo, pode-se afirmar que a ditadura, embora não institucionalizada, é uma situação de fato.

Não nos enganávamos quanto às intenções do grupo que promoveu a concentração de ontem. A revolução foi pregada com uma insistência, uma agressividade e um calor que ultrapassaram tudo o que até à data se havia verificado em atos semelhantes. A tônica dos discursos foi a mesma, com pequenas variações de acordo com as necessidades da estratégia e da tática revolucionárias. Pouco importa saber se o sr. Brizola falou pela boca do sr. João Goulart ou vice-versa. O que não sofre dúvidas é que, para além do radicalismo verbal que os separa, o acordo entre ambos é perfeito. Um e outro demonstraram lutar por um objetivo comum, que inspira toda a política do Palácio da Alvorada, e explica a demagogia torrencial com que o Executivo vem bombardeando o País. Esse fim colimado, essa meta que perseguem com igual ardor é a supressão do regime constitucional, a abolição da Lei Magna da República. Esse o escolho que pretendem eliminar. E declararam-no sem reboços. O cunhado, mais brutal, fez-lo com a sua arrogância costumeira. Não esteve com meias palavras. Em seu entender o Brasil só tem um caminho a seguir. O que lhe agrada a ele, Leonel Brizola. E essa senda, que é a da revolução, passa por uma Constituinte da qual haveria de sair uma maioria de deputados operários, camponeses, sargentos e oficiais nacionalistas. Ela o que quer o cunhado do sr. presidente da República. Dir-se-ia que se julga na Rússia de 1917! E tão confiante está que não se privou da satisfação de despejar uma série de palavrões sobre o governador da Guanabara e os membros do Congresso.

O chefe do Executivo foi mais comedido na linguagem. Mas talvez mais claro na definição dos objetivos. Não liga importância de maior ao decreto da SUPRA. Classificou-o modestamente de "primeiro passo". Apenas isso. A reforma agrária é outra coisa. Sobre ela se alargou em considerações confusas, exibindo uma falsa erudição sobre os problemas agrários de países em relação aos quais nada sabe. Tudo isso como introito a uma declaração, a de que considera um negócio (sic) toda reforma no campo em que a expropriação das terras tenha como contrapartida "a previa e justa indenização em dinheiro". Para a exa só a espoliação pura e simples dos proprietários legítimos da terra é moral, só o roubo do solo em troca de títulos sem valor poderá salvar o Brasil. E como a Constituição se interpõe entre a sua pessoa e a realização desse desígnio criminoso, não vê, exatamente como seu cunhado, outro caminho que não seja o ataque frontal à Carta Magna.

Nunca, portanto, a situação foi tão clara. Sob a bandeira das "reformas", as palavras de ordem da revolução são levadas a todos os cantos do País. Isto sob a proteção dos tanques e das metralhadoras, com as Forças Armadas transformadas em instrumento do novo poder ditatorial.

Luís S. exa. o seu papel de primeiro consul com uma demonstração de prepotência. Como se o decreto da SUPRA não fosse só por si uma monstruosidade capaz de revoltar a consciência da nacionalidade, entendeu que era conveniente adicionar-lhe dois outros gestos arbitrários e vinculadamente comunizantes, a encampação das refinarias particulares e o decreto sobre os aluguéis que anuncia a futura reforma urbana. O primeiro já foi assinado, o segundo está prestes a sê-lo.

Os fatos são esses. Tão claros,ão na sua dramaticidade, tão sombrias as perspectivas que deles decorrem que a ninguém mais é lícito duvidar da lucidez e do patriotismo daqueles que, em luta constante e desesperada vêm chamando a atenção da nacionalidade para os perigos que a ameaçam, pondo em causa a sua própria sobrevivência. Faltaramos, certamente, a verdade se não proclamássemos, apesar da gravidade do momento, a nossa imensa fé no Brasil democrático, no Brasil que saberá reagir e dizer não ao totalitarismo que acaba de desmascarar-se. O não comprometimento do povo a concentração, a que foram apenas os arregimentados, vale por uma manifestação de repúdio do País ao presidente-candido. Os ambulosos células do estado-maior comunio-nacionalista foram desmentidos. O povo da Guanabara ficou em casa, deixando a praça Cristiano Ottoni entregue às hordas arregimentadas e aos pelegos de toda a espécie que ali acorreram. E esse simples fato tem um grande significado para todos os democratas brasileiros e uma seria advertência a ditadura que se esboça.

Figura 56 Capa de O Estado de São Paulo de 20 de março de 1964



A Folha de São Paulo no editorial *Para quê?*, em 14 de março de 1964, questiona a necessidade do comício e dos ataques à Constituição. Indaga se as Forças Armadas irão tomar o lado da lei, da pátria e das instituições (Figura 57). No editorial *Impeachment, não*, de 19 de março de 1964, afirma que a abertura de impedimento só causaria mais agitações. O parlamento deve cumprir as suas funções e não se deixar usurpar (Figura 58). A primeira página da edição de 20 de março de 1964 destaca que São Paulo parou para defender o regime democrático (Figura 59). O editorial *Povo, apenas povo*, afirma que a população foi às ruas livremente, sem doutrinações, defender a ordem e a democracia (Figura 60).

Figura 57 Folha de São Paulo em 14 de março de 1964

**Café**

**SANTOS** -- O tipo 4, estilo Santos, foi cotado ontem no preço de Cr\$ 4.985,50 por 30 quilos e o mercado funcionou firme.

**RIO** -- Este mercado não funcionou ontem.

**PARANAGUA** -- O tipo 4, mole, foi cotado nesta praça, ontem, no preço de Cr\$ 3.990,00 por 30 quilos, e o mercado funcionou calmo.

# FOLHA DE S. PAULO

Um jornal a serviço do Brasil

**Cambio**

**DOLAR** -- Oficial Cr\$ 600,00 compra e Cr\$ 620,00 venda (letra de 4 A 7 de Instituição no 26).

**DOLAR** -- Livre Cr\$ 1.140,00 compra e Cr\$ 1.180,00 venda.

**LIBRA** -- Livre Cr\$ 3.160,72 compra e Cr\$ 3.307,24 venda.

**MOÇAMBIQUE** -- Manual -- Cr\$ 1.450,00 compra e Cr\$ 1.610,00 venda. Paralelo Cr\$ 1.470,00 compra e Cr\$ 1.480,00 venda.

## Para quê?

Depois de uma longa, sensacionalista e não por vezes ridícula preparação psicológica, realizou-se sem maiores incidentes, como era de esperar, o comício que as esquerdas promoveram na Guanabara.

O tom foi aquele que se esperava, porém os atos realizados foram maiores, sem dúvida, do que seria de pensar, pois, além de anunciar a assinatura do decreto de desapropriação, da SUPRA, o presidente também comunicou a assinatura do decreto de desapropriação de todas as refinarias particulares.

A pregão reformista de sempre, sem o menor esforço para dar-lhe o conteúdo pelo qual se interessam tantos brasileiros sinceros, que reconhecem a necessidade de muitas reformas, porém feitas com honestidade. E nessa pregão, os ataques costumeiros à Constituição que o presidente jurou defender e respeitar, e a afirmação, sem dúvida lamentável, de que a multidão vale mais que a Constituição. Lamentável especialmente quando se pensa em termos daquela multidão, arregimentada, como todos sabem,

para bater palmas nas horas certas às palavras do presidente, que se porta como um pré-"fascista". E também, nessa pregão, a insinuação de que o poder público não se oporia aos que inva-

dissem terras, num evidente convite à desordem e à ilegalidade (não se falou, em nenhum momento, na lei e na legalidade, senão para enxovalhar a lei máxima do país). Isto, para não lembrar a infeliz referência ao rosário das souboras mineiras, numa demonstração de que nada mais se acha o governo disposto a respeitar. E para não falar também das referências à legalização do comunismo no país.

E' tempo de perguntar qual a verdadeira finalidade desse comício. Assinar os decretos da SUPRA e da desapropriação das refinarias particulares constituiria na verdade ato que, por mais transcendental que o considere o governo, dispensaria o espetáculo e o cenário organizados à custa do dinheiro do povo. Com mais dignidade far-se-ia a assinatura longe do ambiente de agitação e passionalismo do comício.

Dar uma demonstração de força, eis outro objetivo que nem se deve considerar, porque a um presidente, num país tranquilo como o nosso, não é difícil reunir a multidão que queira e organizar os mais vistosos espetáculos de proleceia. Inclinar o povo, com essa demonstração, contra determinadas obstruções que se opõem aos anseios do presidente e de seus súditos? Talvez especialmente quando se considera que o comício foi organizado

em Guanabara, em completa ofensa à lei daquele Estado, e que o presidente, deixando de lado a dignidade natural de seu cargo, não poucas vezes agiu no comício como um chefe de Estado que deseja, a qualquer preço, evitar que determinado candidato possa sequer aspirar ao cargo de presidente, mediante eleição.

O que mais preocupa, entretanto, não é isso. É que a organização e o tom do discurso têm muito dos movimentos que os candidatos a ditador seguem, para matar a democracia -- a democracia tão rudemente caricaturada pelo presidente em suas palavras. Embora o sr. João Goulart haja declarado que não tem propósitos pessoais e que apenas pensa no povo e em seu sucesso, as aparições permitem raciocinar os anseios. O comício de ontem, se não foi um comício de pré-ditadura, terá sido um comício de lançamento de um espúrio movimento de reeleição do próprio sr. João Goulart. Resta saber se as Forças Armadas, peça fundamental para qualquer mudança desse tipo, preferirão ficar com o sr. João Goulart, traidor à Constituição e à pátria, ou permanecerem fiéis àquilo que devem defender, isto é, a Constituição, a pátria e as instituições. Por sua tradição, elas não deverão permitir essa burla.



Figura 58 Editorial da Folha de São Paulo de 19 de março de 1964

**Café**

**SANTOS** -- O tipo 4, estilo Santos, foi cotado ontem no preço de Cr\$ 4.985,50 por 30 quilos e o mercado funcionou firme.

**RIO** -- Este mercado não funcionou ontem.

**PARANAGUA** -- O tipo 4, mole, foi cotado nesta praça, ontem, no preço de Cr\$ 3.990,00 por 30 quilos, e o mercado funcionou calmo.

# FOLHA DE S. PAULO

Um jornal a serviço do Brasil

**Cambio**

**DOLAR** -- Oficial Cr\$ 600,00 compra e Cr\$ 620,00 venda (letra de 4 A 7 de Instituição no 26).

**DOLAR** -- Livre Cr\$ 1.140,00 compra e Cr\$ 1.180,00 venda.

**LIBRA** -- Livre Cr\$ 3.160,72 compra e Cr\$ 3.307,24 venda.

**MOÇAMBIQUE** -- Manual -- Cr\$ 1.450,00 compra e Cr\$ 1.610,00 venda. Paralelo Cr\$ 1.470,00 compra e Cr\$ 1.480,00 venda.

## "Impeachment", não

Não são bravatas como a do sr. Valdir Pires, consultor-geral da República, segundo o qual se o Congresso decretar o "impeachment" do chefe do governo "o povo o revogará", não são leviandades como essa que aconselham o Parlamento a deixar de lado qualquer idéia de promover a medida extrema. Muito menos provocações como as do sr. Abelardo Jurema, ministro da Justiça, que afirmou em São Paulo que "o processo de impeachment" requer o consentimento de quem o apresenta, e isso a oposição não tem. Não. O impedimento não deve ser cogitado, por numerosas outras razões, muito mais sérias, e entre elas a de que ele, no momento, apenas serviria aos interesses dos que querem tumultuar o país e criar clima para a subversão.

Os crimes de responsabilidade do presidente da República, para os quais a Constituição prevê o remédio do "impeachment", são de difícil caracterização. No atual panorama político do país, que o Parlamento reflete com muita fidelidade, é quase impossível fulgar desapaixonadamente os fatos: a regular política, os compromissos ideológicos, os

interesses de facção fazem com que uns peguem com veemência notórios excessos que o sr. João Goulart vem praticando, e outros considerem sistematicamente criminosos os mais rotineiros atos do presidente. Num eventual processo de "impeachment" e que o Congresso se dedicasse, é quase certo que o assunto seria tratado sem a objetividade que exige, e sim sob o ardor de paixões desencadeadas mais ou menos irracionalmente.

O que se deve ter em vista é que o Parlamento Nacional, por seus erros, suas omissões e suas acomodações, tem de certo modo contribuído para os atos do sr. João Goulart que agora seriam caracterizados como crimes de responsabilidade, capazes de justificar o impedimento. Mesmo em relação às tão faladas reformas, o que se tem observado no Congresso não é o exame sincero, minucioso, técnico, das coisas sustentadas pelo Executivo, mas um desparatamento que praticamente subtrai o problema, sem todavia o negar. Mais de uma vez o Congresso tem determinado vigílias cívicas, mas na realidade muito pouco tem feito no sentido de rigorosa vigilância dos atos do outro Poder. As pequenas lutas político-partidárias têm impedido a grandeza

das verdadeiras batalhas parlamentares.

A reação que se reclama desse Parlamento, ante possíveis desmandos do Executivo, é de outra natureza. Consiste em impedir que atribuições suas sejam usurpadas e em reagir contra todas as tentativas de desmoralização que contra ele se esboçam. Consiste ainda em exercer na plenitude o seu papel de fiscal do Executivo, para controlá-lo nos momentos necessários.

Fala-se muito, ultimamente, em "desafio" lançado ao Congresso pelo Executivo. Se tal existe, ele deve ser aceito, a boa maneira democrática: mostrando, o Congresso, que não é um Poder inerte e insensível, mas empenhado em manter-se à altura das necessidades brasileiras do momento; promovendo, solenemente, na reserva que a Constituição lhe reserva, as alterações e adaptações da estrutura social, política e econômica da nação, sem traumatismos para esta; e iniciando, com o Executivo, uma espécie de sã e emulção em que o único objetivo seja o progresso e desenvolvimento do país, sem prejuízo da lei e da ordem. "Impeachment", não. Já há fugidivas ações em demasia, para que se lince mais combustível a elas.

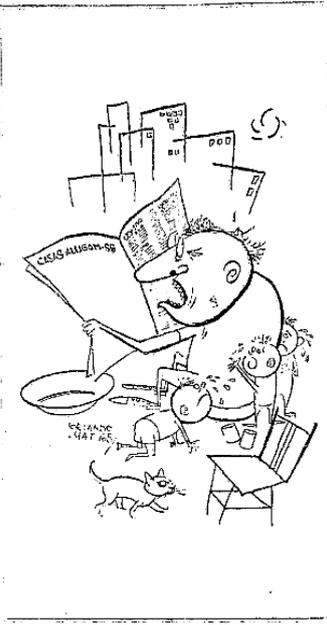




Figura 60 Editorial da Folha de São Paulo de 20 de março de 1964

**Café**  
**SANTOS** -- O tipo 4, estilo Santos, foi cotado ontem no preço de Cr\$ 4.355,50 por 10 quilos e o mercado funcionou calmo.  
**RIO** -- Este mercado funcionou ontem, firme, com o tipo 7 cotado no preço de Cr\$ 3.000,00 por 10 quilos.  
**PARANAGUA** -- O tipo 4, mofo, foi cotado nesta tarde, ontem, no preço de Cr\$ 3.000,00 por 10 quilos, e o mercado funcionou firme.

# FOLHA DE S. PAULO

Um jornal a serviço do Brasil

**Cambio**  
**DOLAR** -- Oficial Cr\$ 600,00 compra e Cr\$ 600,00 venda (Letras de 4 e 7 da Instrução nº 202).  
**DOLAR** -- Livre Cr\$ 1.160,00 compra e Cr\$ 1.200,00 venda  
**LIBRA** -- Livre Cr\$ 3.245,68 compra e Cr\$ 3.300,00 venda  
**MONEDA NEGRA** -- Maná -- Cr\$ ....  
 1.000 compra e Cr\$ 1.750,00 venda Paralelo  
 Cr\$ 1.000 compra e Cr\$ 1.750,00 venda

## Povo, apenas povo

Poucas vezes ter-se-á visto no Brasil tão grande multidão na rua, para exprimir em ordem um ponto de vista comum, um sentimento que é de todos, como a que ontem encheu o centro da cidade de São Paulo, na "Marcha da Família com Deus e pela Liberdade".

Ali estava o povo mesmo, o povo-povo, constituído pela reunião de todos os grupos que trabalham pela grandeza da pátria, cioso de suas tradições e de suas crenças e consciente de seus destinos democráticos. Ali não estava nenhum ajuntamento suspeito, recrutado por órgãos especializados na manipulação de massas humanas para o aplauso ruidoso, porém despido de significação, aos líderes que detêm o poder, ou a ele aspiram, ou nele desejam de alguma forma continuar.

Aquele mar humano formou-se espontaneamente, pelo natural desembocar de afluentes varios, surgidos dos balços e do interior, nascidos nas mais diversas fontes. E formou-se de subito, quase por milagre, ao simples apelo de um grupo de mulheres e organizações femininas que percebiam com extrema argúcia o sentimento íntimo do povo.

Nada de especial, nenhuma

longa preparação psicológica, nenhuma doutrinação conduzida pelos especialistas na arte de convencer, se tornou necessário para que a gente de São Paulo saísse à rua e exprimisse, sem a necessidade de porta-vozes, sua profunda crença na democracia e na ordem constituida.

A reunião de ontem foi, sem dúvida, uma dura lição para os que, dispondo de todos os poderes e de todos os recursos financeiros, precisam, para garantir-se um meio de impressionar ou atemorizar pela massa humana que em torno de si congregam, longos meses de propaganda, enorme movimentação de cupulas arregimentadoras de claque e tremendos dispositivos de força, não certamente para lhes garantir a integridade física, jamais ameaçada, mas para atribuírem-se direito de dizer o que em verdade não lhes é feito dizer contra a Constituição, contra a lei e contra os sentimentos do povo.

Não se interprete mal, entretanto, o significado daquilo a que se assistiu ontem. O povo não estava na rua para desafiar, para tripudiar, para forçar, para ameaçar. Estava pura e simplesmente para afirmar-

se e afirmar sua crença. Para definir seus ideais e para mostrar, enfim, que o sentido do vocabulo povo não pode por mais tempo ser desvirtuado, deixando de significar a população como um todo, unida pelos mesmos sentimentos de nacionalismo, pela mesma fé no trabalho, pela mesma capacidade de sofrer pela pátria, para definir apenas as suspeitas multidões arregimentadas para as greves políticas e para os comícios subversivos, essas multidões que os encarregados de defender a Constituição proclamam estarem acima da Constituição.

Nem se venha amanhã dizer que o povo que ali se encontrava era o agrupamento dos que defendem as "estruturas arcaicas". Não, era o povo que reconhece a necessidade de muitas reformas e prega a melhor adequação de muitas leis às necessidades do país. Mas que acredita que tudo isso se pode fazer dentro da ordem, sem agravo às instituições e, muito especialmente, sem necessidade de, por uma serie de atos injurídicos, inverídicos e insinceros, chegar, talvez sem querer, à expropriação da pátria, em benefício dos inimigos da democracia.



### 7.6 REVOLTA DOS MARINHEIROS E FUZILEIROS NAVAIS E GOLPE MILITAR

Em 25 de março de 1964, os marinheiros realizaram uma reunião comemorativa do segundo aniversário da Associação dos Marinheiros e Fuzileiros Navais, entidade considerada ilegal pela Marinha. Sob a liderança de José Anselmo dos Santos, o Cabo Anselmo, futuramente acusado de ser informante da ditadura militar, reivindicavam o reconhecimento da associação e melhorias nas condições de tratamento dos oficiais. Um dia antes, o ministro da Marinha, Silvio Mota, ordenou a prisão dos dirigentes da associação por subverter a hierarquia. Após uma solução negociada pelo governo que culminou na soltura dos rebeldes, Silvio Mota, sentindo-se desprestigiado, pediu demissão. O Clube Militar e um grupo de alta patente da Marinha denunciaram como um ato de quebra da hierarquia militar (FAUSTO, 2017). Os conspiradores partiram para o desfecho.

O Correio da Manhã no editorial *O dia de hoje*, de 27 de março de 1964, afirma que a disciplina precisa ser restabelecida e que não haverá golpe. Deseja que o presidente termine o mandato dentro da legalidade e que o Congresso assuma a liderança que lhe compete (Figura 61). Em 29 de março de 1964, no editorial *Governo e indisciplina* alerta que se o governo for incapaz de restabelecer a disciplina, por fraqueza ou conveniência, as consequências são imprevisíveis. A reforma agrária é necessária e só o Congresso pode e deve realizá-la. O presidente precisa manter a disciplina em seus círculos para controlar o país (Figura 62). Os editoriais *Basta!* e *Fora!*, de 31 de março de 1964 e 1º de abril de 1964, afirmam que não é mais possível a continuidade de João Goulart, sendo o próprio o grande responsável pelo crise econômica e política que o país atravessa (Figuras 63 e 64). No editorial *Vitória*, de 02 de abril de 1964, assegura que a queda de Jango representa a vitória da legalidade e da democracia contra a ditadura (Figura 65).

Figura 61 Editorial do Correio da Manhã de 27 de março de 1964

## O dia de hoje

Registrou-se ontem um grave caso de indisciplina, se não de sublevação, na Marinha. A reação só pode e só deve ser esta:

1) A disciplina tem de ser restabelecida, com toda a energia; não se tolera absolutamente o menor movimento de sublevação nas Forças Armadas;

2) Esse restabelecimento da disciplina não pode ser difícil. Tratando-se da sublevação de um punhado de gente numa nação de 70 milhões de habitantes, isto limita a gravidade do caso. Não justifica o estado de sítio, que tão facilmente degeneraria em golpe contra as instituições, nem o contra-golpe preventivo dos que pretendem explorar o incidente.

É preciso localizar esse incidente e limitá-lo às suas dimensões verdadeiras. Trata-se de um caso de hierarquia e de disciplina, que não deve generalizar-se. Em Brasília houve, também, um movimento sedicioso que foi sufocado sem que isso atingisse a vida constitucional do país.

E passamos à ordem do dia.

Política é, por definição, conflito e luta. O conflito é normal na democracia. Ninguém deseja substituí-lo pela unanimidade tática dos cemitérios. Mas a luta admite a trégua. No dia de hoje, que teríamos

o direito de falar sobre ela, pondo de parte a gritaria e bostaria incessante dos extremistas.

Num outro sentido, inferior, a política é a arte e o artifício das combinações, das jogadas, recuos, avanços, alianças, traições, esquemas — podemos garantir aos profissionais desse xadrez que o povo está farto de tudo aquilo. Não lhe importa nada se Fulano ou Beltrano será o segundo vice-presidente da Assembléia neste ou naquele Estado. O que importa ao povo é a inflação e o custo de vida: medidas imediatas para combater calamidades imediatas, e as grandes reformas estruturais para garantir o futuro. O povo deseja melhores condições de vida num clima de liberdade, sem medidas opressoras que seriam as conseqüências inevitáveis de uma tentativa de estabelecer uma ditadura: o povo é contra o golpe.

Aquelles que agora nos prometem que não haverá golpe, são precisamente os que vinham pregando, tempos atrás, o regime de exceção. É uma conversão que pouco nos importa. Não haverá golpe, queiram ou não queiram os golpistas. Haverá, em 1965, eleições, queiram ou não queiram os continuistas.

A garantia das ins-

tuições democráticas contra o golpe da direita ou da esquerda não reside em declarações para fins táticos. Essa garantia reside na cooperação provada de dois elementos constitutivos da nossa vida pública: uma tradição que agora já é mais que secular e uma viva necessidade do povo brasileiro de respirar em liberdade não dirigida e não controlada. São estes os fatores básicos da firmeza das instituições neste país.

\* \* \*

Os homens públicos brasileiros podem aproveitar o dia de hoje para meditar sobre aqueles desejos do povo e sobre a impossibilidade de contrariá-los, atentando contra as instituições.

Dos governadores dos Estados deseja-se que façam menos política eleitoral, dedicando-se mais à solução dos problemas administrativos.

Do presidente da República deseja-se que cumpra com o seu dever, tranquilizando o país em vez de perturbá-lo, a fim de que termine o seu mandato dentro do regime legal.

Enfim, o Congresso, alvo de acusações muitas vezes injustas ou excessivas, tem ótima oportunidade para desmentilas, assumindo a liderança que lhe compete em favor das reformas e da renovação que a Nação exige presentemente.

Figura 62 Editorial do Correio da Manhã de 29 de março de 1964.

6

## Governo e indisciplina

A crise — que continua — só não de-  
generou em conflito  
de dimensões nacionais  
porque a indisciplina  
inicial está limitada a  
um pequeno grupo  
de rebeldes. Insistimos  
nesse fato da localiza-  
ção do conflito pa-  
ra opor-nos à explora-  
ção sensacionalista dos  
acontecimentos. Essa  
exploração seria capaz  
de prejudicar imensa-  
mente o país, paralisando  
o trabalho, destruindo  
o crédito e o prestígio  
de Brasil, enfim,  
produzindo as mais sé-  
rias conseqüências.

Cumpra analisar, em  
primeira linha, essas  
conseqüências que, em-  
bora ninguém possa  
prever-lhes as dimen-  
sões, já se estão deslin-  
hando no plano polí-  
tico.

Depois, o próprio fa-  
to da indisciplina tem  
de ser submetido a  
mesma análise impla-  
cível e justa.

\* \* \*

A indisciplina na Ma-  
rinha de Guerra foi  
provocada, insistimos,  
por um pequeno gru-  
po. Mas o incêndio é ca-  
paz, pelo jogo de ação  
e reação, de propagar-  
se, até um ponto em  
que já não adiantam  
notas oficiais tão iné-  
cuas como a que foi ho-  
je divulgada pelo Go-  
verno Federal.

Se o Governo se re-  
velar incapaz de resta-  
belecer a disciplina —  
seja por fraqueza in-  
voluntária, seja por co-  
nvivência com os rebel-  
des, estaria largamente  
aberto o caminho para  
um conflito militar de  
conseqüências imprevisíveis.

Acontece que o pro-  
blema do Brasil atual  
não é ou não é só o de  
manter a ordem. A si-  
tução econômica, fi-  
nanceira e social do  
país não é tão normal  
que bastaria policiá-la.  
A inflação e a subida  
do custo de vida exi-  
gem medidas imedia-  
tas, técnicas, de políti-  
ca econômica e finan-  
ceira. Por outro lado, a  
crise social exige a re-  
forma agrária; e insis-  
timos que só o Congres-  
so pode dá-la, assim  
como insistimos que o  
Congresso deve dá-la.

Uma ditadura, de  
quem quer que seja,  
não resolveria nenhum  
desses problemas. Re-  
formas agrárias não se  
mandam por ordem do  
dia; e não adianta  
contra crises financel-  
ras um ataque de baio-  
netas.

As primeiras vítimas  
da supressão das liber-  
dades democráticas se-  
riam, sem dúvida, os  
rebelados de hoje, que,  
pela sua indisciplina,  
provocaram a crise.

\* \* \*

Essa indisciplina ofe-  
rece vários aspectos.  
Inicialmente temos de  
lamentar que houve  
duas indisciplinas mili-  
tares: primeiro, a dos  
rebelados, e segundo, a  
indisciplina daqueles  
que se revoltaram con-  
tra o novo ministro e  
lançaram, no Clube  
Naval, o manifesto em  
que acusam o Governo  
de ter encoberado a  
indisciplina. Não se  
aplica à situação mili-  
tar o lema homeopáti-  
co: *Similia similibus*. A  
falta de disciplina não  
se reprime por outra  
falta de disciplina.

O único responsável  
pelo seu restabeleci-  
mento é o Governo. Se  
o Governo for incapaz  
de manter a coesão in-  
terna nas Forças Arma-  
das, como pode pensar  
em fazer valer sua au-  
toridade também no  
campo civil? Verifica-  
mos, com o mais grave  
pensar, que ao lado da-  
quelas indisciplinas mi-  
litares também existe  
uma indisciplina civil,  
cujo foco é o próprio  
Governo.

São agentes da Pre-  
sidência da República,  
de sua assessoria de  
imprensa, que procla-  
mam reivindicações ra-  
dicais e inconstitucio-  
nais, como a da "Con-  
stituinte com Jango".  
Incompatibilizam o pre-  
sidente da República  
com o Congresso, com  
as Forças Armadas,  
com a imprensa, com  
os partidos políticos,  
com a opinião pú-  
blica. Mas o sr. João  
Goulart não os desmon-  
te. Ao contrário: notas  
oficiais tão inéguas co-  
mo a de hoje, meros jo-  
gos de palavras ajudam  
a intensificar a con-  
fusão perigosa.

O presidente da Re-  
pública tem a obriga-  
ção de desmentir aque-  
las versões, de declarar  
com inteira clareza o  
que pensa, o que dese-  
ja, o que pretende fa-  
zer: se defenderá a de-  
mocracia, se ficará fiel  
à Constituição, como é  
de seu dever, se está a  
favor ou contra o po-  
vo. O sr. João Goulart  
também deve ter in-  
teresse em manter a  
disciplina no círculo  
dos seus auxiliares, pa-  
ra que as ondas da  
indisciplina não o devo-  
rem e para que não de-  
vozem o país.

Figura 63 Editorial de 31 de março de 1964 do jornal Correio do Amanhã

# Basta!

Até que ponto o presidente da República abusará da paciência da Nação? Até que ponto pretende tomar para si, por meio de decretos-leis, a função do Poder Legislativo? Até que ponto contribuirá para preservar o clima de intranquilidade e insegurança que se verifica presentemente, na classe produtora? Até quando deseja levar ao desespero por meio da inflação e do aumento do custo de vida, a classe média e a classe operária? Até que ponto quer desagregar as forças armadas por meio da indisciplina que se torna cada vez mais incontrolável?

Não é possível continuar neste caos em todos os sentidos e em todos os setores. Tanto no lado administrativo como no lado econômico e financeiro.

Basta de farsa. Basta da guerra psicológica que o próprio Governo desencadeou com o objetivo de convulsionar o país e levar avante a sua política continuista. Basta de demagogia para que, realmente, se possam fazer as reformas de base.

Quase todas as medidas tomadas pelo sr. João Goulart, nestes últimos tempos, com grande estardalhaço, mas inexecutáveis, não têm outra finalidade senão a de enganar a boa-fé do povo, que, aliás, não se enganará.

Não é tolerável esta situação calamitosa provocada artificialmente pelo Governo que estabeleceu a desordem generalizada, desordem esta que cresce em ritmo acelerado e ameaça sufocar todas as forças vivas do país.

Não contente de intranquilizar o campo, com o decreto da SUPRA, agitando igualmente os proprietários e os camponeses, de disvirtuar a finalidade dos sindicatos, cuja missão é a das reivindicações de classe, agora estende a sua ação deformadora às forças armadas, des-

truindo de cima a baixo a hierarquia e a disciplina, o que põe em perigo o regime e a segurança nacional.

A opinião pública recusa uma política de natureza equívoca que se volta contra as instituições, cuja guarda deveria caber ao próprio Governo Federal.

Queremos o respeito à Constituição. Queremos as reformas de base votadas pelo Congresso. Queremos a intocabilidade das liberdades democráticas. Queremos a realização das eleições em 1965. Se o sr. João Goulart não tem a capacidade para exercer a Presidência da República e resolver os problemas da Nação dentro da legalidade constitucional não lhe resta outra saída senão entregar o Governo ao seu legítimo sucessor.

É admissível que o sr. João Goulart termine o seu mandato de acordo com a Constituição. Este grande sacrifício de tolerá-lo até 1966 seria compensador para a democracia. Mas para isto, o sr. João Goulart terá de desistir de sua política atual que está perturbando uma nação em desenvolvimento, e ameaçando de levá-la à guerra civil.

A Nação não admite nem golpe nem contragolpe. Quer consolidar o processo democrático para a concretização das reformas essenciais de sua estrutura econômica. Mas não admite que seja o próprio Executivo, por interesses inconfessáveis, quem desencadeie a luta contra o Congresso, censure o rádio, ameace a imprensa e, com ela, todos os meios de manifestações do pensamento, abrindo o caminho à ditadura.

Os Poderes Legislativo e Judiciário, as Classes Armadas, as forças democráticas devem estar alertas e vigilantes e prontos para combater todos aqueles que atentarem contra o regime.

O Brasil já sofreu demasiado com o Governo atual. Agora, basta!

Figura 64 Editorial do Correio da Manhã de 01 de abril de 1964

# Fora!

A Nação não mais suporta a permanência do sr. João Goulart à frente do Governo. Chegou ao limite final a capacidade de tolerá-lo por mais tempo. Não resta outra saída ao sr. João Goulart senão a de entregar o Governo ao seu legítimo sucessor. Só há uma coisa a dizer ao sr. João Goulart: saia.

Durante dois anos o Brasil agüentou um Governo que paralisou o seu desenvolvimento econômico, primando pela completa omissão, o que determinou a completa desordem e a completa anarquia no campo administrativo e financeiro.

Quando o sr. João Goulart saiu de seu neutro período de omissão foi para comandar a guerra psicológica e criar o clima de intranquilidade e de insegurança que teve o seu auge na total indisciplina que se verificou nas Forças Armadas.

Isto significou e significa um crime de alta traição contra o regime, contra a República, que ele jurou defender.

O sr. João Goulart iniciou a sedição no país. Não é possível continuar no poder. Jogou os civis contra os militares e os militares contra os próprios militares. É o maior responsável pela guerra fratricida que se esboça no território nacional.

Por ambição pessoal, pois sabemos que o sr. João Goulart é incapaz de assimilar qualquer ideologia, ele quer permanecer no Governo a qualquer preço.

Todos nós sabemos o que representa de funesto uma ditadura no Brasil, seja ela de direita ou de esquerda, porque o povo, depois de

uma larga experiência, reage e reagirá com tôdas as suas forças no sentido de preservar a Constituição e as liberdades democráticas.

O sr. João Goulart não pode permanecer na Presidência da República, não só porque se mostrou incapaz de exercê-la como também porque conspirou contra ela como se verificou pelos seus últimos pronunciamentos e seus últimos atos.

Foi o sr. João Goulart quem iniciou de caso pensado uma crise política, social e militar, depois de ter provocado a crise financeira com a inflação desordenada e o aumento do custo de vida em proporções gigantescas.

Qualquer ditadura, no Brasil, representa o esmagamento de tôdas as liberdades como aconteceu no passado e como tem acontecido em todos os países que tiveram a desgraça de vê-la vitoriosa.

O Brasil não é mais uma nação de escravos. Contra a desordem, contra a masorca, contra a perspectiva de ditadura, criada pelo próprio Governo atual, opomos a bandeira da legalidade.

Queremos que o sr. João Goulart devolva ao Congresso, devolva ao povo o mandato que ele não soube honrar.

Nós do CORREIO DA MANHÃ defendemos intransigentemente em agosto e setembro de 1961 a posse do sr. João Goulart, a fim de manter a legalidade constitucional. Hoje, como ontem, queremos preservar a Constituição. O sr. João Goulart deve entregar o Governo ao seu sucessor, porque não pode mais governar o país.

A Nação, a democracia e a liberdade estão em perigo. O povo saberá defendê-las. Nós continuaremos a defendê-las.

Figura 65 Editorial do Correio da Manhã de 02 de abril de 1964

# Vitória

A nação saiu vitoriosa com o afastamento do sr. João Goulart da Presidência da República. Não era possível mais suportá-lo em consequência de sua nefasta administração que estabelecia, em todos os setores, o tumulto e a desordem. O país foi vítima de uma terrível provocação que abalou a sua própria estrutura democrática.

Em qualquer lugar onde o sr. João Goulart se encontre, e diga o que disser, já não é mais o Presidente da República. Não adianta resistência nenhuma a seu favor. As forças emanentes da Nação já o repudiaram e já o afastaram de seu convívio político. A causa do sr. João Goulart está definitivamente perdida.

Todavia, estamos em nossos postos, prontos para defender a Constituição, o Congresso Nacional, a democracia, a liberdade. O afastamento do governo do sr. João Goulart não justifica de modo algum um regime de exceção. Não justifica violências nem crimes cometidos contra a liberdade individual e coletiva.

Esta vitória não pertence à direita. Pertence, precisamente, aos que condenam as radicalizações, aos que procuram evitar que seja interrompido o processo democrático, aos que querem a legalidade, a disciplina, o cumprimento da lei.

Não pertence aos oportunistas que permaneceram em silêncio e escondidos até o instante da vitória. Pertence aos que tomaram uma atitude franca e decisiva para defender as instituições ameaçadas. Não aqueles que sempre ameaçaram estas instituições e sim aos que sempre as defenderam.

Não admitimos — e o fazemos com autoridade e isenção — que

para se restaurar a disciplina se restabeleça o arbítrio de quem quer que seja.

Não podemos consentir que levemente se restrinjam a liberdade de imprensa, a liberdade de reunião, a liberdade sindical, a liberdade partidária, ou melhor, que sofra o menor arranhão a livre manifestação das idéias.

A queda do sr. João Goulart se explica pela ameaça que pesava sobre a nação de perder a sua liberdade política, com a instauração de uma ditadura.

Ditadura nunca! Seja da direita, esquerda ou do centro. Queremos o respeito à Constituição. Queremos as reformas de base que são mais do que nunca imprescindíveis à revolução industrial que levará o Brasil à área dos países desenvolvidos e economicamente independentes.

A derrocada do janguismo, com tudo que nele existe de mediocre e de prejudicial para o país, não pode servir de pretexto para o estabelecimento de um regime que não esteja plenamente de acordo com a dignidade do povo brasileiro.

O povo não desiste de suas conquistas sociais e políticas. Não abdica do direito de escolher livremente os seus dirigentes. Não recua diante da reação porque ele sabe que a queda do sr. João Goulart representa uma vitória da legalidade e da democracia.

Nada de violência nem de repressão contra os inimigos políticos deste ou daquele que detenha uma parcela de poder.

O CORREIO DA MANHÃ desfraldou a bandeira da legalidade, da defesa das instituições. E saiu vitorioso. Esta vitória é da democracia e da nação brasileira.

O Globo, em editorial de 30 de março de 1964, chamado *O calvário da Marinha*, afirma que João Goulart errou ao pôr em risco o que as Forças Armadas mais prezam: a hierarquia, a disciplina e a autoridade; e que tal erro teria consequências que fariam o presidente lamentar (Figura 66). Em 02 de abril de 1964, a manchete da primeira página informa que Mazzilli fora empossado na presidência e que a democracia está sendo restabelecida com a fuga de Goulart (Figura 67). No editorial *Ressurge a Democracia!* comemora que a nação vive dias gloriosos graças ao heroísmo das Forças Armadas, salvando o país da comunização. Um movimento

sem partidariação que restaura a ordem, com ajuda da providência divina (Figura 68). Na capa da edição de 03 de abril de 1964, foto da Marcha da Família do Rio de Janeiro, que ganhou a alcunha de *Marcha da Vitória*, com mais de oitocentas mil pessoas (Figura 69). No editorial *A vez do Congresso* alerta que estava sendo construída uma ditadura no modelo cubano e para defender a democracia e preservar as instituições, as Forças Armadas, com apoio popular e político, afastou João Goulart. Agora cabe ao Congresso em trinta dias eleger o novo chefe da nação com a confiança dos setores democráticos (Figura 70).

Figura 66 Editorial de O Globo de 30 de março de 1964.

## O Calvário da Marinha

**D**OS ACONTECIMENTOS recentes, que chocaram tão profundamente a alma nacional, não seria exato dizer que constituíram uma completa surpresa. Todos os jornais já haviam, anteriormente, noticiado o que se projetava na Associação dos Marinheiros e Fuzileiros (não reconhecida oficialmente pelo Ministério da Marinha) para a comemoração de seu segundo aniversário. Sabia-se, por exemplo, que algumas autoridades militares, especialmente convidadas para o ato programado, em face de suas ligações com a entidade, estavam sendo conciliadas pelo Ministério a não comparecerem, de modo a não darem cobertura às atitudes de indisciplina e aos ataques que ali certamente teriam lugar, inclusive por alguns marujos cuja prisão já havia sido decretada.

**D**E HÁ MUITO não se reunia a Associação dos Marinheiros e Fuzileiros que não fosse para endereçar passadas acusações ao Ministro Sílvio Mota e ao Almirante, deste apenas excluídos oficiais-generais vinculados estreitamente ao CGT e outros órgãos de agitação. Essa subordinação da Associação dos Marinheiros e Fuzileiros a uma linha política radical, de colorido subversivo, fêra retratada, com clareza, no discurso pronunciado pelo Almirante Sílvio Mota, em solenidade realizada no Centro de Adesamento Marques de Leão, discurso que elogiamos em editorial publicado na mesma quinta-feira em que ocorrem os fatos que estamos a analisar.

**D**ECLAROU o Ex-Titular da Marinha — que logo após verificava como é difícil para um Ministro Militar querer servir, ao mesmo tempo, à alta autoridade comprometido com o CGT e aos ideais e tradições de sua Arma — que a Diretoria da Associação dos Marinheiros e Fuzileiros se deixara influenciar por elementos estranhos, que somente desejavam utilizar seus membros em planos de agitação e subversão. Aplaudindo o Ex-Ministro pela sua sinceridade e energia, salientávamos que S. Ex.<sup>a</sup> deveria ter-se enfiado politicamente, embora crescendo no respeito e na admiração de sua classe e da opinião pública.

**D**ITO E FEITO. Menos de 48 horas depois os elementos da fora, mencionados no discurso do Ministro, haviam levado os dirigen-

tes da Associação dos Marinheiros e Fuzileiros a praticar os excessos que já são do conhecimento geral, caracterizando um estado de rebelião que imediatamente recebeu ampla cobertura dos deputados da Frente Parlamentar Nacionalista (os mesmos que deixaram seus rastros na rebelião dos sargentos, em Brasília), do CGT, PUA etc.

**V**ENDO-SE SEM APOIO do Governo que integrava, para reprimir a insubordinação dos marinheiros e fuzileiros que se haviam concentrado no Sindicato dos Metalúrgicos, demitiu-se o Almirante Sílvio Mota. Regressando rapidamente do Sul, o Presidente João Goulart começou a procurar solução para a crise. Não a buscou, infelizmente, na lei e nos regulamentos militares. Preferiu negociá-la com o CGT (transformado em potência medidora), com o sacrifício da hierarquia, do princípio da autoridade e das normas disciplinares.

**C**OMO TÔDA organização militar (não apenas a naval) depende da manutenção da hierarquia, da autoridade e da disciplina, a Nação se pergunta o que restará de suas gloriosas Forças Armadas, se o precedente aberto pelo Presidente da República na Sexta-Feira da Paixão não representar uma decisão isolada, tomada em função de circunstâncias que o Governo não soube evitar e pelas quais, ao contrário, muita responsabilidade lhe cabe.

**I**MAGINAMOS a perplexidade em que se encontram os oficiais das três Armas, ante a orientação adotada pelo Presidente da República para resolver a situação criada na Marinha. Mais ainda podemos avaliar o quanto se acharão ofendidos todos os oficiais brasileiros, vendo seus assuntos serem tratados em reuniões das mais altas autoridades do País com os mais notórios agitadores sindicais, deputados comunistas e políticos extremados. É a primeira vez que tal coisa acontece no

Brasil e queremos esperar que seja a última, pois a repetição de semelhantes fatos e atitudes representaria a dissolução das Forças Armadas, que se transformariam em milícias, comandadas pela cúpula sindical.

**P**EDIMOS aos oficiais brasileiros que não desespereem, nem descreditem da lealdade e da disciplina da quase totalidade dos nossos soldados e marinheiros. Muito erraria, por exemplo, quem pensasse que os amotinados da Rua Ana Néri representavam a maioria dos marinheiros e fuzileiros. Ali estava, apenas, uma minoria politizada, intoxicada pela propaganda subversiva ou empolgada pelas reivindicações — algumas justas —, que a Diretoria da Associação dos Marinheiros formulou, para esconder o papel que lhe incumbia no esquema elaborado pela esquerda para destruir os alicerces do regime democrático.

**E**TANTO é assim que, ao aviso de prontidão na Armada, a marinagem acorreu a seus postos, nos vasos de guerra e nas guarnições de terra, só faltando aqueles militares que no Sindicato dos Metalúrgicos julgavam viver em suas histórias, pois isto era o que lhes afirmavam seus alterados líderes. Em todas as bases e dependências navais, por todo o território nacional, a disciplina não sofreu a menor lesão. Realçando os aspectos positivos que a crise da Semana Santa na Marinha deixou porcober, cumpre destacar a nota emitida pela Associação dos Suboficiais e Sargentos da Marinha.

**É** UMA NOTA lúcida e patriótica, em que os graduados da Marinha Brasileira — aqueles que estão mais em contato com a marinha, cujos problemas não desconhecem — conclamam os companheiros "a cerrar fileiras junto às autoridades, pois só com a disciplina, com a manutenção da ordem e do princípio da autoridade sobretudo, conquistaremos, como

vimos conquistando, pouco a pouco, aquilo que almejamos para nós e nossos filhos".

**L**EMBRANDO que "não há muito, nós, suboficiais e sargentos, fomos fustigados e provocados para nos pormos contra os praças e os oficiais", a nota em questão é taxativa ao afirmar: "Precisamos agora — quando a incompreensão de elementos preparados por doutrinação estranha à Marinha do Brasil levou ao extremo da infidelidade irmãos nossos — firmar propósitos e manifestar às mesmas autoridades que nós, suboficiais e sargentos, de modo algum nos deixaremos levar pelos legulejos dos interessados na destruição do princípio da autoridade e da disciplina, para, à nossa custa, à custa do nosso sangue e do sangue generoso dos nossos irmãos, colher benefícios para si próprios."

**D**ESAFORTUNADAMENTE, para o País, para seu Governo, para a Marinha e, por extensão, para as outras Forças Armadas, o Presidente, em vez de apoiar a atitude das autoridades navais, em lugar de escutar a ponderação sereia dos suboficiais e sargentos da Armada, preferiu ouvir aqueles legulejos mencionados na nota acima, ofendendo o que há de mais sagrado numa corporação militar, pondo em risco a hierarquia, o princípio de autoridade e a disciplina nas Forças Armadas. Certamente não faltarão ao Sr. João Goulart, no futuro, oportunidades para lamentar sua atitude.

**N**A SEXTA-FEIRA da Semana Santa, mal inspirado e aconselhado, o Chefe da Nação levou ao Calvário a nobre Marinha de Guerra do Brasil, que foi renegada três vezes: — quando o Ministro Sílvio Mota se viu demitir, quando o Almirante Aragão voltou ao posto que desertara e quando os amotinados foram soltos, em detrimento das normas militares. Mas todos, instituições e pessoas, temos na vida os dias de Ressurreição, e a Marinha Brasileira — a Marinha de Tamandaré, Barroso, Saladanta e Marcello Dias — ressurgirá também restaurada em sua dignidade e tradições. Sirva, porém, o que a ela aconteceu, como exemplo e lição para todas as Forças Armadas.



Figura 68 Editorial de O Globo de 02 de abril de 1964

# Ressurge a Democracia!

**VIVE A NAÇÃO** dias gloriosos. Porque souberam unir-se todos os patriotas, independentemente de vinculações políticas, simpatias ou opiniões sobre problemas isolados, para salvar o que é essencial: a democracia, a lei e a ordem.

**GRAÇAS A DECISÃO** e ao heroísmo das Forças Armadas, que obedientes a seus chefes demonstraram a falta de visão dos que tentavam destruir a hierarquia e a disciplina, o Brasil livrou-se do Governo irresponsável, que insistia em arrastá-lo para rumos contrários à sua vocação e tradições.

**COMO DIZÍAMOS**, no editorial de anteontem, a legalidade não poderia ser a garantia da subversão, a escora dos agitadores, o anteparo da desordem. Em nome da legalidade não seria legítimo admitir o assassinio das instituições, como se vinha fazendo, diante da Nação horrorizada.

**AGORA O CONGRESSO** dará o remédio constitucional à situação existente, para que o País continue sua marcha em direção a seu grande destino, sem que os direitos individuais sejam afetados, sem que as liberdades públicas desapareçam, sem que o poder do Estado volte a ser usado em favor da desordem, da indisciplina e de tudo aquilo que nos estava a levar à anarquia e ao comunismo.

**PODEREMOS**, desde hoje, encarar o futuro confiantemente, certos, enfim, de que todos os ossos problemas terão soluções, pois os negócios públicos não mais serão geridos com má-fé, demagogia e insensatez.

**SALVOS DA COMUNIZAÇÃO** que celeremente se preparava, os brasileiros devem agradecer aos bravos militares, que os protegeram de seus inimigos. Devemos felicitar-nos porque as Forças Armadas, fiéis ao dispositivo constitucional que as obriga a defender a Pátria e a garantir os poderes constitucionais, a lei e a ordem, não confundiram a sua relevante missão com a servil obediência ao Chefe de apenas um daqueles poderes, o Executivo.

**AS FORÇAS ARMADAS**, diz o Art. 176 da Carta Magna, "são instituições permanentes, organizadas com base na hierarquia e na disciplina, sob a autoridade do Presidente da República E DENTRO DOS LIMITES DA LEI".

**NO MOMENTO** em que o Sr. João Goulart ignorou a hierarquia e desprezou a disciplina de um dos

ramos das Forças Armadas, a Marinha de Guerra, saiu dos limites da lei, perdendo, conseqüentemente, o direito a ser considerado como um símbolo da legalidade, assim como as condições indispensáveis à Chefia da Nação e ao Comando das corporações militares. Sua presença e suas palavras, na reunião realizada no Automóvel Clube, vincularam-no, definitivamente, aos adversários da democracia e da lei.

**ATENDEDO AOS** anseios nacionais, de paz, tranqüilidade e progresso, impossibilitados, nos últimos tempos, pela ação subversiva orientada pelo Palácio do Planalto, as Forças Armadas chamaram a si a tarefa de restaurar a Nação na integridade de seus direitos, livrando-a do amargo fim que lhe estava reservado pelos vermelhos que haviam envolvido o Executivo Federal.

**ESTE NÃO FOI** um movimento partidário. Dêle participaram todos os setores conscientes da vida política brasileira, pois a ninguém escapava o significado das manobras presidenciais. Aliaram-se os mais ilustres líderes políticos, os mais respeitados Governadores, com o mesmo intuito redentor que animou as Forças Armadas. Era a sorte da democracia no Brasil que estava em jogo. A esses líderes civis devemos, igualmente, externar a gratidão de nosso povo.

**MAS, POR ISTO** que nacional, na mais ampla acepção da palavra, o movimento vitorioso não pertence a ninguém. É da Pátria, do Povo e do Regime. Não foi contra qualquer reivindicação popular, nem representou uma reação contra qualquer idéia que, enquadrada dentro dos princípios constitucionais, objetive o bem do povo e o progresso do País.

**SE OS BANDOS**, para intrigarem os brasileiros com seus líderes e com os chefes militares, afirmarem o contrário, estarão mentindo, estarão, como sempre, procurando engodar as massas trabalhadoras, que não lhes devem dar ouvidos. Confiamos em que o Congresso votará, rapidamente, as medidas reclamadas para que se inicie no Brasil uma época de justiça e harmonia social.

**MAIS UMA VEZ** o povo brasileiro foi socorrido pela Providência Divina, que lhe permitiu superar a grave crise, sem maiores sofrimentos e luta. Sejam dignos de tão grande favor.



Figura 70 Editorial de capa de O Globo de 03 de abril de 1964

## A VEZ DO CONGRESSO

**EMBORA** O GLOBO e outros jornais viessem alertando a opinião pública para o aceleração do processo de comunicação, que se continuasse por mais trinta dias, no mesmo ritmo das últimas semanas, certamente enterraria toda e qualquer possibilidade de recuperação econômica, levando o País à anarquia e ao desespero, muitos, talvez, não se tivessem dado conta da gravidade da situação.

**A VERDADE**, porém, é uma só. O Brasil estava sendo destruído, para que, sobre seus escombros, viesse a erguer-se uma ditadura do tipo cubano. Dispostos a apressar a conquista do Poder, os comunistas que orientavam e controlavam o Governo já não se detinham diante de coisa alguma. A atitude tomada pelo Sr. João Goulart no caso do motim dos marinheiros e fuzileiros e a sua presença na reunião realizada no Automóvel Clube foram a mais evidente demonstração do que afirmamos.

**PARA DEFENDER** a democracia, preservar as instituições e continuar existindo, as Forças Armadas se encarregaram, com amplo apoio popular e político, de afastar do Governo aquele que não soubera aproveitar as esplêndidas oportunidades que lhe havia reservado o destino. A vitória do movimento, em tão poucas horas, com o mínimo de sacrifícios e praticamente sem derramamento de sangue, encheu de entusiasmo os democratas, que se entregaram a transportes de alegria.

**MAS NINGUÉM** se iluda. O simples afastamento do Sr. João Goulart não resolverá os problemas brasileiros. Nem a revolução triunfante se destinava, apenas, a depor um Presidente desavisado. Sua missão principal era devolver ao País as condições de progresso e harmonia social, desaparecidas em face da orientação demagógica, desleal e subversiva do Governo demitido. Seu objetivo primordial, portanto, é impedir que os agitadores e comunistas continuem dispostos de possibilidades de infundir na vida brasileira, seja através dos exploradores do operariado, seja pela infiltração na administração pública. Para que esse objetivo seja atingido é evidente que não basta o afastamento do Sr. João Goulart.

**DEVE O CONGRESSO** completar, sem mais tardança, a tarefa iniciada pelos militares. Está evidenciado, pelo que vinha ocorrendo no País, que as instituições não se encontram devidamente protegidas contra a subversão e a penetração vermelha. De outro modo, os comunistas não teriam obtido tantas posições e mandatos e não se veriam as Forças Armadas na contingência de intervir, antes que a democracia — mal defendida pela ineficácia do aparelhamento legal — fosse substituída pelo "socialismo" castrista.

**URGE, ASSIM**, que o Legislativo forneça, imediatamente, ao novo Governo, que também ao Congresso incumbe formar sem demora, os meios de limpar a administração federal e o campo sindical dos elementos comunistas nêles incrustados. Como todos os democratas, desejamos que o movimento sindical brasileiro seja poderoso e ativo, mas só podemos compreendê-lo como um movimento livre e apolítico. A politização do sindicalismo nacional, realizada, principalmente, pelos dirigentes vermelhos dos órgãos legais e revelada nas sucessivas greves que tanto prejudicaram a nossa economia, foi um dos maiores crimes cometidos pelo Governo deposto contra os interesses da Nação.

**É URGENTE** que o Congresso vote uma lei de defesa do Estado que nos ponha a coberto da repetição de situações semelhantes à que agora foi exterminada pelas Forças Armadas. É muito importante, também, que seja ultimada a tramitação do projeto que regulamenta o direito de greve, a fim de que o trabalho não possa ser mais instrumento da política facciosa e nociva.

**QUEREMOS CRER** que o Congresso estará bem atento ao

que o povo dele espera neste momento. O povo e as Forças Armadas, cuja atuação, nesta difícil conjuntura, deve ser prestigiada e apoiada pelo Legislativo. Não sairán elas de seus quartéis, expondo-se aos riscos de uma guerra fratricida e submetendo-se ao inevitável constrangimento que lhes provoca a intervenção no processo político, para verem, em seguida, o movimento amesquinçado pelos políticos preocupados somente com seus interesses eleitorais.

**DE ACÓRDO** com a Constituição, o Congresso deve eleger, dentro de 30 dias, um Presidente e um Vice-Presidente, que concluirão o período presidencial. Avaliado êrro cometeriam os deputados e senadores se pensassem, a esta altura dos acontecimentos, em cumprir essa magna obrigação na base da barganha e dos compromissos políticos. Outro êrro praticariam êles se imaginassem constituir um governo provisório e sem maiores responsabilidades. Tão pesados e difíceis são os problemas a enfrentar de imediato que não seria possível admitir soluções provisórias e espertas. O substituto do Sr. João Goulart tem que ser eleito já pelos congressistas.

**PRECISA O CONGRESSO** ter uma inspiração de grandeza e colocar na Chefia da Nação quem mereça a confiança de todos os setores democráticos, podendo realizar, em consequência, um governo fortalecido por amplo apoio parlamentar. A nosso ver, em face das condições atuais e tendo em vista que ao mandatário que o Poder Legislativo vai nomear caberá a presidência da Nação no ano eleitoral, deveria ser sufragado, um nome equidistante e não comprometido com qualquer das candidaturas apresentadas. Um nome militar, por exemplo, do gabarito dos ilustres comandantes do movimento vitorioso.

**POIS O NOVO** Governo terá que fazer, em pouco tempo, aquilo que o anterior deixou de fazer em dois anos e meio de atuação insensata e nociva. Deve, inclusive, impor-se de tal maneira a todos os campos políticos e ideológicos, que já não surjam obstáculos à votação das leis destinadas a melhorar as condições de vida do homem brasileiro, vítima das desigualdades sociais decorrentes do desenvolvimento desordenado.

**A QUESTÃO AGRÁRIA**, por exemplo, que foi tratada com tanta levandade e desonestidade pelo Governo deposto, precisa ser objeto de urgentes providências legislativas. O projeto Aniz Badra, que parece concentrar as preferências da grande maioria do Congresso, só não tendo sido votado pelos óibices que o próprio Governo opunha à sua passagem — chegando ao ponto de, irregular e indelicadamente, antecipar que o vetaria —, não deve mais padecer qualquer delonga. Vale a mesma ponderação para outros projetos de igual relevo, que também foram paralisados na Câmara, por culpa da administração dispensada.

**ENFIM**, é imprescindível que o Congresso não decepcione os democratas, nem incorra em erros que venham a servir aos comunistas ora em debandada. Necessita agir bem e depressa, até mesmo para que o povo e as Forças Armadas não venham a pensar que caíram num Primeiro de Abril.

**O CONGRESSO** tem, no momento, a maior oportunidade de mostrar ao País como eram injustas as críticas que lhe fazia o Ex-Presidente, seguido nelas pela fina flor da agitação subversiva e do peleguismo imoral. Não deve perder essa chance, pois, em última análise, foi para a sua defesa, para a defesa do que êle representa, como expressão do regime democrático, que as Forças Armadas se puseram em marcha, o povo enfrentou a violência e toda a Nação viveu um período de sofrimento e angústia, finalmente transformado em dias de luz e esperança.

A edição do jornal Última Hora de 27 de março de 1964 destaca a crise na Marinha (Figura 71). No editorial *A crise* afirma que a crise saiu do campo político para o campo militar e que é necessário aprovar as reformas, inclusive a Constituição, de forma pacífica e democrática, dentro da legalidade, com a participação ampla da sociedade (Figura 72). Um dia depois, o jornal acredita que a anistia dos rebelados e a troca do ministro da Marinha resolveu o problema (Figura 73). Em 02 de abril, o jornal publica uma edição especial denunciando a destruição de sua sede por forças fascistas devido ao seu posicionamento político (Figura 74). Também destaca que Mazzilli foi empossado presidente e que Jango está no Rio Grande do Sul. Em nota, também na primeira página, informa que Jango não irá criar resistência aos golpistas (Figura 75).

Figura 71 Capa do Última Hora de 27 de março de 1964



Figura 72 Editorial do Última Hora de 27 de março de 1964

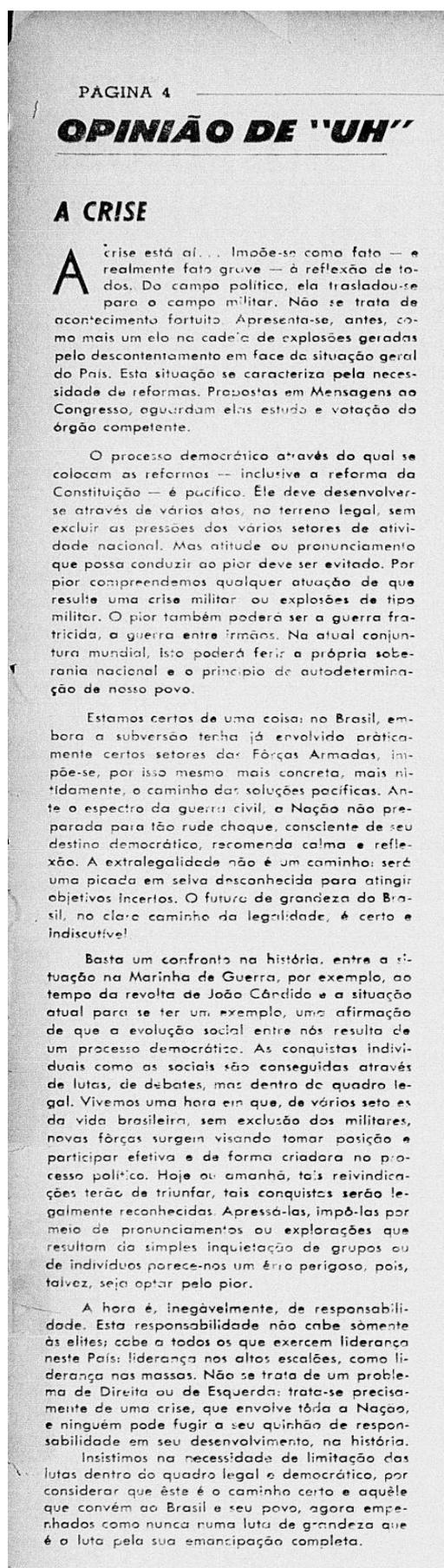




Figura 74 Nota de capa do Última Hora de 02 de abril de 1964

# JANGO DISPENSA SACRIFÍCIO DOS GAÚCHOS

Às 13h de hoje o Prefeito Sereno Chaise, de Pôrto Alegre, leu a seguinte nota oficial, encerrando as atividades da "Rêde da Legalidade":

"Às primeiras horas de hoje, o Presidente João Goulart chegou a Pôrto Alegre. Depois de ficar algum tempo, seguiu viagem. Antes examinou, com autoridades militares, amigos e correligionários, as condições de resistir ao processo golpista e decidiu dispensar o sacrifício do povo gaúcho e brasileiro".

O Deputado Leonel Brizola pede ao povo gaúcho e brasileiro, a todos os patriotas, que enfrentam com serenidade e calma esta difícil passagem.

Encerramos a "Rêde da Legalidade" agradecendo a todo o povo gaúcho e brasileiro que compareceu em massa a sede da Prefeitura de Pôrto Alegre para resistir contra os golpistas. Fizemos tudo para manter a legalidade".

Figura 75 Capa do Última Hora de 02 de abril de 1964.

## JANGO NO RIO GRANDE E MAZZILLI EMPOSSADO

### ULTIMA HORA DEPREDADA E INCENDIADA

**EXTRA**

**Ultima Hora 30**

#### A VINDITA FRIA

**TÓDA FROTA DE REPORTAGEM DESTRUÍDA A BALA E A FOGO**



O Estado de São Paulo de 27 de março de 1964, em sua manchete de capa, destaca o pedido de demissão do ministro da Marinha por falta de apoio do Governo para conter os rebelados (Figura 76). A capa da edição de 1º de abril de 1964 afirma que os Estados de São Paulo e Minas Gerais levantam-se contra o Governo, em defesa da Lei (Figura 77). Já a primeira página do jornal, em 02 de abril de 1964, comemora a vitória das forças democráticas que depuseram João Goulart. Na nota *O significado maior de uma vitória* comemora a vitória da democracia sobre a ditadura que vegetava a nação. O totalitarismo estadonovista ainda existia e foi assimilado pelo discípulo, Jango, mas estava destinado a cair para sempre pela democracia. A defesa da Constituição e da nação venceram a ameaça de uma minoria comunista alinhada a Moscou (Figuras 78 e 79).

Figura 76 Capa de O Estado de São Paulo de 27 de março de 1964





Figura 78 Capa de O Estado de São Paulo de 02 de abril de 1964

## Vitorioso o movimento democrático

### Aprovado o "impeachment" do gov. Arraes

De São Paulo, 1 de abril. — O movimento democrático venceu a luta pelo impeachment do governador Arraes de Alencar, quando o Conselho de Estado aprovou a medida em sessão realizada ontem à noite no Palácio do Congresso.

### Meneghetti governa do Interior do Estado

De São Paulo, 1 de abril. — O governador Meneghetti deixou ontem à noite o Rio de Janeiro para retornar ao Estado de São Paulo, onde assumirá o governo em nome do Conselho de Estado.

Meneghetti chegou ao Estado às 22 horas e foi recebido no aeroporto por autoridades locais. Ele se deslocou imediatamente para o Palácio do Congresso, onde se reuniu com os membros do Conselho de Estado.

O governador Meneghetti afirmou que cumprirá fielmente o dever de administrar o Estado em nome do Conselho de Estado, até a realização das eleições gerais.

Meneghetti também mencionou a situação política nacional e a importância de manter a ordem e a estabilidade durante este período de transição.

Ele se despediu das autoridades locais e viajou para o interior do Estado para visitar algumas localidades.

Meneghetti prometeu continuar trabalhando para o bem-estar do povo de São Paulo.



**Pela liberdade**  
Membros do Conselho de Estado e do Conselho de Segurança Nacional, reunidos no Palácio do Congresso, para discutir o impeachment do governador Arraes de Alencar.



**Um só ideal**  
O povo de São Paulo, reunido em uma manifestação pública, demonstra seu apoio ao movimento democrático e ao impeachment do governador Arraes de Alencar.



**Allegria das tropas**  
Soldados do Exército Brasileiro, em uma parada militar, comemoram a vitória do movimento democrático e a aprovação do impeachment do governador Arraes de Alencar.

### Mazzilli será o novo presidente

De São Paulo, 1 de abril. — O Conselho de Estado aprovou ontem à noite a indicação de Mazzilli para o cargo de presidente do Conselho de Estado.

Mazzilli, ex-governador de São Paulo, foi escolhido por uma maioria ampla dos membros do Conselho de Estado.

A indicação de Mazzilli é considerada uma vitória para o movimento democrático.

Mazzilli afirmou que aceitará o cargo com responsabilidade e compromisso.

Ele também mencionou a importância de manter a ordem e a estabilidade durante este período de transição.

Mazzilli prometeu continuar trabalhando para o bem-estar do povo de São Paulo.

Ele se despediu das autoridades locais e viajou para o interior do Estado para visitar algumas localidades.

Mazzilli prometeu continuar trabalhando para o bem-estar do povo de São Paulo.

### Jurema foi preso quando tentava deixar o Rio

De Rio de Janeiro, 1 de abril. — Jurema, esposa do governador Arraes de Alencar, foi presa ontem ao tentar deixar o Rio de Janeiro para retornar ao Estado de São Paulo.

Os policiais alegaram que ela estava tentando fugir do país.

Jurema foi levada para a prisão e aguarda julgamento.

Esta notícia causa preocupação entre os membros do movimento democrático.

Os advogados de Jurema alegam que ela não tem nada a ver com o caso.

Os membros do Conselho de Estado aguardam o resultado das investigações.

Os membros do Conselho de Estado aguardam o resultado das investigações.

### Respondem agora pela Marinha 5 almirantes

De São Paulo, 1 de abril. — O Conselho de Estado aprovou ontem à noite a indicação de cinco almirantes para responderem pela Marinha.

Os almirantes são considerados responsáveis por eventos ocorridos na Marinha.

Esta medida é considerada uma vitória para o movimento democrático.

Os membros do Conselho de Estado aguardam o resultado das investigações.

QUINTA-FEIRA, 2 DE ABRIL DE 1964

## NOTAS E INFORMAÇÕES

### O significado maior de uma vitória

A grande vitória de ontem, conduzida pela mão segura do general Amaury Kruel a frente do II Exército, vem, como era inevitável, sendo interpretada das mais diversas maneiras. Para os que tendem a encarar os acontecimentos pelo seu lado superficial,

ela surge como o epílogo dos fatos que tiveram início na Semana Santa. Na realidade, porém, o significado do 1.º de Abril é muito mais profundo e complexo. Antes do mais, o triunfo alcançado está a dizer-nos que, finalmente, a democracia brasileira venceu a ditadura sob cujas estruturas a Nação vegetava.

Só os espíritos ingenuos ou apressados podem admitir que o 29 de outubro de 1945 assinalou a queda real da ditadura implantada no País por Getúlio Vargas. Esse ocaso do totalitarismo estadonovista foi apenas aparente, como ficou provado pelo restabelecimento formal do regime, quando seu próprio criador se viu, dez anos depois, guindado à presidência por uma Nação profundamente traumatizada e que o caudilho pôde mistificar tanto mais facilmente quanto via ao longo de quinze anos havia perdido quase totalmente a sua outrora marcante personalidade cívica. E tão profundos eram já então as raízes do mal, que nem o gesto desesperado do aventureiro, renunciando à própria vida, evitou que as consequências da pesadíssima herança se exercessem sobre a comunhão nacional do modo mais dramático. Não fora então que Vargas levava duas décadas a aperfeiçoar os seus métodos e a consolidar um regime que reunia em grau elevadíssimo todos os vícios e misérias do populismo e do fascismo. Como era inevitável, quem lhe sucedeu foram os seus discípulos, homens que haviam formado a mentalidade na escola do mestre admirado.

Tão lamentável estado de coisas veio a prolongar-se até 61. Nessa data reagiu, porém, a democracia brasileira, num movimento empolgante de toda a nacionalidade infelizmente sustado em plena ascensão pela covarde renúncia do sr. Jânio Quadros. Os fatos são sobejamente conhecidos. Quando, no desenlace da situação criada, o poder caiu nas mãos do discípulo dileto do ditador morto, o País viu-se perante uma conjuntura caracterizada por um conflito irreduzível do qual, por força, teria de sair liquidado um dos contendores. E na dialética da História podia-se já vislumbrar de longe a vitória da democracia. Para se consolidar no poder, lançou mão o homem da fronteira de todos os recursos. A opção diante da qual colocou o País era de uma clareza meridiana. Ou este se resignava a aceitar as imposições de uma minoria comunista sem expressão real no corpo da Nação e aberrante de toda a sua tradição ou se decidia pelo caminho da luta, antecipadamente certo de que para alcançar a vitória teria de demonstrar a mesma capacidade de organização do adversário, a mesma pertinácia e a mesma agressividade, características essas que distinguem todos os partidos e facções de ideologia bolchevista. A batalha travou-se entre essas forças, de um lado, as hostes revolucionárias, comandadas, doutrinadas e organizadas pelos adeptos do credo de Moscou, do outro, os elementos ao serviço da democracia, cada vez mais conscientes do seu papel. O choque foi violento mas breve e a vitória, como não podia deixar de ser, e para tanto basta que se tenha presente a evolução histórica do Brasil desde a implantação do Império ao fim da I República — sorriu à Democracia, terminando o embate com o esmagamento completo, e desta vez definitivo, do Estado Novo.

Esse é o verdadeiro significado da batalha que se feriu e à qual a Nação assistiu profundamente emocionada, embora confiante. A marcha convergente das tropas de São Paulo e de Minas sobre a ex-capital da República era uma resultante dos movimentos, cada vez mais poderosos e com mais fundas raízes entre as massas, que se vinham sucedendo em ritmo acelerado contra os desmandos do homem de São Borja. Ao levantarem-se em defesa de valores imperdáveis, os generais Mourão Filho em Minas e Kruel em São Paulo, sabiam perfeitamente que mais não tinham, serão obedecer a um imperativo da consciência democrática da Nação. E é o que empresta uma beleza sem age à coragem com que essas duas ilustres figuras das Forças Armadas souberam agir, não transgredindo a disciplina militar e sem compreendendo-a na sua dimensão mais alta. Era a Constituição da República aquilo que defendiam na sua marcha empolgante e rápida. E nenhuma dúvida alimentavam de que tinham não apenas o consentimento mas a adesão entusiástica do País quando as suas tropas principiaram a transpor os umbrais dos quartéis de São Paulo e das Altezas para oferecerem em campo aberto a última batalha a ser travada com os representantes de um regime repudiado pelo povo brasileiro. E é esse, repetimos, que reside o significado maior e a grandeza da jornada inesquecível que a Nação comemora hoje jubilosamente e que passou já a ocupar um lugar destacado entre os fatos maiores da história brasileira.

A manchete principal da Folha de São Paulo de 29 de março de 1964 destaca a anistia do governo para os marinheiros rebeldes (Figura 80). O editorial *Indisciplina vitoriosa* afirma que a crise tinha que ser resolvida pela aplicação dos regimentos militares. O acordo costurado com a Associação dos Marinheiros e a CGT representa a vitória da insubordinação sobre o princípio de autoridade das Forças Armadas (Figura 81). Em editorial de 1º de abril de 1964, intitulado *Discurso infeliz* (Figura 82), condena o discurso de João Goulart na festa dos sargentos da PM, realizado um dia antes na Automóvel Clube, acusando de inflamar sargentos e suboficiais contra a ordem. Mesmo assim, ainda dá tempo do governo reavaliar ações e tomar atitudes ponderadas. No editorial *Em defesa da lei*, de 02 de abril de 1964 afirma que ninguém gostaria desse desfecho, mas que o país estava sendo governado em favor de uma minoria comunista e que a Constituição dispõe de mecanismos para realizar as reformas necessárias, sem necessidade de modificar a Constituição (Figura 83). É a vitória da legalidade, da Constituição e do Direito. A chamada da edição de 03 de abril de 1964 mostra o que está por vir: *Petrobrás sem nenhum comunista: limpeza* (Figura 84).

Figura 80 Manchete principal da Folha de São Paulo de 29 de março de 1964



Figura 81 Editorial da Folha de São Paulo de 29 de março de 1964.

# FOLHA DE S. PAULO

Um jornal a serviço do Brasil

## Indisciplina vitoriosa

A solução dada pelo presidente da República à crise na Marinha de Guerra tem todas as características de uma capitulação. A indisciplina saiu vitoriosa, e aos indisciplinares só falta conceder medalha de honra ao merito.

Conforme salientamos em um primeiro comentário a respeito do assunto, a questão se resume a uma evidente rebelião de marinheiros e fuzileiros navais, e cumpria fosse solucionada mediante a aplicação de regimentos disciplinares.

Mais forte, porem, que o empenho de restabelecer o primado da hierarquia na Marinha, falou nas altas autoridades da Republica, a começar do presidente, a preocupação de "fifar bem" com os insurreitos, que se afirmam integrados nos movimentos reformistas comandados pelo Executivo federal.

E a solução encontrada foi um "acordo", que recebeu o beneplácito da Associação dos Marinheiros e Fuzileiros Navais e

do todo-poderoso CGT. E' difícil entender o que tem essa entidade sindical espuria com problemas militares. No Brasil de nossos dias, entretanto, está-se vendo que ela tem mais força ainda do que se poderia imaginar...

O fim aparente da crise está sendo apresentado, por fontes palacianas, como vitória pessoal do sr. João Goulart. Otreveendo ao CGT e anexos a cabeça de um ministro da Marinha que se empenhava em preservar as tradições disciplinares dessa arma, e reconduzindo ao comando dos Fuzileiros Navais o conhecido alm. Aragoa, "enfant gatê" das esquerdas, o presidente teria atalhado o desdobramento da crise. Uma vitória, sim, mas conseguida ao preço de compactuar com a insubordinação e de promover rebeldes à condição de quase-heróis. Uma vitória que deixa abertas as portas para que rebeldias semelhantes se repitam.

A nação não tem o direito de flutuar-se mais. A vaga insurrecional que engolfa o país já atingiu também as Forças Armadas. O principio da autoridade, cuja deterioração se processa de cima para baixo, dando os maiores responsáveis pelos destinos nacionais reiterados exemplos de menosprezo a ele, está seriamente abalado nas corporações mesmas que se destinam a assegurar a lei e a ordem. Outro dia foi a rebelião dos sargentos, em Brasília, aos quais se cuidou de conceder anistia antes mesmo de apurar a inteira exclusão de seus autores, a dos marinheiros e fuzileiros navais. Amanhã, o quê?

A falta de pulso na repressão a esses movimentos conduziu a sua repetição; a indistigável simpatia do governo federal pelos rebeldes significa-lhes precioso estímulo. Em relação à area militar, a ação das autoridades da Republica tem contribuído poderosamente para jogar subleitos contra oficiais, comandados contra comandantes. Só faltava, talvez, erigir o CGT em arbitro de problemas estritamente afetos às Forças Armadas.

Nem isso, infelizmente, falta mais.



Figura 82 Editorial da Folha de São Paulo de 1º de abril de 1964.

**Café**

SANTOS — O tipo 4, estilo Santos, foi cotado ontem ao preço de Cr\$ 4,823,20 por 10 quilos e o mercado funcionou calmo.

RIO — Esse mercado funcionou ontem, inalterado, com o tipo 7 cotado ao preço de Cr\$ 3,900,00 por 10 quilos.

PARANAGUÁ — O tipo 4, mole, foi cotado nesta praça, ontem, ao preço de Cr\$ 3,400,00 por 10 quilos, e o mercado funcionou calmo.

# FOLHA DE S. PAULO

Um jornal a serviço do Brasil

**Cambio**

DOLAR — Oficial Cr\$ 800,00 compra e Cr\$ 810,00 venda (item de 4 a 7 da Instrução no 263).

DOLAR — Livre Cr\$ 1.100,00 compra e Cr\$ 1.200,00 venda.

LÍBRA — Livre Cr\$ 3.248,00 compra e Cr\$ 3.300,00 venda.

MERCADO NEGRO — Manual — Cr\$ 1.800,00 compra e Cr\$ 1.920,00 venda. Paralelo — Cr\$ 1.870,00 compra e Cr\$ 1.990,00 venda.

## Discurso infeliz

Se infeliz foi o comício do dia 13 de março, em que o presidente da Republica, após longa preparação psicológica da multidão que deveria ouvi-lo e aplaudi-lo, atacou duramente a Constituição que jurou defender, para ao mesmo tempo anunciar com estardalhaço a assinatura de alguns decretos no seu entender fundamentais, mas cujo significado, segundo se viu logo, é bem menor do que o propalado — mais infeliz ainda foi a manifestação presidencial de anteontem, em que o sr. João Goulart parece haver desejado lançar um desafio a toda a oficialidade das corporações militares.

De início, cabe ponderar a inoportunidade da cerimonia do Automovel Clube. No momento em que o país atravessa uma das mais serias crises de sua historia, decorrentes da quebra de disciplina na Armada; no momento em que se tornou patente a interferencia das mais espurias forcas de pressão até mesmo na escolha dos mais altos chefes militares; no momento em que se acham acirrados ao maximo os animos dos integrantes dos escalões menos graduados das Forças Armadas em consequencia de manobras cuja

intenção é facil perceber, qualquer governante ponderado trataria de transferir ou adiar manifestações que pudessem reacender ou entreter a chama da indisciplina, ou ainda atribuir, pelo menos aparentemente, a um determinado escalão das Forças Armadas mais valor e mais foros de confiança do que aos escalões superiores.

Como é comum nos pronunciamentos do presidente da Republica, não faltaram desabaladas promessas, especialmente de natureza salarial, sem a menor indicação, porem, de sincero empenho em combater a inflação, que é a arrasadora dos salarios.

Mais forte, porem, do que esse anuncio de benefícios salariais foi a insistencia nas reformas de base, as reformas a que nem o presidente nem os seus assessores até agora deram conteúdo. Usou delas, como tem repetidamente feito, pura e simplesmente como arlete contra a Constituição, que ele deseja reformar a qualquer preço, como se a ele coubesse, dentro da ordem constituida, alterar a Constituição.

Não poderia faltar, é obvio, o condimento do ataque aos pri-

vilegiados. Não aos privilegiados reais, que não hão de faltar neste país, em todos os setores, sem excluir varios líderes que engordam à custa dos trabalhadores. Mas contra todos aqueles brasileiros que lutam por situações democraticas e legais, pois estes é que são hoje os "privilegiados", termo não à toa criado pelos filsofos comunistas que orientam as falas presidenciais.

O mais lamentavel, porem, no discurso presidencial foi o tom em que falou aquele que, por sua posição mesma no cenário politico, deveria representar a ponderação e o espirito de concórdia e apaziguamento. Era o tom de quem deseja, inflamando sargentos e suboficiais, cindir de maneira irreparavel as Forças Armadas. Era o tom de quem, tendo por maximo dever preservar as instituições, jogava, numa ultima e decisiva cartada, o destino delas.

Analisado friamente, o discurso do presidente justifica as mais graves apreensões. Mas ainda é tempo de desajar um reexame de posições e de aconselhar a todos a maxima ponderação. Um pouco mais de trabalho e um pouco menos do discurso e dilatacao eis o que gostaríamos de aconselhar aos homens do governo, que já teriam feito muito pela patria se empregassem naquele objetivo de construir todo o empenho e toda a tecnica que têm sido postos a serviço da destruição.







## 8 DISCUSSÃO

A análise dos jornais selecionados permite fazer algumas considerações. O conteúdo do jornal Última Hora direcionava-se aos segmentos da população que apoiavam João Goulart. O Última Hora foi o único entre os jornais pesquisados que se posicionou contra o golpe de 1964. O jornal esteve a favor de Jango em todo o período pesquisado, desde a defesa de sua posse, após a renúncia de Jânio Quadros, até os últimos momentos de resistência aos conspiradores. E por causa deste apoio incondicional, o Última Hora teve sua sede no Rio de Janeiro depredada por apoiadores da saída de Jango.

Os jornais O Globo e O Estado de São Paulo direcionaram seus respectivos conteúdos para os segmentos sociais contrários a Jango durante todo o período. Sem hesitações, O Estado de São Paulo posicionou-se veementemente contrário ao Governo de João Goulart, inclusive deixando claro que as Duas Casas e as Forças Armadas deveriam, se necessário, ir contra a Constituição para impedir a posse de Jango. O jornal O Globo teve posicionamento muito semelhante ao Estado de São Paulo, embora tenha aceitado, com algumas ressalvas, a decisão do Congresso pela posse de Goulart no regime parlamentarista e a decisão do plebiscito que restabeleceu o regime presidencialista. Tanto O Estado de São Paulo quanto O Globo, em todo o período pesquisado, flertaram constantemente com o clima de Guerra Fria para alertar os perigos do comunismo que se enraizava no governo. Ambos foram duros nas críticas ao Comício da Central. Em relação à Crise da Marinha, exploraram o acontecimento para convocar as Forças Armadas para restituírem a ordem e a legalidade no país.

Os jornais Correio da Manhã e Folha de São Paulo direcionaram seus respectivos conteúdos aos segmentos sociais favoráveis a soluções dentro da legalidade. Foram a favor da solução da posse de Jango e, com algumas ressalvas, não se opuseram a volta do presidencialismo. As críticas aumentaram após o Comício da Central, considerado desnecessário e acirrador. A Folha de São Paulo comparou o Comício de Goulart no Rio de Janeiro com a Marcha da Família de São Paulo-SP, afirmando a segunda como uma manifestação espontânea e democrática. A posição do governo frente à Crise da Marinha rendeu mais críticas e advertências, embora até esse momento, tanto o Correio quanto a Folha ainda defendiam uma solução negociada, com ponderações de ambos os lados. Contudo, no desfecho da

crise, posicionaram-se a favor do golpe. Os editoriais *Basta!* e *Fora!* divergem da postura que o Correio da Manhã apresentou-se durante todo esse período, atribuindo a culpa de toda a crise exclusivamente ao presidente João Goulart.

Correio da Manhã, O Globo, O Estado de São Paulo e Folha de São Paulo defenderam e comemoraram a intervenção militar como um ato em defesa da democracia contra a ditadura aos moldes comunistas que seria ou já estava sendo instaurada – embora o Partido Comunista Brasileiro (PCB) permanecesse com o registro cassado desde 1947. Para eles, o presidente João Goulart agia ou tentava agir fora da legalidade. Alegaram que as reformas eram necessárias para o progresso do país, mas que deveriam ser realizadas em conformidade com a Constituição que, absolutamente, não precisava ser modificada.

## 9 CONCLUSÕES

- O levantamento do conteúdo dos jornais pesquisados, com ênfase para as capas, as manchetes em destaque e os editoriais, demonstrou-se válido para a elaboração deste trabalho.
- A pesquisa permitiu identificar para quais segmentos sociais os jornais selecionados produziram seus conteúdos.
- O jornal, alçado como documento histórico, permitiu o resgate de traços da história através do registro dos homens que viveram à época, sem a influência dos acontecimentos posteriores.
- A digitalização constitui-se como técnica importante por permitir a conservação do conteúdo de periódicos e o acesso simultâneo e remoto dos mesmos.
- A hemeroteca é lugar essencial para a preservação da informação e para a produção de conhecimento.

## REFERÊNCIAS

ABREU, Alzira Alves. 1964: a imprensa ajudou a derrubar o governo Goulart. In: FERREIRA, Marieta de Moraes (Org.). **João Goulart: entre a memória e a história**. 1. ed. 2. reimpressão. Rio de Janeiro: FGV, 2012, p. 107-128.

\_\_\_\_\_. A participação da imprensa na queda do Governo João Goulart. In: FICO, Carlos (Org.). **1964-2004 – 40 anos de golpe: ditadura militar e resistência no Brasil**. Rio de Janeiro: 7 Letras, 2004, p. 15-25.

ABREU, Alzira Alves de; LATTMAN-WELTMAN, Fernando. Uma instituição ausente nos estudos de transição: a mídia brasileira. In: ABREU, Alzira Alves de (Org.). **A democratização no Brasil: Atores e Contextos**. Rio de Janeiro: FGV, 2006, p.67-101.

ALVIM, Thereza Cesário. **O golpe de 64: a imprensa disse não**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1979.

ARENDT, Hannah. **Entre o passado e o futuro**. 7. ed. São Paulo: Perspectiva, 2014.

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS. **NBR 6023: informação e documentação: referências: elaboração**. Rio de Janeiro, 2002.

\_\_\_\_\_. **NBR 6024: informação e documentação: numeração progressiva das seções de um documento escrito: apresentação**. Rio de Janeiro, 2003.

\_\_\_\_\_. **NBR 6027: informação e documentação: sumário: apresentação**. Rio de Janeiro, 2003.

\_\_\_\_\_. **NBR 6028: informação e documentação: resumo: apresentação**. Rio de Janeiro, 2003.

\_\_\_\_\_. **NBR 6033: ordem alfabética**. Rio de Janeiro, 1989.

\_\_\_\_\_. **NBR 10520: informação e documentação: citações em documentos: apresentação**. Rio de Janeiro, 2002.

\_\_\_\_\_. **NBR 14724: informação e documentação: trabalhos acadêmicos: apresentação**. Rio de Janeiro, 2011.

BANDEIRA, Luiz Alberto Moniz. **O governo João Goulart: as lutas sociais no Brasil, 1961-1964**, Rio de Janeiro: Revan; Brasília: Ed. UnB, 2001, 204 p.

BIROLI, Flávia. Representações do golpe de 1964 e da ditadura na mídia sentidos e silenciamentos na atribuição de papéis à imprensa, 1984-2004. **Varia Historia**, Belo Horizonte, v. 25, n. 41, p. 269-291, jan./jun., 2009.

BORGES, Maria Manuel; SANZ CASADO, Elias (Coord.). **A ciência da informação criadora de conhecimento**. Coimbra: Imprensa da Universidade de Coimbra, 2009.

BUENO, Heitor Campos. Uma conversa entre amigas: a relação de mediação entre a chamada imprensa feminina e as mulheres brasileiras. **Revista Ars Historica**, Rio de Janeiro, n. 7, p. 87-103, jan./jun., 2014. ISSN 2178-244X.

BUONOCORE, Domingo. **Diccionario de Bibliotecologia**. 2. ed. Buenos Aires: Ediciones Marymar, 1976.

DELGADO, Lucília de Almeida Neves. O Governo João Goulart e o Golpe de 1964: memória, história e historiografia. **Revista Tempo**, Niterói, n. 28, p. 125-146, 2010.

DIAS, L. A. O Golpe Impresso: análise da participação dos jornais O Estado de S. Paulo e Folha de S. Paulo no Golpe Civil Militar de 1964. In: GRISOLIO, Lilian Marta; CRISOLIO, Beatriz Carolina (Orgs.). **Estado, Poder e Violência na América Latina**. Curitiba: Prismas, 2017, v. 1, p. 243-262.

\_\_\_\_\_. Entre letras e números: uma análise do jornal Folha de S. Paulo e de pesquisas de opinião do Ibope (1963-1964). In: FERNANDES, Carla M.; CHAGAS, Genira (Org.). **Mídia e governos autoritários: 60 anos do suicídio de Getúlio Vargas e 50 anos do golpe civil-militar no Brasil**. João Pessoa: Editora Idea, 2014, v. 1, p. 97-125.

DINES, Alberto (org.). **Os idos de março e a queda em abril**. Rio de Janeiro: José Álvaro Editor, 1964.

DODEBEI, Vera; RIBEIRO, Leila Beatriz; ORRICO, Evelyn. A arte de narrar e informar em “A Camareira do Titanic”. **Anais do XV Encontro Nacional de Pesquisa em Ciência da Informação (Enancib, 2014)**, Belo Horizonte: ECI/UFMG, 2014.

DELAUNAY, E. Conservation et sauvegarde de la presse ancienne. **La presse et îls peridoiques em Lorraine XXXIII – XX Siecles**, Journées d’étude organisées par Médial, Nancy: Université Nancy, 2 nov. 2006.

DREIFFUS, René Armand. **1964: a conquista do Estado: ação política, poder e golpe de classe**. Petrópolis: Vozes, 1981.

ELLIOTT, Ariluci Goes. Informação e memória: análise dos jornais raros de Juazeiro do Norte-CE. **Revista Brasileira de Biblioteconomia e Documentação (Online)**, v. 13, p. 2858-2870, 2017.

FARIA, Maria Alice. Por que o jornal na escola? In: \_\_\_\_\_. **Como usar o jornal na sala de aula**. São Paulo: Contexto, 2003.

FELIPPI, Angela. **Jornalismo e identidade cultural: construção da identidade gaúcha em Zero Hora**. 2006. 177p. Tese. (Doutorado em Comunicação Social) – Curso de Pós-Graduação em Comunicação Social, Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2006.

FICO, Carlos. **O golpe de 1964: momentos decisivos**. Rio de Janeiro, FGV Editora, 2014.

FICO, Carlos. Versões e controvérsias sobre 1964 e a ditadura militar. **Revista Brasileira de História**. São Paulo, v. 24, n. 47, p.29-60, 2004.

FISCHER, Beatriz Terezinha Daudt. Brasil 1964, golpe civil militar: o que fica do que (aparentemente) já passou? **Revista Reflexão e Ação**, Santa Cruz do Sul, v. 23, n. 2, p. 5-24, jul./out. 2015. ISSN 1982-9949

GRAMSCI, Antônio. **Cadernos do cárcere**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, v. 1, 2001.

\_\_\_\_\_. **Os intelectuais e a organização da cultura**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1979.

HALBWACHS, Maurice. **A memória coletiva**. São Paulo: Centauro, 2004.

HALIMI, Serge. **Os novos cães de guarda**. Petrópolis: Vozes, 1998.

\_\_\_\_\_. **Liberdades e censuras**. Le Monde Diplomatique Brasil, 1 ago. 2001. Disponível em: <<http://187.95.195.112/acervo.php?id=362>> Acesso em 18 set. 2018.

KIELING, CAMILA GARCIA . Autoritarismo no discurso da imprensa brasileira durante o golpe de 1964. **Revista Extraprensa**, v. 10, p. 3-17, 2016.

LAMPOGLIA, Francis. **Discursividades da/sobre a ditadura militar em uma hemeroteca digital**. 2012. 202 f. Dissertação (Mestrado em Ciência, Tecnologia e Sociedade) – Centro de Educação e Ciências Humanas, Programa de Pós-Graduação em Ciência, Tecnologia e Saúde da Universidade de São Carlos, São Carlos, 2012.

LARANGEIRA, Álvaro Nunes. A imprensa e o gênero jornalismo do mato no regime militar. **Revista Famecos: mídia, cultura e tecnologia**, Porto Alegre, v. 22, n. 4, nov./dez. 2015.

\_\_\_\_\_. **A mídia e o regime militar**. Porto Alegre: Sulinas, 2014, 238 p. ISBN: 978-85-205-0718-6.

LE GOFF, Jacques. **História e memória**. 3. ed. Campinas: Unicamp, 1994, 553 p.

LIMA, Venício A. de. **Mídia, Teoria e Política**. São Paulo, Editora Fundação Perseu Abramo, 2001.

MARQUES, Ibsen José Fabis; SILVA, Marcelo Donizete da. Liberdade de imprensa: autonomia ou exercício de poder? **Educação**, Batatais, v. 1, n. 1, p. 107-131, jan./dez. 2011.

MARCONDES FILHO, Ciro. **O Capital da Notícia**. São Paulo: Ática, 1989.

MAROCCO, Beatriz; BEGER, Christa. A notícia como forma de controle social. **Contracampo**: Niterói, n. 14, p. 7-17, 2006.

MARTÍN-BARBERO, Jesús. Comunicação e mediações culturais. **Revista Brasileira de Ciências da Comunicação**, São Paulo, v. XXIII, n. 1, p. 151-163, jan./jun., 2000.

\_\_\_\_\_. Globalización comunicacional y descentramiento cultural. **Revista Diálogos de la Comunicación**, n. 47, p. 27-41, 1997.

\_\_\_\_\_. Uma aventura epistemológica. **Matrizes**, v. 2, n. 2, p. 143-162, 2009. Entrevista concedida à Maria Immacolata Vassalo de Lopes.

MATTOS, Marcelo Badaró. O governo João Goulart: novos rumos da produção historiográfica. **Revista Brasileira de História**, São Paulo, v. 28, n. 55, p. 245-263, 2008.

NORA, Pierre. Entre memória e história: a problemática dos lugares. **Proj. História**, São Paulo, n. 10, p. 7-28, dez., 1993.

PINSKY, Carla Bassanezi. **Fontes históricas**. 2. ed. São Paulo: Contexto, 2006.

POLLAK, Michael. Memória, esquecimento. **Estudos históricos**, Rio de Janeiro, v. 2, n. 3, 1989.

POMIAN, Krzystof. Memória. In: **Enciclopédia Einaudi**. Lisboa: Imprensa Nacional, Casa da Moeda, 2000, v. 42 (Sistemática), p. 507-516.

REIS, Daniel Aarão. **Ditadura militar, esquerdas e sociedade**. 3. ed. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 2005.

RIBEIRO, Leila Beatriz; ORRICO, Evelyn; DODEBEI, Vera. Fabricação da informação: o futuro se co(i)nforma. **Anais do XIII Encontro Nacional de Pesquisa em Ciência da Informação (Enancib, 2012)**, Rio de Janeiro: UFF, 2012.

RONSINI, Veneza V. Mayora. A perspectiva das mediações de Jesús Martín-Barbero (ou como sujar as mãos na cozinha da pesquisa empírica de recepção). **Anais do XIX Encontro da Compós**. Rio de Janeiro: PUC-RJ, 2010.

SCHMIDT, Mario Furley. **Nova história Crítica do Brasil: 500 anos de história malcontada**. São Paulo: Nova Geração, 1999.

SEMERARO, Giovanni. Intelectuais “orgânicos” em tempos de **pós-modernidade**. *Cad. Cedes, Campinas*, v. 26, n. 70, p. 373-391, set./dez. 2006.

SILVA, Jackson Ronie Sá; ALMEIDA, Cristóvão Domingos de; GUINDANI, Joel Felipe. Pesquisa documental: pistas teóricas e metodológicas. **Revista Brasileira de História & Ciências Sociais**, ano 1, n. 1, p. 1- 15, jul. 2009. ISSN: 2175-3423.

SILVA, Juremir Machado da. **Golpe midiático-civil-militar**. 8. ed. Porto Alegre: Sulinas, 2017, 159 p. ISBN: 978-85-205-0701-8.

SILVA, Sergio Conde de Albite. Decifra-me ou te devoro: desafios no uso de tecnologias para preservação e acesso em arquivos. **Enc. Bibli: R. Eletr. Bibliotecon. Ci. Inf.**, Florianópolis, n. esp., p. 40-59, 1. sem. 2010. ISSN: 1518-2924

## **Anexos**

Correio da Manhã



O Globo



Última Hora

**Servidores Hoje em Assembléia: Aumento e Paridade**  
**Ney Acaba Com Boato** **"Feiticeiro" Não Vai Cair**  
 10.000 Sargentos Aclamaram o Presidente no Automóvel Clube  
**JANGO:—Eu Não Permitirei a Desordem em Nome da Ordem**  
 Surge em Copacabana Pista do Matador do Santo Cristo  
**Clube Militar na Rua**  
**GIGI DA MANGUEIRA SERÁ NOIVA DE MAIO**  
**HOROSCOPO**  
**Automóveis na Mira da SUNAB e os Aluguéis Sob Ação do CODEP**  
 GENEIRA: DESENVOLVIDOS TRAMAM LIQUIDAR CONFERÊNCIA DO COMÉRCIO

**JANGO NO RIO GRANDE E MAZZILLI EMPOSSADO**  
**ULTIMA HORA DEPREDADA E INCENDIADA**  
**EXTRA**  
**JANGO DISPENSA SACRIFICIO DOS GAÚCHOS**  
**Ultima Hora 30**  
**A VINDITA FRIA**  
**TÔDA FROTA DE REPORTAGEM DESTRUÍDA A BALA E A FOGO**

**GOVÉRNO DA REPÚBLICA ESTÁ EM PÓRTO ALEGRE**  
**Assim Foi o Ato de Vandalismo**  
**LEIA EDITORIAL DO "JORNAL DO BRASIL", NA 2ª PÁGINA**

O Estado de São Paulo

**O ESTADO DE S. PAULO**  
**São Paulo e Minas levantam-se pela Lei**  
 Era preciso assegurar a legalidade, diz Magalhães  
**Kruel, contra o comunismo o movimento de São Paulo**  
**O governador de Goiás solidário com o movimento**  
**Meneghetti governa do Interior do Estado**  
**Proclamação de Marista**  
**300 oficiais de reserva aderiram aos Leistas**

**O ESTADO DE S. PAULO**  
**Vitorioso o movimento democrático**  
**Aproado o "impeachment" do gov. Arraes**  
**Mazzilli será o novo presidente**  
**Manoel foi preso quando tentava deixar a Rio**  
**Respostas agora pela Marista 5 candidatos**  
**Sobretudo de presidente da República**

**O ESTADO DE S. PAULO**  
**Democratas dominam toda a Nação**  
**Presso Osório e Arraújo**  
**Ignorado o destino do ex-presidente Goulart**  
**Mazzilli trata Tomou posse do Ministério pela sexta vez**  
**Repercuta no Exterior a vitória**  
**Abreção em movimento militar**  
**É normal a produção de gasolina e óleo diesel**  
**Indice**

# Folha de São Paulo

Foco: terá jogo

**FOLHA DE S. PAULO**  
Um jornal a serviço do Brasil

Radio: edição única

## II EXERCITO DOMINA O VALE DO PARAIBA

*Prateado*

**Calma é completa no Estado de São Paulo**

**PROCLAMAÇÃO DE AB AO POVO BRASILEIRO**

*Minas, diz Magalhães*

**IV Exército solidário aos II e III**

*No Dutra*

**Adesões aumentam, diz o II Exército**

**Assembleia e Câmara em sessão permanente**

Dutra, via Mazzilli

**FOLHA DE S. PAULO**  
Um jornal a serviço do Brasil

## CONGRESSO DECLARA PRESIDENCIA VAGA; MAZZILLI ASSUME

*Vigilando o Dutra*

**Convocação: 4 mil inscritos em SP**

*Antes da partida*

**Arrais e Badger depostos**

*Boato dá papal*

**Gen. Mourão: Congresso foi a base da resistência**

**UNE e SUPRA tinham células comunistas**

**Cineastas: ingressos estão sendo majorados**

JG no RGS diz à nação que resistirá

**FOLHA DE S. PAULO**  
Um jornal a serviço do Brasil

Arrais em F. Mourão

## PETROBRÁS SEM NENHUM COMUNISTA: "LIMPEZA"

**Associações comerciais querem as reformas**

**Estacionário o estado de Jaimes general Jair e Mazzilli**

**Ignorado o lugar onde está Jurema**

**Final com festa no Clube Naval**

**Desembalsada a "Mira"**